Dulce João Nunes Langa
Almeida Meque Gomundanhe
Fábio Antonio Gabriel
(Organizadores)

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ESCOLAS BÁSICAS EM MOÇAMBIQUE:

PRÁTICAS E DESAFIOS

VOLUME 1



EDITORA
SCHREIBEN

Dulce João Nunes Langa
Almeida Meque Gomundanhe
Fábio Antonio Gabriel
(Organizadores)

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ESCOLAS BÁSICAS EM MOÇAMBIQUE:

PRÁTICAS E DESAFIOS

Volume 1

EDITORA
SCHREIBEN
2026

© Dos Organizadores – 2026
Editoração e capa: Schreiben
Diagramação: Luiz Gustavo Bourscheid Luft
Imagem da capa: Inteligência Artificial (OpenAI/DALL·E), com direção editorial
Revisão: os autores
Livro publicado em: 30/08/2026
Termo de publicação: TP0712026

Conselho Editorial (Editora Schreiben):
Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Cleber Duarte Coelho (UFSC)
Dr. Daniel Marcelo Loponte (CONICET – Argentina)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR – Uruguai)
Dr. Fábio Antônio Gabriel (SEED/PR)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (URI)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência e da apresentação das tabelas, quadros, mapas, fotografias e referências é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiben@gmail.com
www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A945 Avaliação da qualidade das escolas básicas em Moçambique : práticas e desafios. Volume 1 / Dulce João Nunes Langa, Almeida Meque Gomundanhe, Fábio Antonio Gabriel (organizadores). – Itapiranga, SC : Schreiben, 2026.
160 p. : il. ; e-book.
Inclui bibliografia e índice remissivo

E-book no formato PDF.
ISBN: 978-65-5440-739-7
DOI: 10.29327/5924634
1. Educação – Moçambique. 2. Escolas básicas – Avaliação. 3. Qualidade da educação. 4. Gestão escolar. 5. Práticas educacionais. I. Langa, Dulce João Nunes. II. Gomundanhe, Almeida Meque. III. Gabriel, Fábio Antonio. IV. Título.

CDD 370.968

Bibliotecária responsável Juliane Steffen CRB14/1736

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....5
Ibraimo Hassane Mussagy

APRESENTAÇÃO.....7
Organizadores

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA BÁSICA 4 DE OUTUBRO - MANDIMBA.....15
Adriano António Laina | Almeida Meque Gomundanhe

O CONTRIBUTO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA NO ENSINO MOÇAMBICANO: CASO DE UMA ESCOLA PRIMÁRIA DE NSAÚCA, DISTRITO DE SANGA.....27
Victorino Tiago França | João Saíde

O PAPEL DA COMUNIDADE ESCOLAR NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO ACTIVA.....41
Paulo Miguel Arcanjo Gabriel Merce Manuel Nambale Combe

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS ESCOLAS BÁSICAS EM MOÇAMBIQUE: ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A QUALIDADE EDUCACIONAL.....53
Colarinho Brito Cuchupica | Paulo Miguel Araújo Gabriel
Dulce João Nunes Langa

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A INOVAÇÃO EDUCACIONAL: EXPLORANDO O IMPACTO E AS OPORTUNIDADES.....66
Felisberto Saíde | João Franco Ussene | Dulce João Nunes Langa

CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES: UMA ESTRATÉGIA PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO SECUNDÁRIO.....79
Margarida Alberto Teblo

OS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA EM MOÇAMBIQUE. ANÁLISE DA SUA PRÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA HERÓIS MOÇAMBICANOS – CIDADE DE LICHINGA.....88
Élio Manuel Xavier

MONITORIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA PROVINCIA DO NIASSA: DIFICULDADES ENFRENTADAS NOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO PELOS INTERVENIENTES DA ESCOLA PRIMÁRIA HERÓIS MOÇAMBICANOS.....97
Deolinda da Graça Luís Bonomar | Eusébio João Malua
Dulce João Nunes Langa

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO ENSINO BÁSICO EM MOÇAMBIQUE: ANÁLISE DAS INFRA-ESTRUTURAS E DOS PROFESSORES FACE AOS OBJECTIVOS DA LEI 18/2018.....105
Benedito Albino Machesso

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM COMPARAÇÃO COM A MELHORIA DA QUALIDADE EDUCACIONAL EM MOÇAMBIQUE....117
Gamito Tiago Jemusse

PROCEDIMENTOS INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO INTERNA DO CURSO E PROGRAMA NO MODELO DE 12ª + 3 ANOS NA ESCOLA DE PROFESSORES DO FUTURO EM NIASSA.....125
Diamantino Hilário Norte | Dulce João Nunes Langa

DESAFIOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA NA ESCOLA PRIMÁRIA: O CASO DA ESCOLA BÁSICA DE SANJALA.....136
Florinda Isabel Nssepe | Victorino Tiago França

GOVERNAÇÃO INSTITUCIONAL E OS RESULTADOS DE AVALIAÇÃO NA MELHORIA DOS PROCESSOS.....145
Felizardo Fernando | Benjamim Tiago França

SOBRE OS AUTORES.....151

ÍNDICE REMISSIVO.....155

PREFÁCIO

Foi com grande satisfação que acedi ao honroso convite dos professores Dulce, Almeida e Fábio, organizadores desta obra, para tecer estas breves considerações, as quais espero que convidem os interessados à leitura destes relevantes trabalhos. O presente livro, nas vossas mãos, resulta de uma colectânea de artigos de estudantes do Curso de Mestrado em Avaliação Educacional do Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma, em Moçambique. Felicito aqui cada um dos autores, naturalmente sob a orientação dos seus professores, pela qualidade dos trabalhos e pela originalidade de um conteúdo pertinente para o debate público sobre a qualidade. Que belo contributo para a literatura nacional sobre a avaliação de qualidade do nosso ensino!

O foco deste trabalho incide sobre a avaliação e centra-se, especificamente, na *Avaliação da Qualidade das Escolas Básicas em Moçambique: Práticas e Desafios*. Este tema é de extrema importância no contexto actual, considerando a fase complexa e repleta de dificuldades que o ensino atravessa, o que coloca a qualidade em questão — um elemento vital para o desenvolvimento da educação e de Moçambique.

Os artigos que compõem esta colectânea seguem o modelo convencional para trabalhos académicos, assentando numa estrutura composta por introdução, objectivos, metodologia, resultados, conclusões e recomendações. No entanto, esta estrutura demonstra-se flexível, sem descurar o rigor científico. Esta organização permite o acesso a um público amplo, servindo de ferramenta incontornável para todos os que se preocupam com a qualidade e o desenvolvimento da educação, este direito universal e conquista histórica.

O rigor científico está patente em todos os textos. As discussões emergem de uma sólida construção metodológica, articulada com uma literatura actual, configurando-se como um quadro de referência nacional, focado, e de consulta obrigatória.

Nesta obra, a avaliação da qualidade foi abordada sob várias vertentes. O leitor será confrontado com temáticas como a auto-avaliação institucional, o seu contributo para o ensino, o envolvimento da comunidade nestes processos, a capacitação dos professores, os desafios da avaliação institucional, o processo de monitoria e a qualidade da educação em si.

Julgo que, em Moçambique, um dos grandes problemas da avaliação da qualidade também emerge da falta de investimentos. Por isso, a discussão sobre o tema deve também passar por uma análise reflexiva séria. Deixo em aberto esta dimensão sugestiva para que os organizadores repensem, nos seus próximos volumes, uma abordagem de debate aberto, com vista a identificar a profundidade da questão e a apresentar propostas públicas relevantes.

Como mensagem principal, extraio desta obra os vários conceitos de qualidade, avaliados nas suas diferentes dimensões, e os desafios para a consolidação de uma avaliação de qualidade instituída e clara nas escolas básicas em Moçambique. A obra procura compreender os factores que dificultam a implementação eficaz deste processo. Em suma, salienta-se a necessidade de melhoria da avaliação, descrita em muitos artigos como um processo ainda imaturo, débil, pouco participativo e desconhecido, que precisa de ser aprimorado. Para o efeito, apresenta-se um conjunto de recomendações consistentes dirigidas às entidades ligadas ao sector — não se limitando à Escola, mas incluindo, de forma concreta, as instâncias governamentais responsáveis pelo panorama do Ensino Básico.

Por fim, devo ainda, por incumbência da amizade que tenho pelos autores, meus colegas de trabalho, dar os meus parabéns a esta obra relevante e actual.

Ibraimo Hassane Mussagy *(Professor Associado)*
Vice-Reitor da Universidade Rovuma para o Pelouro Académico
Nampula, 08 de Agosto de 2026.

APRESENTAÇÃO

A coletânea "AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ESCOLAS BÁSICAS EM MOÇAMBIQUE: PRÁTICAS E DESAFIOS" é muito rica em suas reflexões epistemológicas sobre as escolas básicas em Moçambique e sobre avaliação institucional. Trata-se de textos dos estudantes do curso de mestrado em avaliação educacional do Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências da Universidade Rovuma de Moçambique. Veremos que trazem uma grande contribuição para pensar a educação básica na medida em que contribuem para um debate atualizado sobre as políticas educacionais e a avaliação institucional para a educação básica em Moçambique.

Iniciamos a coletânea com um artigo de autoria de Adriano António Laina e Almeida Meque Gomundanhe com o título "Percepção dos professores sobre a autoavaliação institucional: um estudo de caso na escola básica 4 de Outubro – Mandimba". Este estudo tem como objetivo compreender a percepção dos professores sobre a Autoavaliação institucional mais conhecida por Avaliação Interna, na Escola Básica 4 de Outubro, distrito de Mandimba, na Província de Niassa – Moçambique. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Os dados foram coletados com recurso a entrevista semiestruturada e analisados por meio da análise de conteúdo, permitindo uma interpretação aprofundada das percepções dos participantes. A pesquisa ressalta a necessidade de promover uma cultura de autoavaliação mais inclusiva e contínua, onde a participação dos professores seja incentivada e valorizada. Para tanto, recomenda-se a criação de comités de autovaliação que representem todos os sectores da escola, a comunicação dos resultados mais clara e o desenvolvimento de planos de ação coletivos que possam ser monitorados e ajustados continuamente.

Na sequência temos o artigo "O contributo da avaliação institucional interna no ensino Moçambicano: caso de uma escola primária de Nsaúca, Distrito de Sanga de autoria Victorino Tiago França e João Saíde. A avaliação institucional interna é um dos principais mecanismos para melhorar a qualidade do ensino nas escolas moçambicanas. Este estudo tem como objetivo analisar o contributo da avaliação institucional interna no processo de ensino e aprendizagem, tomando como estudo de caso a Escola Primária de Nsaúca, no Distrito de Sanga. Os resultados indicam que a avaliação institucional interna

tem desempenhado um papel crucial na identificação de desafios pedagógicos, na alocação de recursos e no desenvolvimento profissional dos docentes. No entanto, foram identificadas limitações como a deficiência de formação contínua sobre processos avaliativos e a fraca participação dos pais e da comunidade. Contudo, a avaliação institucional interna é essencial para a melhoria da qualidade do ensino, mas necessita de maior apoio institucional e envolvimento comunitário para maximizar seus resultados de aprendizagem dos alunos.

Como terceira pesquisa socializada temos "O papel da comunidade escolar na avaliação institucional: desafios e perspectivas de participação activa" de Paulo Miguel Arcanjo Gabriel e Merce Manuel Nambale Combe. Este trabalho, do tipo consulta bibliográfica, analisa o papel da comunidade escolar na avaliação institucional, destacando desafios e perspectivas de participação ativa. O objetivo geral da pesquisa é investigar como a participação efetiva da comunidade escolar pode impactar positivamente a qualidade do ensino e o desenvolvimento institucional. Entre os objetivos específicos, estão explorar os principais desafios que impedem uma participação mais ativa e propor perspectivas para aprimorar esse envolvimento. As principais constatações incluem a identificação de desafios significativos, como a falta de informação e formação sobre os processos de avaliação, barreiras culturais e sociais, desinteresse de alguns segmentos da comunidade escolar e limitações estruturais. Por fim, as recomendações enfatizam a importância de implementar práticas que incentivem a participação ativa da comunidade escolar, como campanhas de sensibilização, capacitações para pais e professores, e a criação de conselhos escolares.

O quarto artigo é intitulado "Avaliação institucional nas escolas básicas em Moçambique: estratégias para fortalecer a qualidade educacional" de Colarinho Brito Cuchupica, Paulo Miguel Araújo Gabriel e Dulce João Nunes Langa. A referida investigação elege como objeto de estudo a avaliação institucional nas escolas do ensino básico em Moçambique. O objetivo basilar consistiu em analisar as estratégias gizadas pelo Ministério da Educação e Cultura para a optimização da qualidade educativa, com particular enfoque no papel crucial da avaliação institucional. No que concerne à vertente metodológica, adoptou-se uma abordagem qualitativa, alicerçada numa matriz teórica e bibliográfica. Por conseguinte, o escopo da análise incidiu especificamente sobre o subsistema do ensino básico moçambicano. Os resultados coligidos evidenciam que a formação contínua do corpo docente, a par de uma gestão participativa e da requalificação das infraestruturas, operam como vetores de reforço da qualidade pedagógica. Conclui-se, em suma, que a avaliação institucional se assume como um instrumento basilar na promoção da melhoria contínua do desempenho escolar.

O quinto artigo é intitulado "Avaliação institucional e a inovação educacional: explorando o impacto e as oportunidades" e é de autoria de Felisberto Saíde, João Franco Ussene e Dulce João Nunes Langa. Este estudo explora avaliação institucional e a inovação educacional, áreas cruciais para o desenvolvimento e melhoria contínua das instituições de ensino. A pesquisa visa compreender como essas práticas são implementadas e os impactos que geram. Os principais objetivos do estudo são: analisar as práticas atuais de avaliação institucional, investigar as inovações educacionais mais eficazes e identificar os desafios e oportunidades na integração dessas práticas. A pesquisa adoptou uma abordagem qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica. Foram analisados estudos de caso e literatura relevante, incluindo artigos académicos, livros, relatórios institucionais e teses. A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para identificar padrões e temas recorrentes nas fontes revisadas. Os resultados indicam que a avaliação institucional é fundamental para a melhoria contínua das práticas educacionais.

O sexto artigo é intitulado "Capacitação dos professores: uma estratégia para melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem no ensino secundário" de Margarida Alberto Teblo. Este artigo aborda, em linhas gerais, sobre a capacitação dos professores como uma estratégia fundamental para melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem no Ensino Secundário. Pretendemos com esta abordagem analisar a importância da capacitação contínua dos professores como uma estratégia para melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem no ensino secundário, de uma forma geral. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com recurso à revisão bibliográfica, como técnicas de recolha de informações. Esta investigação destaca-se pela contribuição académica, através da análise detalhada das práticas de capacitação dos professores e o seu impacto na qualidade do ensino, sublinhando a necessidade de opção por estratégias inclusivas e inovadoras. A análise da capacitação dos professores revela-se essencial para a construção de um sistema educativo que atenda às demandas contemporâneas de uma sociedade em constante transformação e promova um ensino de qualidade.

Como sétimo artigo temos o artigo que se intitula "Os desafios da avaliação institucional interna em Moçambique: análise da sua prática na escola primária heróis moçambicanos – cidade de Lichinga de Élio Manuel Xavier. O artigo nos apresenta que a Avaliação Institucional em Moçambique, enfrenta diversos desafios, principalmente das escolas primárias, como é o caso da Escola Primária Heróis Moçambicanos, situada na Cidade de Lichinga. Este processo é fundamental para garantir a qualidade de educação e promover melhorias nas práticas pedagógicas. O artigo pretende Investigar o estado atual

da avaliação institucional interna nas escolas primárias em Moçambique, com foco nas políticas e diretrizes existentes e tem como objectivos: 1) Identificar os principais desafios enfrentados pela Escola Primária Heróis Moçambicanos na implementação da avaliação institucional interna, incluindo fatores estruturais, culturais e pedagógicos e; 2) Explorar as percepções de professores, alunos e pais sobre a importância e eficácia da avaliação institucional interna. Para a consecução desse manifesto propósito, utilizaram-se as técnicas de entrevista e questionário para a recolha de dados. A análise da prática da avaliação institucional na Escola Primária Heróis Moçambicanos revela a necessidade de um enfoque mais integrado que envolva a comunidade escolar e utilize dados para orientar decisões, promovendo uma cultura de melhoria contínua e inclusão no processo educacional.

O oitavo artigo é intitulado "Monitoria de avaliação institucional na Província do Niassa: dificuldades enfrentadas nos procedimentos de avaliação pelos intervenientes da escola primária heróis moçambicanos" de autoria de Deolinda da Graça Luís Bonomar; Eusébio João Malua; Dulce João Nunes Langa. Este artigo analisa os procedimentos de avaliação institucional usados pelos intervenientes, na Escola Primária Heróis Moçambicanos. Durante o nosso estudo procuramos identificar as dificuldades que estes enfrentam, destacando os métodos e materiais utilizados, descrever os desafios enfrentados e as implicações para a melhoria da qualidade da instituição. Foi elaborado através duma abordagem qualitativa, realizada através de observação direta, entrevistas com professores, técnico e gestores. Análise de documentos institucionais, com uma amostra de 5 alunos e 5 professores, 2 membros do conselho de escola, todos estes da Escola Primária Heróis Moçambicanos. Para uma boa e apreciável avaliação institucional depende do domínio dos manuais e padrões de indicadores e melhores capacitação dos intervenientes. Neste contexto para fazer-se uma boa avaliação institucional deve-se seguir alguns procedimentos, ponto por ponto mas que os intervenientes devem ter o domínio dos manuais e capacitações para a mesma organização. Este processo quando bem implementado, pode contribuir significativamente para a melhoria da qualidade institucional e do Processo de Ensino e Aprendizagem. Uma avaliação bem-sucedida passa principalmente por um diálogo no âmbito interno da própria instituição, a condução de tais processos deve corresponder às expectativas dos atores que constituem no meio académico.

Na sequência, no nono artigo temos o texto "A qualidade da educação no ensino básico em Moçambique: análise das infraestruturas e dos professores face aos objectivos da Lei 18/2018" de autoria de Benedito Albino Machesso. Este artigo visa analisar a qualidade da educação no ensino básico em Moçambique,

com ênfase na avaliação das infraestruturas escolares e da qualificação dos professores à luz dos objectivos estabelecidos pela Lei 18/2018, a Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE). Através de uma revisão bibliográfica e análise de relatórios governamentais e de organizações internacionais, observa-se que o sistema educacional em Moçambique enfrenta desafios significativos, como a insuficiência de infraestruturas adequadas e a falta de formação qualificada para os professores. Conclui-se que, embora a Lei 18/2018 tenha estabelecido metas ambiciosas para melhorar a qualidade da educação, é necessária uma maior intervenção do Estado para garantir o cumprimento desses objectivos.

O décimo artigo de autoria de Gamito Tiago Jemusse tematiza "Avaliação institucional em comparação com a melhoria da qualidade educacional em Moçambique". Este estudo, com o tema "Avaliação Institucional (AI) Versus Melhoria da Qualidade Educacional em Moçambique", tem como foco a UnISCED-Niassa e visa explorar como a AI pode contribuir para a melhoria da qualidade educacional. O objetivo é compreender o papel da AI no processo de identificação de áreas de fortalecimento e de ajuste dentro das instituições educacionais, promovendo uma gestão mais eficaz e voltada para a qualidade. Após uma análise detalhada do tema, foi possível concluir que a AI está diretamente ligada à qualidade das instituições, pois oferece uma oportunidade valiosa para que as escolas revisem suas práticas, identifiquem seus pontos fortes e fracos e planejem intervenções adequadas. Esse processo não só fortalece o que já está funcionando bem, como também permite corrigir falhas e superar desafios. A AI proporciona um olhar interno para a instituição, permitindo que ela avalie suas próprias atividades e encontre formas de aperfeiçoar seu desempenho, o que, por sua vez, contribui para a melhoria contínua da qualidade educacional. Ela ajuda a garantir que a instituição esteja em conformidade com os padrões esperados, ao mesmo tempo em que oferece uma chance de replanejar e ajustar estratégias pedagógicas e administrativas com base nas necessidades identificadas.

O décimo primeiro artigo de autoria de Diamantino Hilário Norte e Dulce João Nunes Langa tem como título "Procedimentos institucionais de avaliação interna do curso e programa no modelo de 12ª + 3 anos na escola de professores do futuro em Niassa. Este artigo estuda sobre procedimentos de avaliação interna do curso e programa de Formação de Professores no modelo de 12ª + 3 anos na Escola de Professores do Futuro (EPF) em Niassa. Busca analisar o curso e programa de Formação de Professores, identificando as práticas da avaliação interna, metodologias e impactos na formação docente. Foi elaborado através duma abordagem qualitativa, questiona sobre desafios e as oportunidades de aprimoramento na formação, reforçado por obras de autores como: Casali

(2007), Brandalise (2015); Veiga (2013), Guerra (1995), além de análise documental das pastas dos departamentos, relatório de avaliação, programas do curso de formação de professores. Utilizou entrevista sem-estruturada, inquérito e registo de dados com chefes dos departamentos, formandos e gestores, num universo de 10 profissionais da Educação. Os resultados mostraram que a EPF tem dificuldades de efetivar os procedimentos da avaliação interna do curso e programa no modelo de 12ª + 3 anos. Estas dificuldades afetam o processo de implementação do Curso e Programas de Formação que foi implementado pela lei 18/ 2018, notou-se que os formadores não dominam as modalidades e procedimento de avaliação interna. E é urgente à criação de mapas de dimensão na EPF. A pesquisa pode melhorar a qualidade dos procedimentos da avaliação interna nos Institutos de formação e apoiar o MINEDH a pensar sobre os mapas de dimensão e padrões de indicadores de avaliação interna nos IFP e EPF.

Já o décimo segundo artigo é intitulado "Desafios da avaliação institucional interna na escola primária: o caso da educação básica de Sanjala" de autoria de Florinda Isabel Nssepe e Victorino Tiago França. Este artigo investiga os desafios da avaliação institucional interna na Escola Básica de Sanjala, em Moçambique, buscando compreender os fatores que dificultam a implementação eficaz desse processo. A pesquisa adopta uma abordagem qualitativa, utilizando metodologias como entrevistas semiestruturadas, observação participante, análise documental e grupos focais. Os resultados indicam que a escola enfrenta barreiras significativas, incluindo a falta de recursos materiais, a capacitação insuficiente de professores e gestores, o baixo envolvimento da comunidade escolar e as pressões contextuais que limitam a autonomia da instituição. A avaliação institucional, quando implementada de forma eficaz, pode servir como um instrumento de melhoria contínua e promoção da qualidade educacional na Escola Básica de Sanjala.

Por fim, a coletânea encerra-se com o artigo "Governação institucional e os resultados de avaliação na melhoria dos processos" de Felizardo Fernando e Benjamim Tiago França. O presente artigo reflete sobre o processo de Governação institucional e os resultados de avaliação na melhoria dos processos institucionais como tem sido a avaliação institucional para a garantia da melhoria e analisar os critérios de mapa de avaliação interna dos processos do Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências com formar-me a focalizar as etapas necessárias para focalizar a instituição. Portanto, os cursos a serem acreditados devem possuir na média uma percentagem global de 90 a 100% a para garantir a implementação do novo curso, conforme as exigências do Conselho Nacional de Avaliação e Qualidade do ensino superior (CNAQ), a instituição competente na aquisição de declaração de acreditação prévia,

que os processos institucionais com governação eficaz, avaliação, eficiência, transparência e inovação visam analisar os critérios de verificação de cursos de pós-graduação para efeitos de acreditação prévia.

Enfim, o leitor encontrará nas páginas que se seguem profundas reflexões e debates epistemológicos sobre a educação básica e as políticas educacionais. São profícuas reflexões debatendo a relevância do rigor na pesquisa sobre educação básica e políticas educacionais bem como avaliação institucional. É a partir de pesquisas como essas que podemos pensar ações concretas para melhorar efetivamente a qualidade da educação básica com vistas a construção de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna.

Organizadores

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA BÁSICA 4 DE OUTUBRO - MANDIMBA

Adriano António Laina
Almeida Meque Gomundanhe

INTRODUÇÃO

A autoavaliação institucional é um elemento fundamental no contexto educacional actual, desempenhando um papel crucial na melhoria da qualidade do ensino e na eficácia das instituições de ensino. Ela envolve processos sistemáticos que visam analisar e aprimorar práticas educativas, assegurando que os objectivos pedagógicos sejam atingidos de forma eficaz. Com a crescente demanda por qualidade e transparência na educação, a avaliação interna se torna um instrumento vital para a gestão e a tomada de decisões, contribuindo para a melhoria das instituições.

No entanto, a efectividade da avaliação interna não depende apenas de critérios e indicadores técnicos, mas também das percepções e atitudes dos docentes envolvidos. A maneira como os professores interpretam e respondem a essas avaliações pode influenciar significativamente a implementação e o impacto das acções decorrentes desse processo. Portanto, compreender a percepção dos docentes em relação à avaliação interna institucional é essencial para assegurar que essa prática seja vista como uma oportunidade de desenvolvimento e não apenas como um mecanismo de controlo.

Este estudo tem como objectivo geral compreender as percepções dos professores sobre a Autoavaliação institucional na Escola Básica 4 de Outubro, no distrito de Mandimba, na província de Niassa. Ao investigar sobre as percepções dos educadores em relação a esse processo, buscamos: a) Obter informações sobre o grau de participação dos docentes no processo da autoavaliação; b) Entender como o processo de avaliação interna influencia as práticas pedagógicas dos docentes e c) Identificar os obstáculos e desafios percebidos pelos docentes em relação à avaliação interna. Assim, a questão de

pesquisa que orienta esta investigação é: Como os professores da Escola Básica 4 de Outubro percebem o processo de autoavaliação institucional?

Ao compreender as percepções dos professores, a pesquisa pode sugerir estratégias para aumentar o envolvimento dos professores na avaliação institucional. Uma maior participação e engajamento dos professores no processo podem resultar em uma avaliação mais rica e representativa, o que facilita a criação de soluções mais adequadas às necessidades da escola.

1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é um processo sistemático e contínuo que visa analisar e aprimorar o funcionamento de uma instituição educacional. Esse conceito abrange uma variedade de práticas e abordagens que têm como objectivo colectar, interpretar e utilizar dados para informar decisões que melhorem a qualidade do ensino e da gestão educacional. Segundo Rossi *et al., (2019),* a avaliação institucional pode ser definida como um conjunto de métodos e instrumentos que permitem avaliar o desempenho de uma instituição em relação aos seus objectivos, missão e padrões de qualidade estabelecidos. A avaliação institucional é amplamente discutida por autores contemporâneos, que trazem abordagens diversas sobre sua relevância, práticas e desafios.

Dias Sobrinho (2020) argumenta que a avaliação institucional deve ser vista como um processo de mediação democrático e inclusivo, especialmente no contexto educacional. Para ele, a avaliação vai além de uma mera verificação de resultados. Ela deve ser um mecanismo de transformação, envolvendo toda a comunidade acadêmica em uma prática participativa e dialógica. Dessa forma, a avaliação institucional se torna um processo formativo, que permite à instituição não apenas identificar suas falhas, mas também buscar soluções colectivas. Sobrinho enfatiza que a avaliação crítica promove a emancipação e autonomia dos atores envolvidos, pois "não se trata apenas de medir, mas de compreender e agir sobre os resultados" (Sobrinho, 2020, p. 56). Por outro lado, Lucie Sauvé (2018), ao falar da avaliação em contextos ambientais, destaca a importância de integrar a avaliação institucional com práticas sustentáveis. Para Sauvé, a avaliação institucional deve considerar os impactos ambientais e sociais das práticas institucionais, propondo que a avaliação promova uma reflexão contínua sobre como a instituição pode alinhar-se às metas de sustentabilidade global. Sauvé destaca que "a avaliação não deve ser um fim em si mesma, mas sim um meio de reforçar o compromisso da instituição com práticas mais responsáveis e sustentáveis" (Sauvé, 2018, p. 23).

Já o Peter Senge (2021) oferece uma visão mais ampla, sugerindo que a avaliação institucional deve ser parte de um processo contínuo de aprendizagem

organizacional. Para ele, as instituições que aprendem são aquelas que conseguem incorporar o feedback da avaliação para promover mudanças estruturais e inovadoras. Senge (2021) ressalta a importância de cultivar uma cultura de aprendizagem contínua, onde a avaliação é uma ferramenta fundamental para a melhoria contínua. Ele afirma que "a avaliação deve ser um processo dinâmico e recorrente, que permite à instituição se adaptar e evoluir em resposta aos desafios do ambiente" (Senge, 2021, p. 102).

De modo geral, a avaliação institucional é vista como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento e melhoria contínua das instituições. Embora José Dias Sobrinho (2020) enfoque o caráter participativo e democrático do processo de avaliação, defendendo sua relevância na transformação educacional, Lucie Sauvé (2018) amplia essa visão ao considerar que a avaliação também deve incluir questões de sustentabilidade e responsabilidade social. Peter Senge (2021), por sua vez, coloca a avaliação dentro de um processo maior de aprendizagem organizacional, destacando seu papel na promoção da inovação e adaptação contínua. Em síntese, a avaliação institucional é um processo multifacetado, essencial para a eficácia das instituições e seu alinhamento com os desafios contemporâneos.

1.1 Tipos de Avaliação Institucional

1.1.1 Avaliação Interna / Autoavaliação

É um processo de análise realizado pela própria instituição, com o objetivo de refletir sobre suas atividades e identificar oportunidades de melhoria. A **autoavaliação é vista como um instrumento de gestão,** ressaltando que ela oferece uma visão global da organização, permitindo intervenções mais precisas para a melhoria dos processos internos (Arango; Leite & Moraes, 2019). Esse enfoque coloca a autoavaliação como uma ferramenta estratégica para a tomada de decisões mais eficazes.

Silva, Souza e Cardoso (2020) reforçam a ideia de que a autoavaliação é essencial para **melhorar a qualidade do ensino superior**, já que possibilita à instituição ajustar suas práticas pedagógicas e administrativas com base em dados internos. Essa abordagem foca na relevância da autoavaliação para garantir a excelência acadêmica.

Por fim, Santos, Pereira e Almeida (2021) apontam que "a autoavaliação representa uma oportunidade para a instituição envolver toda a comunidade acadêmica em um esforço conjunto de autocrítica, visando o aprimoramento de suas práticas" (p. 115). Esses autores reforçam a ideia de que a participação de diferentes actores institucionais é fundamental para garantir que o processo seja

abrangente e que os resultados gerem impacto positivo. Em relação ao mesmo assunto, eles apontam para a autoavaliação como uma prática que promove tanto a gestão eficaz quanto a melhoria da qualidade educacional, além de fortalecer a participação colectiva no processo de aprimoramento contínuo da instituição.

1.1.2 Avaliação Externa

É um processo realizado por profissionais independentes que não fazem parte da instituição avaliada, tendo como principal objectivo fornecer uma visão objectiva e crítica sobre o seu desempenho. Conforme apontado por Melo, Gonçalves e Silva (2020), esse tipo de avaliação garante que a instituição esteja de acordo com padrões de qualidade predefinidos, além de identificar áreas que necessitam de melhorias. A imparcialidade dos avaliadores externos contribui para que problemas ou desafios que possam ter sido ignorados ou subestimados internamente sejam trazidos à tona. Já para Borges, Lima e Santos (2019), a avaliação externa é fundamental em processos de acreditação, uma vez que avaliadores de fora da instituição utilizam critérios técnicos e objectivos para julgar a conformidade das práticas institucionais. Para os autores, esse processo é indispensável para validar a qualidade das acções internas e assegurar que a organização esteja no caminho certo para obter reconhecimentos formais e certificações.

Além disso, Lopes, Pereira e Almeida (2021) sublinham a importância da avaliação externa como complemento à autoavaliação, ressaltando que ela permite à instituição se comparar com padrões globais. Isso é particularmente relevante para organizações que buscam certificações internacionais ou desejam se alinhar a normativas externas de qualidade. A avaliação externa, nesse sentido, é vista como uma oportunidade estratégica para o aprimoramento contínuo e para a adequação às melhores práticas globais.

Assim, a avaliação externa é vista como um mecanismo essencial para validar, aprimorar e garantir a qualidade das instituições, além de ser uma ferramenta indispensável para processos de acreditação e alinhamento com padrões globais.

1.2 Etapas da Autoavaliação Institucional

Os procedimentos de autoavaliação institucional são essenciais para que uma organização, como uma instituição de ensino, avalie o desempenho de suas atividades e processos internos. Esse processo permite identificar pontos fortes e áreas de melhoria, contribuindo para o desenvolvimento contínuo da instituição. (Santos, 2023).

De acordo com Pereira, (2021), Silva e Oliveira, (2022) e Santos, (2023) a autoavaliação institucional obedece diversas etapas e atividades a saber:

a) Definição de Objectivos: O primeiro passo envolve a definição clara dos objectivos da autoavaliação, que podem incluir a melhoria da qualidade de ensino, o uso eficiente de recursos e a satisfação dos alunos e funcionários.

b) Formação de uma Comissão de Autoavaliação: Uma comissão, composta por membros representativos de várias áreas, deve ser formada para coordenar a autoavaliação. Isso garante que todas as perspectivas sejam consideradas.

c) Desenvolvimento de Instrumentos de Avaliação: A criação de instrumentos como questionários, entrevistas e grupos focais é essencial para coletar dados sobre aspectos como a qualidade do ensino, infraestrutura e o relacionamento com a comunidade.

d) Coleta de Dados: Os dados são coletados dos diferentes públicos da instituição, como alunos, professores e funcionários, utilizando os instrumentos de avaliação desenvolvidos.

e) Análise de Dados: Os dados obtidos são analisados para identificar padrões e áreas que necessitam de melhoria. Técnicas estatísticas são utilizadas para dados quantitativos, enquanto a análise de conteúdo é aplicada aos dados qualitativos.

f) Elaboração do Relatório de Autoavaliação: Um relatório é elaborado com base nos resultados da avaliação, destacando os pontos fortes e fracos da instituição, além de propor ações de melhoria.

g) Divulgação dos Resultados: Os resultados da autoavaliação devem ser compartilhados com a comunidade institucional de maneira transparente, para que todos estejam cientes das conclusões e possam participar da melhoria contínua.

h) Definição de Planos de Acção: Com base nos resultados, a instituição desenvolve planos de ação com metas claras, prazos e indicadores de sucesso para implementar as mudanças necessárias.

i) Monitoramento e Avaliação Contínua/ Reavaliação Regular: Um sistema de monitoramento é estabelecido para acompanhar o progresso das ações de melhoria e garantir que as metas sejam alcançadas. É necessário que o processo de autoavaliação seja cíclico, ocorrendo em intervalos regulares, como anual ou bianual, para assegurar a continuidade da melhoria institucional.

1.3 Importância da Autoavaliação Institucional

A autoavaliação institucional desempenha um papel fundamental no aprimoramento contínuo das instituições educacionais, permitindo uma análise interna de seus processos e resultados. De acordo com Oliveira (2018), a autoavaliação é um mecanismo essencial para que as instituições identifiquem suas fraquezas e fortalezas, promovendo uma cultura de reflexão e mudança interna. Esse processo estimula a participação de todos os membros da comunidade escolar, como docentes, discentes e gestores, o que contribui para a criação de um ambiente colaborativo em que as decisões são tomadas de forma mais informada e alinhadas com as necessidades reais da instituição.

A autoavaliação institucional permite uma visão detalhada e objectiva do desempenho acadêmico e administrativo, facilitando a identificação de problemas antes que se tornem críticos (Santos, 2020). Ao realizar uma análise sistemática de suas práticas, a instituição pode ajustar seus planos de acção, revisando políticas educacionais e administrativas de acordo com os resultados obtidos. Além disso, o processo de autoavaliação promove a transparência na gestão escolar, uma vez que os resultados são compartilhados com todos os envolvidos, criando um ciclo contínuo de melhoria e prestação de contas.

Outro aspecto importante é a contribuição da autoavaliação para o desenvolvimento profissional dos docentes. Pereira (2019) argumenta que ao participarem activamente do processo, os professores têm a oportunidade de reflectir sobre suas próprias práticas pedagógicas e de identificar áreas em que podem melhorar. Essa reflexão crítica pode levar à adoção de novas estratégias didácticas e ao aprimoramento das metodologias de ensino, resultando em uma melhor qualidade educacional. Além disso, a autoavaliação proporciona aos docentes maior envolvimento com a gestão escolar, criando um senso de pertencimento e responsabilidade pelo sucesso da instituição.

2. METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza qualitativa, tendo envolvido 6 participantes sendo todos professores da Escola Básica 4 de Outubro, no distrito de Mandimba, situado na Província de Niassa-Moçambique. Os dados foram colectados com recurso a técnica de entrevista semi-estruturada dirigidas aos participantes que de forma livre, os professores foram respondendo segundo as suas percepções. A análise de dados foi feita recorrendo a técnica de análise de conteúdos que facilitou a compreensão e interpretação dos dados textuais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta secção, são apresentados e analisados os dados colectados com base nas percepções dos docentes da Escola Básica 4 de Outubro sobre o processo de autoavaliação institucional. As respostas dos participantes são discutidas à luz da revisão da literatura, buscando compreender a relação entre o envolvimento dos professores, a eficácia da autoavaliação e o impacto dessa prática na melhoria contínua da instituição. A análise qualitativa dos dados revela tanto as potencialidades quanto os desafios enfrentados pela escola na implementação de um processo de autoavaliação inclusivo e eficaz.

3.1 Conceito de autoavaliação institucional

Sobre o conceito da autoavaliação institucional perguntamos aos participantes: O que entende por autoavaliação institucional? Estes responderam:

> *"Autoavaliação institucional refere-se ao processo sistemático de avaliação que acontece dentro da instituição" (P1, P4, P5, P6).*
> *"É um processo pelo qual uma instituição analisa e reflete sobre as suas práticas" (P2).*
> *"É o processo de avaliação da instituição com a participação da comunidade escolar" (P3).*

A maioria dos professores reconheceu a autoavaliação como um processo interno de reflexão sobre as práticas da instituição, o que está em sintonia com a definição de Rossi *et al.,* (2019), que descreve a autoavaliação como uma análise sistemática do desempenho institucional. A resposta dos participantes (P1, P4, P5, P6) indica uma compreensão clara desse conceito, referindo-se à autoavaliação como um "processo sistemático de avaliação dentro da instituição," alinhando-se à visão de Dias Sobrinho (2020) que enfatiza o caráter democrático e transformador desse processo. No entanto, a menção à participação da comunidade escolar (P3) complementa a perspectiva de Sobrinho, destacando a necessidade de envolvimento amplo na autoavaliação.

3.2 Objectivos da autoavaliação

Atinente aos objectivos da autoavaliação institucional, formulamos a seguinte questão: Na sua opinião, quais são os principais objectivos da autoavaliação na escola? Os participantes responderam dizendo:

"Aferir os pontos fortes e fracos da instituição e providenciar melhorias contínuas" (P1).
"Identificar pontos fortes e áreas que precisam de melhorias promovendo um ambiente de aprendizado mais eficaz" (P2).
"Elevar o ensino das crianças e desenvolver a escola" (P3).
"Manter a escola organizada e conservada e assegurar um aproveitamento pedagógico positivo" (P4).
"Perceber se os métodos usados são viáveis ou não e procurar melhorias" (P5).
"Avaliar a organização e o desempenho no processo de ensino-aprendizagem" (P6).

As respostas quanto aos objectivos da autoavaliação, todos os participantes focam-se principalmente na identificação de pontos fortes e áreas de melhoria, o que está de acordo com as proposições de Arango, Leite e Moraes (2019) e Silva, Souza e Cardoso (2020), que enfatizam a autoavaliação como uma ferramenta para ajustar práticas pedagógicas e administrativas. A percepção de que a autoavaliação visa o desenvolvimento da escola (P3) e a melhoria do ensino (P5, P6) é coerente com o conceito de **Senge (2021)**, que vê a autoavaliação como parte de um ciclo de aprendizagem organizacional contínua, promovendo mudanças estruturais e inovadoras.

3.3 Envolvimento dos docentes no processo autoavaliação institucional

Sobre o envolvimento dos docentes no processo de autoavaliação, perguntamos aos participantes o seguinte: Em algum momento participou em um processo de avaliação institucional? Se sim, como foi sua experiência? Desta questão, obtivemos a seguinte resposta:

"Nunca participei" (P1, P2, P3,P4,P5, P6).

O facto de nenhum dos professores entrevistados ter participado de um processo de autoavaliação (de P1 a P6) revela uma lacuna importante na implementação dessa prática. Essa falta de participação contradiz a visão de Santos, Pereira e Almeida (2021), que argumentam que a autoavaliação deve envolver toda a comunidade acadêmica para ser eficaz. Dias Sobrinho (2020) também destaca a importância do processo ser participativo e dialógico, o que não parece ser uma realidade para os professores entrevistados. A ausência de envolvimento direto dos docentes no processo sugere uma oportunidade perdida de promover uma cultura de participação e reflexão crítica, fundamental para o sucesso da autoavaliação.

3.4 Promoção de melhoria da autoavaliação na instituição

Neste ponto pretendíamos saber se a autoavaliação promovia melhoria na instituição na qual fizemos a seguinte questão: Na sua opinião, o processo de

avaliação institucional pode promover melhorias na escola? Se sim, como? E os participantes dirigiram-se nos seguintes termos:

> *"Sim. Não sei como" (P1, P4, P5, P6).*
> *"Sim. Através de promoção de reuniões com a comunidade escolar para desenhar mecanismos que possam gerar melhoria da aprendizagem das crianças, porque é no processo de avaliação que identificamos as dificuldades e procuramos os meios de como melhorar" (P2, P3).*

A maioria dos professores reconheceu que a autoavaliação pode promover melhorias, embora alguns não soubessem como dizem o P1, P4, P5 e P6. No entanto, P2 e P3 destacaram a importância de reuniões com a comunidade escolar para desenhar mecanismos de melhoria, o que está em consonância com a ideia de Dias Sobrinho (2020) sobre a avaliação como um processo transformador. Além disso, a menção de P2 e P3 sobre a identificação de dificuldades e a busca por soluções colectivas reflete a abordagem de Sobrinho, que vê a avaliação como um meio de emancipação e autonomia institucional.

3.5 Comunicação dos resultados da autoavaliação

Sobre a divulgação dos resultados da avaliação interna perguntamos: Como é que os resultados de avaliação institucional são comunicados e discutidos com os docentes? Como essa comunicação poderia ser melhorada? De seguida os professores responderam o seguinte:

> *"Marca-se uma reunião para a divulgação dos resultados" (P1, P2, P4, P6).*
> *"São comunicados nos encontros mas precisa de um envolvimento de todos os membros da comunidade escolar" (P3, P5).*

As respostas dos participantes (P1, P2, P4, P6) indicam que os resultados da avaliação são comunicados por meio de reuniões, mas a sugestão de P3 e P5 sobre a necessidade de maior envolvimento da comunidade escolar reflete o que Silva e Cardoso (2020) mencionam sobre a importância da transparência e da participação colectiva. A comunicação eficaz dos resultados é essencial para garantir que as recomendações sejam implementadas e que o processo de autoavaliação tenha um impacto positivo e contínuo.

3.6 Desafios na participação docente no processo de autoavaliação institucional

Como forma de compreender sobre os aspectos que constituíam os desafios na participação dos professores no processo de autoavaliação institucional fizemos a questão seguinte: Quais são os desafios na participação

docente no processo de autoavaliação institucional nesta escola? Os professores responderam dizendo:

> *"Deve haver comunicação constante sobre as avaliações feitas dentro da instituição como forma de assegurar a efetivação das recomendações deixadas pela equipe de avaliação" (P1).*
> *"Envolver cada vez mais os professores no processo de avaliação interna" (P3, P4, P6).*
> *"Acolher as opiniões e sugestões dos professores a quando do processo de avaliação" (P5).*

Os desafios apontados pelos participantes, como a falta de comunicação constante e a necessidade de maior envolvimento dos professores (P1, P3, P4, P6), estão em linha com as discussões de Santos, Pereira e Almeida (2021) sobre a importância de envolver toda a comunidade acadêmica no processo. Esses desafios também revelam uma oportunidade de melhoria nas práticas de autoavaliação da instituição, com base na promoção de uma cultura de participação ativa, como sugerido por Senge (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autoavaliação institucional é uma ferramenta estratégica e fundamental para a melhoria contínua das instituições de ensino, especialmente na Escola Básica 4 de Outubro, onde o estudo revela uma compreensão limitada e uma baixa participação dos professores nesse processo. A falta de envolvimento dos professores no processo de autoavaliação institucional, evidenciada pela ausência de experiências diretas e pela comunicação ainda restrita dos resultados, mostra que há espaço para aprimorar o diálogo e a colaboração dentro da escola. Embora os docentes reconheçam a importância da autoavaliação para identificar pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias, a prática não está consolidada de forma participativa e sistemática.

A revisão da literatura reforça a necessidade de um processo de autoavaliação institucional inclusivo, onde toda a comunidade escolar esteja envolvida, contribuindo para a transformação da instituição. Autores como Dias Sobrinho (2020) enfatizam que a autoavaliação deve ser democrática e dialógica, promovendo uma transformação educacional e emancipação dos atores envolvidos. Portanto, para a Escola Básica 4 de Outubro, há uma necessidade urgente de promover uma cultura de autoavaliação que seja contínua, participativa e orientada para a melhoria das práticas educativas e administrativas.

Neste contexto, recomenda-se que a direção da Escola Básica 4 de Outubro invista em formações contínuas para os docentes, a fim de sensibilizá-los quanto à importância da autoavaliação institucional. Isso permitirá que

todos os membros da comunidade escolar compreendam o processo e vejam nele uma oportunidade de crescimento e melhoria contínua. Criação de um comitê de autoavaliação que inclua representantes de todas as áreas da escola, como professores, alunos e pais, pode garantir que diferentes perspectivas sejam consideradas durante o processo de avaliação.

A comunicação dos resultados da autoavaliação deve ser feita de maneira mais ampla e acessível, com reuniões periódicas abertas a todos os membros da comunidade escolar. O envolvimento dos docentes e outros intervenientes escolares na interpretação dos resultados pode gerar um ambiente de maior colaboração, permitindo que ações de melhoria sejam implementadas de forma mais eficaz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R., & Gomes, F. (2019). Desenvolvimento profissional e a importância da avaliação institucional. **Revista Brasileira de Educação**, 24 (3), 67-72.

ARANGO, M., Leite, D., & Moraes, M. (2019). Autoavaliação institucional como instrumento de gestão: Reflexões e práticas. **Revista de Administração Educacional**, 22 (3), 57-68.

BORGES, L. S., Lima, C. R., & Santos, M. A. (2019). A avaliação externa como instrumento de acreditação institucional: Uma análise crítica. **Revista de Políticas Educacionais**, 24 (4), 76-89.

DIAS SOBRINHO, J. (2020). **A Avaliação como Mediação**: uma abordagem democrática e inclusiva. São Paulo: Cortez.

DIAS, L., & Pires, A. (2018). A importância da acreditação na avaliação institucional. **Cadernos de Gestão Universitária**, 14(1), 74-79.

FERREIRA, M., & Almeida, T. (2020). Transparência e credibilidade: O papel da avaliação institucional. **Revista de Políticas Educacionais**, 22 (2), 82-90.

LIMA, J., & Costa, R. (2021). A avaliação institucional como suporte à gestão estratégica. **Revista de Avaliação e Desenvolvimento**, 27 (2), 145-155.

LOPES, J. M., PEREIRA, V. R., & ALMEIDA, T. S. (2021). A contribuição da avaliação externa para o desenvolvimento institucional e a conformidade internacional. **Revista de Avaliação e Desenvolvimento**, 29 (3), 110-125.

MARTINS, A., SILVA, C., & FERREIRA, E. (2020). Cultura de avaliação e engajamento na comunidade acadêmica. **Revista de Avaliação Institucional**, 19 (1), 91-99.

MELO, A. C., GONÇALVES, F. P., & SILVA, R. J. (2020). Avaliação externa e seu papel na melhoria da qualidade institucional. **Revista de Avaliação Institucional**, 18 (2), 43-56.

OLIVEIRA, M. (2018). **Avaliação institucional e qualidade educacional.** Editora Educação Moderna.

PEREIRA, M. (2021). **Estratégias de autoavaliação institucional.** Editora Educação.

PEREIRA, R. (2019). **Autoavaliação institucional**: estratégias e metodologias. Editora Acadêmica.

ROCHA, S., & LIMA, F. (2021). Normas e padrões na educação: A importância da avaliação institucional. **Cadernos de Gestão Educacional**, 15 (4), 115-123.

SANTOS, A. (2023). **Gestão da qualidade em instituições de ensino.** Editora Acadêmica.

SANTOS, F. (2020). **Gestão escolar participativa**: Práticas de autoavaliação. Editora Contexto.

SANTOS, M. J., PEREIRA, V. B., & ALMEIDA, R. S. (2021). Autoavaliação em instituições de ensino: Desafios e oportunidades. **Revista Brasileira de Educação**, 26 (4), 110-123.

SAUVÉ, L. (2018). **Educação e Avaliação Ambiental**: Fundamentos e práticas. São Paulo: Editora Senac.

SENGE, P. (2021). **The Fifth Discipline**: The Art and Practice of the Learning Organization. New York: Crown Business.

SILVA, A. R., SOUZA, F. P., & CARDOSO, J. T. (2020). Autoavaliação institucional e a melhoria da qualidade de ensino superior: Um estudo de caso. **Cadernos de Gestão Universitária**, 12 (1), 32-45.

SILVA, J., & OLIVEIRA, L. (2022). **Processos de avaliação institucional**: Fundamentos e práticas. Editora Universitária.

SILVA, P., SANTOS, R., & OLIVEIRA, L. (2019). Qualidade educacional e avaliação institucional. **Revista Brasileira de Educação**, 23 (2), 110-118.

SOUSA, R., & CARDOSO, M. (2020). Impacto social das instituições: A avaliação como ferramenta de compreensão. **Revista de Estudos Sociais**, 17 (3), 100-107.

O CONTRIBUTO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA NO ENSINO MOÇAMBICANO: CASO DE UMA ESCOLA PRIMÁRIA DE NSAÚCA, DISTRITO DE SANGA

Victorino Tiago França
João Saíde

INTRODUÇÃO

A educação desempenha um papel central no desenvolvimento de qualquer nação, sendo um dos pilares fundamentais para o progresso socioeconómico e cultural. Em Moçambique, desde a independência, esforços têm sido direccionados para a melhoria da qualidade do ensino cm todos os níveis de escolaridade. A implementação de políticas educacionais inclusivas e o fortalecimento das instituições de ensino têm-se mostrado essenciais nesse processo. Dentro deste contexto, a avaliação institucional interna surge como uma ferramenta indispensável para monitorar e garantir a qualidade das práticas pedagógicas e de gestão escolar.

A avaliação institucional interna, compreendida como o processo pelo qual as escolas analisam criticamente seus próprios desempenhos e práticas, tem ganhado relevância como um mecanismo de auto-aperfeiçoamento contínuo. Ela permite identificar pontos fortes e fragilidades no ensino, na administração e nas interacções com a comunidade escolar, orientando a tomada de decisões informadas e o desenvolvimento de estratégias para superar desafios. No entanto, a eficácia deste processo depende de diversos factores, como a capacitação dos gestores e docentes, a participação da comunidade escolar e o suporte das autoridades educacionais.

Este trabalho tem como foco analisar o contributo da avaliação institucional interna no ensino moçambicano, utilizando como estudo de caso a Escola Primária de Nsaúca, localizada no Distrito de Sanga. Esta escola, como muitas outras em Moçambique, enfrenta desafios relacionados à qualidade do ensino, infraestrutura e gestão escolar. O estudo busca entender de que forma a avaliação interna pode auxiliar na superação desses desafios e contribuir para a melhoria contínua da qualidade educacional.

A análise da experiência da Escola Primária de Nsaúca poderá oferecer insights valiosos sobre os benefícios e as limitações da avaliação institucional interna em contextos educacionais similares em Moçambique, apontando caminhos para políticas mais eficazes de gestão escolar e melhoria da qualidade do ensino.

CONCEITOS BÁSICOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional refere-se ao processo sistemático de colecta e análise de informações sobre uma instituição educacional, com o objectivo de melhorar sua eficiência e eficácia. É uma prática abrangente que abrange a avaliação dos processos de gestão, práticas pedagógicas, infraestrutura e impacto social. Através dessa abordagem, busca-se garantir a melhoria contínua e a prestação de contas para com os stakeholders (gestores, professores, alunos, comunidade).

De acordo Fernandes (2008, p. 45), "a avaliação institucional é um processo contínuo de investigação sobre o desempenho de uma instituição, que visa não apenas diagnosticar problemas, mas também orientar decisões para a melhoria da qualidade".

A avaliação institucional interna é uma modalidade de avaliação institucional realizada pelos próprios membros da instituição, como gestores, professores e, em alguns casos, alunos e comunidade. Essa forma de avaliação é mais introspectiva e tem como foco a auto-análise da escola, buscando identificar pontos fortes e áreas de melhoria. Seu propósito é guiar o desenvolvimento institucional, proporcionando um ambiente de reflexão crítica e planejamento estratégico. Este posicionamento é defendido também por Lima (2011, p. 89), na qual diz que "a avaliação institucional interna consiste no processo de análise crítica realizado pela própria instituição, permitindo uma visão interna sobre suas práticas e resultados, com vistas a promover mudanças a partir de dentro".

AVALIAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL MOÇAMBICANO

A avaliação no contexto educacional moçambicano tem sido vista como uma ferramenta chave para promover melhorias na qualidade do ensino e assegurar a prestação de contas. Em Moçambique, o sistema de avaliação busca equilibrar a necessidade de controlar a qualidade dos serviços educacionais e fornecer informações úteis para o aprimoramento das instituições. A avaliação educacional, especialmente nas últimas décadas, tem desempenhado um papel fundamental na implementação de políticas públicas e na melhoria dos resultados escolares.

Segundo Chambo (2015, p. 112), a ‘‘avaliação educacional em Moçambique, ainda que desafiada por limitações de recursos e infraestrutura, tem sido implementada como um mecanismo de controlo e aperfeiçoamento contínuo, tanto para monitorar o desempenho dos alunos quanto para avaliar as condições de ensino’’ Isso reflecte um esforço nacional para atender às demandas por uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Além disso, para Nhampossa (2010, p. 73), “no contexto moçambicano, a avaliação educacional enfrenta desafios específicos, como a falta de formação adequada dos docentes e a carência de materiais pedagógicos, mas continua sendo um processo indispensável para orientar a melhoria da prática pedagógica’’. Esses desafios, contudo, não diminuem a importância da avaliação, mas apontam para a necessidade de uma abordagem mais contextualizada e ajustada às realidades locais.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA NA EDUCAÇÃO

A avaliação institucional interna em uma instituição educacional desempenha um papel crucial no processo de melhoria contínua da qualidade do ensino. Para Santos (2017, p. 33), “a avaliação interna proporciona um diagnóstico detalhado das práticas pedagógicas e administrativas, facilitando a identificação de áreas que necessitam de aprimoramento’’ Essa prática permite que as instituições reflictam sobre suas políticas e processos, garantindo que eles estejam alinhados com seus objectivos educacionais e com as necessidades da comunidade escolar.

Silva e Andrade (2018, p. 47) argumentam que “a avaliação institucional interna é fundamental para promover a transparência e a responsabilização, permitindo que a escola responda de forma mais eficaz aos desafios educacionais’’. Ao fornecer informações concretas sobre o funcionamento da instituição, a avaliação ajuda a estabelecer metas claras e oferece uma base sólida para o desenvolvimento de planos de acção estratégicos.

Além disso, para Oliveira (2019, p. 15), ‘’a avaliação interna não só fortalece a gestão escolar, mas também promove o engajamento de todos os membros da comunidade educativa, criando uma cultura de melhoria contínua’’. Este processo envolve a participação activa de professores, gestores e, em alguns casos, até mesmo dos alunos, promovendo uma abordagem colaborativa para a resolução de problemas e a tomada de decisões.

A avaliação institucional, tanto interna quanto externa, também tem ganhado espaço como um componente vital no fortalecimento das escolas em Moçambique. De acordo com Matavele (2013, p. 94), acrescenta que, “a avaliação institucional no país tem sido instrumental na identificação de lacunas administrativas e pedagógicas, promovendo a cultura de autoavaliação e desenvolvimento profissional entre os docentes’’.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA NO ENSINO PRIMÁRIO

A avaliação institucional interna no ensino primário é uma ferramenta essencial para monitorar a qualidade da educação e identificar áreas que precisam de melhorias. Porém, Ribeiro (2019, p. 76), "a avaliação interna nas escolas primárias deve ser um processo contínuo, que permita a reflexão sobre as práticas pedagógicas e a adaptação às necessidades dos alunos". Essa abordagem proporciona um entendimento mais claro das dinâmicas de aprendizagem e ajuda os educadores a ajustarem suas metodologias.

Além disso, conforme afirmado por Almeida e Sousa (2020, p. 54), "a implementação de avaliações internas eficazes nas escolas primárias contribui para a promoção de um ambiente educacional mais inclusivo e responsivo às diversidades". A avaliação não só analisa o desempenho académico, mas também considera factores contextuais que influenciam a aprendizagem dos alunos.

Por fim, Ferreira (2021, p. 42) destaca que " a avaliação institucional interna é um instrumento de gestão que permite às escolas primárias estabelecerem metas e monitorarem seu progresso, garantindo assim um ensino de qualidade". Essa prática de autoavaliação fortalece a capacidade da instituição de se adaptar e evoluir de acordo com as demandas educacionais.

IMPACTO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA NUMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

O impacto da avaliação institucional interna em uma instituição educacional é vasto, influenciando desde a gestão até a qualidade do ensino. A avaliação institucional permite às escolas monitorarem seu desempenho e tomarem decisões fundamentadas para melhorar suas práticas pedagógicas e administrativas. Como apontam Santos & Silva (2020, p. 45), "a avaliação institucional interna é uma ferramenta essencial para a melhoria contínua da qualidade educacional, pois permite identificar pontos fortes e fragilidades da instituição".

Um dos principais benefícios dessa prática é a possibilidade de ajuste estratégico baseado em dados concretos, o que pode levar a melhorias no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, Almeida (2019, p. 58) ressalta que "a avaliação interna facilita o planejamento estratégico ao proporcionar uma análise detalhada do desempenho académico e administrativo da escola". Esse impacto é especialmente relevante em contextos educacionais que enfrentam limitações de recursos, uma vez que permite uma alocação mais eficiente e direcionada de investimentos (Oliveira & Gomes; 2018, p. 72).

Além disso, a avaliação institucional interna pode promover a participação de toda a comunidade escolar, incluindo professores, alunos e gestores. Para Pereira & Lopes (2021, p. 39), "a inclusão de múltiplos atores no processo avaliativo não apenas enriquece a análise, mas também fortalece o compromisso de todos com a melhoria da instituição". A participação colectiva facilita a implementação das mudanças, pois aumenta o senso de pertencimento e responsabilidade entre os envolvidos.

Contudo, a eficácia da avaliação interna depende da capacidade de interpretação dos dados e da aplicação das melhorias sugeridas. Lima (2017, p. 64), observa que "muitos gestores encontram dificuldades em transformar os resultados da avaliação em acções concretas devido à falta de formação específica para análise e planejamento estratégico". Isso demonstra a importância de capacitação contínua para que a avaliação institucional tenha um impacto positivo real.

METODOLOGIA

Este estudo, com o tema "O Contributo da Avaliação Institucional Interna no Ensino Moçambicano: Caso de uma Escola Primária de Nsaúca, Distrito de Sangra", baseou-se em urna abordagem qualitativa. com o objectivo de compreender em profundidade os processos, desafios e benefícios da avaliação institucional interna no contexto educacional de uma escola primária moçambicana. Trata-se de um estudo de caso, que permitiu uma análise detalhada do fenómeno em seu ambiente natural. A escolha da Escola Primária de Nsaúca justifica-se por ser representativa dos desafios enfrentados por muitas escolas moçambicanas no que tange à implementação de práticas de avaliação interna. Segundo Yin (2015, p. 54), o estudo de caso "é particularmente adequado para explorar processos complexos e dinâmicos, como a avaliação institucional, em contextos específicos".

Os participantes da pesquisa incluíram os gestores escolares que são envolvidos directamente no processo de avaliação institucional; Professores que desempenham um papel activo nas práticas pedagógicas e são impactados pelas decisões geradas a partir das avaliações; Alunos cujo é o foco final das práticas de ensino e aprendizagem, cujas experiências e resultados são indicadores da eficácia da avaliação; Pais e comunidade escolar envolvidos como parte do processo de reflexão colectiva sobre o desempenho da escola. Ao todo, participaram 2 gestores, 3 professores, 2 alunos e 2 pais.

Quanto aos instrumentos de colecta de dados foram utilizados três principais instrumentos para a colecta de dados: Entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores e professores para explorar suas percepções sobre

o impacto da avaliação interna. As entrevistas seguiram um roteiro flexível permitindo que os entrevistados abordassem aspectos que considerassem relevantes para o tema em questão. Grupos focais: realizados com os alunos e pais, para compreender suas perspectivas sobre as mudanças observadas na escola em função das avaliações internas e a sua participação no processo. Este método permitiu a colecta de dados através de discussões interactivas, proporcionando uma compreensão mais ampla das percepções colectivas. Análise documental: incluiu a análise de documentos institucionais, como relatórios de autoavaliação da escola, planos de desenvolvimento institucional e relatórios de desempenho escolar. Esses documentos forneceram uma base para entender os processos e os resultados das avaliações institucionais.

Os dados qualitativos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, seguindo as etapas de categorização, codificação e interpretação. De acordo com Bardin (2011, p. 39), a análise de conteúdo "é um método apropriado para identificar padrões e tendências em dados textuais, permitindo uma interpretação profunda do fenómeno estudado". As categorias emergentes foram agrupadas em temas relacionados à implementação da avaliação institucional, seus desafios e contribuições.

A pesquisa seguiu todos os princípios éticos estabelecidos para estudos em instituições educacionais, assegurando a confidencialidade dos dados e o anonimato dos participantes. O consentimento informado foi obtido de todos os participantes, que foram previamente esclarecidos sobre os objectivos e os procedimentos do estudo.

Este estudo, por ser de natureza qualitativa e circunscrito a uma única escola, tem suas limitações no que diz respeito à generalização dos resultados. No entanto, os achados podem ser úteis para entender as dinâmicas de avaliação interna em contextos escolares semelhantes em Moçambique.

RESULTADOS DA PESQUISA

✓ Contribuição da Avaliação Institucional para a Gestão Escolar

Os dados colectados indicam que a avaliação institucional interna tem contribuído positivamente para a gestão escolar. O director e os coordenadores relataram que os resultados das avaliações são utilizados para planejar o uso de recursos e definir prioridades pedagógicas (Freitas, 2015, p. 48). Por exemplo, alocação de materiais didácticos e a organização de formações para professores foram baseadas em áreas identificadas como problemáticas pela avaliação.

✓ Impacto no Processo de Ensino-Aprendizagem

Os professores relataram que as avaliações internas permitiram identificar as dificuldades enfrentadas pelos alunos, especialmente em disciplinas como

Matemática e Língua Portuguesa. A partir desses resultados, foram desenvolvidas intervenções pedagógicas específicas, como aulas de reforço e modificações no currículo, para atender às necessidades dos estudantes (Sousa & Oliveira; 2018, p. 27).

Os professores também destacaram que a avaliação permitiu uma reflexão crítica sobre suas práticas pedagógicas, resultando em melhorias na abordagem de ensino, especialmente no uso de métodos mais interactivos que promovem maior engajamento dos alunos.

✓ **Desafios na Implementação dos Resultados da Avaliação**

Apesar dos benefícios, a aplicação prática dos resultados da avaliação enfrenta desafios, especialmente relacionados à escassez de recursos. Mendonça (2020, p. 101) argumenta que, embora a avaliação interna ofereça diagnósticos valiosos, a falta de materiais e suporte financeiro limita a capacidade das escolas de implementar todas as recomendações.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os resultados deste estudo confirmam que a avaliação institucional interna desempenha um papel crucial na melhoria da qualidade do ensino e da gestão escolar, alinhando-se às conclusões de autores como Cunha (2017) e Mendonça (2020). Contudo, a eficácia da avaliação está fortemente dependente da capacidade da escola de aplicar as recomendações resultantes do processo avaliativo.

A percepção dos professores em relação à avaliação institucional interna é um componente central na análise qualitativa do impacto desse processo nas escolas. No contexto do ensino moçambicano, especialmente no caso da Escola Primária de Nsaúca, essa percepção pode ser influenciada por vários factores, como o entendimento do conceito de avaliação, a formação dos professores, a experiência com processos avaliativos anteriores, e o apoio institucional oferecido.

a) Compreensão e Valorização da Avaliação Interna

Professores entrevistados entendem que, "avaliação interna lhes dá uma chance de rever as práticas educativas que estes usam durante o PEA. Sem ela, é difícil saber onde estamos falhando e o que precisa ser melhorado". No entanto, muitos professores tendem a perceber a avaliação interna como uma oportunidade para identificar problemas e melhorar a qualidade do ensino. Eles vêm a avaliação como um processo colaborativo, no qual o feedback fornecido ajuda na tomada de decisões e no aprimoramento da prática pedagógica. Alguns professores relatam que a avaliação interna proporciona uma reflexão crítica sobre suas metodologias de ensino e sobre o desempenho dos alunos.

No entanto, a compreensão e valorização da avaliação interna no ensino primário moçambicano são aspectos fundamentais para o desenvolvimento de uma educação de qualidade e para o fortalecimento das práticas pedagógicas nas escolas. A avaliação interna permite que as escolas tenham uma visão mais aprofundada sobre suas práticas e desempenhos, possibilitando a identificação de áreas que precisam de melhoria e a promoção de ajustes para alcançar melhores resultados educacionais. Não só, a avaliação interna é uma ferramenta estratégica para enfrentar os desafios específicos do sistema educacional, como a escassez de recursos e a necessidade de adaptação às realidades locais. De acordo com Manjate (2018, p. 23), argumenta que "a valorização da avaliação interna no ensino primário em Moçambique é crucial para fomentar a responsabilidade colectiva e a transparência, promovendo um ambiente escolar que valoriza o desenvolvimento contínuo" Essa valorização permite que todos os envolvidos, desde gestores até professores e a própria comunidade. estejam comprometidos com o processo de melhoria da qualidade do ensino.

Além disso, a avaliação interna, quando bem compreendida contribui para uma cultura de auto-reflexão nas escolas primárias moçambicanas. Podemos afirmar que as escolas que incorporam a avaliação como parte de sua rotina, conseguem adaptar suas estratégias pedagógicas de forma mais eficaz e responder prontamente às necessidades dos alunos. Contudo, para promover uma valorização mais ampla da avaliação interna no ensino primário no distrito de Sanga, é essencial que haja Investimentos na formação contínua dos professores e no desenvolvimento de materiais e recursos que facilitem a colecta e análise de dados, Isso possibilitará que a avaliação interna não seja vista apenas como um procedimento burocrático, mas como um elemento centrai para a melhoria do ensino e o alcance de uma educação inclusiva e de qualidade.

b) Resistência e Desconfiança

Os professores afirmam que "as vezes. a avaliação é só para preencher papel, mas nada muda no final. Não recebemos retorno claro sobre o que deve ser feito para melhorar". No entanto na escola pesquisada, surgem percepções negativas. Alguns professores expressam desconfiança em relação à utilidade da avaliação institucional, principalmente quando estes sentem que os resultados não são utilizados para implementar mudanças práticas. A falta de envolvimento na concepção dos critérios de avaliação, ou experiências anteriores com avaliações mal conduzidas, resultam em uma atitude mais céptica por parte dos docentes.

Portanto, a resistência e a desconfiança em relação à avaliação interna nas escolas primárias são desafios recorrentes que podem comprometer a eficácia desse processo. Em muitos contextos, inclusive na escola pesquisada, essa

resistência é resultado de uma série de factores, como a falta de entendimento sobre o propósito da avaliação e a percepção de que ela pode ser utilizada para fins punitivos, em vez de ser uma ferramenta para a melhoria continua. Porém, Lopes (2017, p. 88), sustenta que, ‘’a desconfiança em relação à avaliação interna nas escolas primárias geralmente está ligada ao receio de que os resultados sejam usados para responsabilizar ou punir profissionais, ao Invés de apoiar o desenvolvimento profissional’’ Esse medo pode levar os professores e gestores a verem a avaliação interna como uma ameaça, ao invés de uma oportunidade de crescimento e aperfeiçoamento. Outro factor que contribui para a resistência é a falta de transparência no processo de avaliação. Quando a comunidade escolar não compreende plenamente como a avaliação é conduzida e como os resultados serão utilizados, a tendência é que haja uma desconfiança cm relação à validade e à imparcialidade do processo (Ferreira & Santos, 2019, p. 35). Para muitos, a avaliação interna é vista como algo imposto pela administração, sem considerar a realidade vivida pelos professores e alunos, o que dificulta a aceitação e a cooperação dos envolvidos.

Para combater essa resistência, é essencial promover um ambiente de diálogo e capacitação contínua, esclarecendo o verdadeiro propósito da avaliação interna. Ao fortalecer a transparência e a participação, a escola pode gradualmente transformar a avaliação interna em uma prática valorizada, encarada como um instrumento de apoio ao ensino e à aprendizagem.

c) Formação e Capacitação dos Professores

Quanto a este contexto, os entrevistados dizem que, ‘‘desde que participaram de uma formação sobre avaliação institucional, compreendem melhor como ela pode ajudá-los a melhorar o rendimento dos alunos’’. Contudo, outro aspecto relevante que emerge neste quesito é a percepção dos professores sobre a capacitação para lidar com a avaliação interna. Professores que receberam formação específica sobre processos avaliativos tendem a ter uma percepção mais positiva e construtiva da avaliação. Eles sentem-se mais preparados para interpretar os resultados da avaliação e utilizá-los na prática diária. Por outro lado, as faltas de formação geram sentimentos de insegurança ou inadequação, levando alguns professores a perceberem a avaliação como um processo burocrático e desnecessário devido como ela tem sido encarrada pelos colaboradores e gestores escolares.

Neste contexto compreende-se que a formação e capacitação dos professores para a avaliação institucional interna nas escolas é essencial para que essa prática seja eficaz e contribua para o desenvolvimento contínuo da

instituição. Professores capacitados são capazes de interpretar os dados de forma crítica e utilizar os resultados da avaliação para melhorar suas práticas pedagógicas e promover um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e adaptado às necessidades dos alunos. Tal como defendido por Martins & Souza (2018, p. 61), que diz "a capacitação dos professores para a avaliação institucional interna deve ser uma prioridade, pois são eles que estão diretamente envolvidos no processo educacional e que melhor compreendem as necessidades de seus alunos". Sem uma formação adequada, os professores podem ter dificuldades para entender e utilizar os resultados da avaliação, o que limita seu potencial de impacto positivo no ambiente escolar.

A capacitação ajuda a promover uma cultura de auto-reflexão e responsabilidade, em que os professores vêm a avaliação não como um fim em si mesma, mas como um meio de aprimorar o processo educativo. Por outro lado, a capacitação dos professores também fortalece a colaboração e o engajamento entre os diferentes membros da comunidade escolar. Quando os professores compreendem a importância e os benefícios da avaliação institucional interna, tornam-se agentes de mudança, incentivando uma participação mais activa e construtiva no processo.

d) Impacto da avaliação Institucional Interna no Trabalho Docente

Os entrevistados entendem que "a avaliação traz mais trabalho para nós, e às vezes não temos tempo suficiente para preparar tudo que é solicitado. Isso nos deixa sobrecarregados".

Porém, podemos entender que, os professores também expressam preocupação em relação ao impacto da avaliação no seu trabalho diário. Estes sentem que o processo de avaliação interna aumenta a carga de trabalho, exigindo mais preparação e planejamento. Nesse sentido, a percepção sobre a avaliação pode variar conforme o nível de apoio recebido pela administração da escola e a existência de recursos adequados para implementar as recomendações feitas pela avaliação.

O impacto da avaliação institucional interna no trabalho docente pode ser bastante significativo, pois essa prática possibilita aos professores reflectirem sobre suas metodologias e desempenho, além de promover ajustes para melhorar a qualidade do ensino. Quando realizada de maneira contínua e construtiva, a avaliação interna oferece subsídios importantes para que os professores adaptem suas estratégias pedagógicas, atendendo às necessidades específicas dos alunos e contribuindo para o aprimoramento do ambiente escolar. Tal como defendido por Silva (2019, p. 87), "a avaliação institucional interna permite que

os professores se conscientizem sobre suas próprias práticas e identifiquem áreas que requerem aperfeiçoamento, o que contribui para um processo de ensino mais eficaz e alinhado aos objectivos educacionais" Esse processo de autoavaliação proporciona aos educadores a oportunidade de reconhecer seus pontos fortes e as áreas onde precisam de mais apoio e capacitação.

Além disso, a avaliação interna pode actuar como um estímulo para o desenvolvimento profissional dos docentes. Costa e Ribeiro (2020, p. 123) apontam que "a Participação activa dos professores na avaliação institucional interna favorece um ambiente de aprendizado contínuo, em que os docentes são incentivados a buscar formação complementar e a melhorar suas práticas". Quando os professores têm acesso aos resultados da avaliação e recebem suporte para implementar mudanças, eles se sentem mais motivados e engajados no processo educacional. Por outro lado, o impacto da avaliação institucional interna também pode depender de como ela é implementada. Assim, para que a avaliação institucional interna tenha um efeito positivo, é fundamental que seja conduzida de forma colaborativa, envolvendo todos os membros da comunidade escolar.

e) Percepção sobre a Participação na Tomada de Decisões

Quanto a esta temática, os entrevistados responderam que "quando participam das decisões baseadas nos resultados da avaliação, sentem que estão realmente ajudando a escola a melhorar". Aqui, entende-se que o aspecto mais importante é como os professores percebem sua participação nas decisões resultantes da avaliação institucional. Contudo existem professores que sentem que a sua voz é ouvida no processo e que participam activamente das discussões sobre os resultados da avaliação e tendem a valorizar mais esse processo. Por outro lado, há aqueles que percebem a avaliação como um processo "imposto de cima para baixo" podendo desta forma expressar frustração e desmotivação nos resultados produzidos pela mesma.

Neste quesito, a percepção sobre a participação na tomada de decisões na avaliação institucional interna na escola primária de Nsaúca desempenha um papel crucial na aceitação e eficácia desse processo. Quando os professores e demais membros da comunidade escolar são incluídos nas decisões relacionadas à avaliação interna, há um aumento no engajamento e na cooperação, além de uma melhoria na qualidade das acções implementadas. Este posicionamento é fundamentado por Santos & Oliveira (2019, p. 52), que defendem que "a participação activa dos professores na tomada de decisões sobre a avaliação institucional interna promove um sentido de pertencimento e responsabilidade compartilhada, o que contribui para um ambiente de trabalho mais colaborativo" Isso ocorre porque os docentes, ao serem consultados e ouvidos. sentem-se valorizados e reconhecem que suas

perspectivas são consideradas, o que fortalece a confiança no processo avaliativo. A falta de envolvimento pode levar os docentes a acreditarem que a avaliação interna serve apenas para cumprir exigências burocráticas, sem que suas realidades e desafios específicos sejam levados em conta.

Para promover uma participação mais efectiva na tomada de decisões, é fundamental que a administração escolar incentive o diálogo aberto e ofereça espaços para a expressão de opiniões e sugestões. De acordo com Freitas & Lima (2018, p. 33), "a criação de comissões de avaliação que incluam professores e outros membros da comunidade escolar pode ser uma estratégia eficaz para tornar o processo mais democrático e integrado". Dessa forma, todos os envolvidos podem contribuir para o planejamento e a execução da avaliação interna, o que aumenta a sua relevância e impacto no cotidiano escolar.

CONCLUSÃO

A avaliação institucional interna tem um impacto positivo na gestão escolar e no processo de ensino-aprendizagem em escolas primárias moçambicanas. Este estudo de caso demonstrou que, quando utilizada de forma eficaz, a avaliação pode identificar problemas críticos e orientar soluções práticas, melhorando tanto a administração quanto o desempenho académico. No entanto, há desafios significativos na implementação das mudanças sugeridas, particularmente devido à falta de recursos materiais e humanos.

A percepção dos professores em relação à avaliação interna é, portanto, diversa e influenciada por múltiplos factores, como a capacitação, o apoio institucional e a participação activa no processo. Para melhorar essa percepção, é essencial que a avaliação seja vista como um instrumento prático e eficaz, e que os professores sejam envolvidos em todas as fases do processo, desde a concepção até a implementação das mudanças sugeridas.

O desenvolvimento de políticas educacionais que apoiem mais efectivamente as escolas na aplicação dos resultados das avaliações internas é crucial para maximizar o potencial dessa ferramenta. Recomenda-se igualmente, a capacitação regular dos profissionais de educação e a promoção de uma cultura de avaliação constante e colaborativa. A continuidade de investigações nesse campo pode contribuir para o fortalecimento do sistema educacional em Moçambique, garantindo uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R (2019). **Avaliação institucional**: Estratégias para o desenvolvimento educacional. Editora Acadêmica.

ALMEIDA, T.. & SOUSA, R. (2020). **Avaliação e inclusão no ensino primário.** Editora Educacional.

BARDIN, L. (2011). **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70.

CHAMBO, L. P. (2015). **Avaliação educacional em Moçambique.** Desafios e perspectivas. Maputo: Editora Escolar.

COSTA, M. , & RIBEIRO, J. (2020). **Desenvolvimento profissional docente e avaliação escolar.** Editora Educacional.

CUNHA, R. L. (2017). **Avaliação institucional**: Desafios e perspectivas no contexto educacional. São Paulo: Editora Educação.

FERNANDES, J. A. (2008). **A importância da avaliação institucional nas escolas.** São Paulo: Editora Educação.

FERREIRA, L (2021). **Gestão da qualidade no ensino**: Práticas de avaliação. Editora Académica.

FERREIRA. P., & SANTOS, R. (2019). **Transparência e confiança na educação**: Desafios da avaliação interna. Editora Acadêmica.

FREITAS, M., & LIMA, T. (2018). **Comunidade escolar e avaliação**: construindo um processo colaborativo. Editora Educacional.

FREITAS. P (2015). Avaliação institucional no ensino fundamental: Um estudo de caso. **Revista de Educação Contemporânea**, 10(2), 45-62. https://doi.org/10.1590/1234-5678.

LIMA. M. (2017). **Gestão educacional e avaliação interna**: Desafios e perspectivas. Editora Educação Moderna.

LIMA, R. F. (2011). **Avaliação institucional e sua relevância no contexto escolar**. Rio dc Janeiro: Editora Académica.

LOPES, M . (2017). **Avaliação escolar**: Entre o controle e a emancipação. Editora Educacional.

MANJATE, A. (2018). **Avaliação c desenvolvimento na educação moçambicana**, Editora Educativa.

MARTINS. P. & SOUZA, R. (2018). **Avaliação e Formação de professores**; Caminhos para a prática pedagógica. Editora Educacional.

MATAVELE, T. J. (201.3). **Políticas públicas e avaliação institucional**: Um estudo de caso em Moçambique. Beira: Universidade Pedagógica.

MENDONÇA, L. M. (2020). **Gestão escolar e avaliação institucional**: Caminhos para a qualidade do ensino em Moçambique. Maputo: EdU.

NHAMPOSSA, A. F. (2010). **Avaliação no ensino primário em Moçambique**: Limitações e possibilidades. Maputo; Editora Moçambicana.

OLIVEIRA, M. (2019). **Educação e transformação social**: O papel das escolas. Editora Social.

OLIVEIRA, T. , & GOMES, P. (2018). **Eficiência e avaliação nas escolas públicas**: Análises e práticas. Editora Aprendizagem.

PEREIRA, F., & LOPES, R. (2021). **Participação e engajamento na avaliação institucional**: Teoria e prática. Editora Ensino Colaborativo.

RIBEIRO, S. (20] 9), Avaliação institucional no ensino primário: teoria e prática. Editora Escolar.

SANTOS, A. & SILVA D. (‘2020). **Avaliação institucional**: fundamentos e aplicações na educação. Editora Conhecimento.

SANTOS, M. (2017). **Avaliação escolar e desenvolvimento institucional**. Editora Educacional.

SANTOS, R., & OLIVEIRA, A. (2019). **Tomada de decisões na avaliação interna escolar**: Percepções e impactos. Editora Escolar.

SILVA, J., & ANDRADE, P. (2018). **Avaliação interna e qualidade no ensino**: Uma abordagem prática. Editora Escolar.

SILVA, P. (2019). **Avaliação escolar e impacto no trabalho docente.** Editora Escolar.

SOUSA, M. P. & OLIVEIRA, T. A. (2018), Impactos da avaliação institucional no ensino primário em Moçambique. **Revista Moçambicana de Educação**, 15(1), 23-34. https://doi.org/10.2549/rmel 5.1 23.

YIN, R. K. (2015). Estudo de caso: Planejamento e métodos, Porto Alegre: Bookrnan.

O PAPEL DA COMUNIDADE ESCOLAR NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE PARTICIPAÇÃO ACTIVA

Paulo Miguel Arcanjo Gabriel
Merce Manuel Nambale Combe

INTRODUÇÃO

A avaliação institucional no contexto educacional é entendida como um processo contínuo e sistemático de análise das práticas, políticas e estruturas de uma instituição escolar. Esse processo visa assegurar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados, promovendo o desenvolvimento de ações corretivas e preventivas em busca de melhorias. Segundo Dias Sobrinho (2018), a avaliação institucional tem como função primordial servir de instrumento para a reflexão e a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pelas instituições educativas. Assim, a avaliação vai além da análise de resultados acadêmicos, abrangendo aspectos como a gestão, o ambiente escolar, a infraestrutura e a dinâmica de interação entre os diversos agentes.

A participação da comunidade escolar é um fator chave para garantir que a avaliação institucional seja significativa e colaborativa. Essa comunidade é formada por diferentes atores, como pais, alunos, professores, gestores e membros da sociedade local. Quando todos esses grupos estão envolvidos, a avaliação se torna mais democrática e representativa das necessidades e expectativas da comunidade. Para Gandin (2017), a participação ativa da comunidade escolar na avaliação institucional promove um ambiente de corresponsabilidade e colaboração, essencial para o processo de transformação educacional. O envolvimento de diferentes perspectivas ajuda a criar uma visão mais completa e plural do funcionamento da escola, permitindo ajustes mais precisos e orientados às reais demandas do contexto escolar.

No entanto, a participação activa da comunidade escolar ainda enfrenta vários desafios. A falta de informação sobre os processos avaliativos, a desmotivação ou o desinteresse de certos segmentos e as limitações estruturais

da própria instituição são algumas das barreiras identificadas. De acordo com Freitas (2019), é necessário desenvolver estratégias que não apenas incentivem, mas que garantam condições de participação efectiva da comunidade escolar, rompendo com o ciclo de passividade e exclusão. Nesse sentido, o fortalecimento de uma cultura de participação e diálogo é essencial para transformar a avaliação em uma prática colaborativa e contínua.

Portanto, esta pesquisa tem como objectivo investigar o papel da comunidade escolar na avaliação institucional, explorando os principais desafios que impedem uma participação mais activa e propondo perspectivas para aprimorar esse envolvimento. Além disso, a pesquisa busca demonstrar como a participação efetiva da comunidade escolar pode impactar positivamente a qualidade do ensino e o desenvolvimento institucional.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Participação comunitária no ambiente escolar

A participação comunitária no ambiente escolar tem sido amplamente reconhecida como um elemento essencial para o fortalecimento da qualidade educacional e o desenvolvimento integral dos alunos. Segundo Gandin (2017), a participação da comunidade escolar, composta por pais, alunos, professores e outros membros, contribui significativamente para a democratização da gestão escolar, promovendo uma gestão mais inclusiva e alinhada às necessidades reais dos envolvidos. Essa visão é apoiada por Freitas (2019), que ressalta que a presença ativa da comunidade facilita uma maior responsabilização coletiva pelos resultados educacionais, criando uma rede de colaboração entre escola e comunidade.

No entanto, os desafios para garantir essa participação ainda são grandes, especialmente em contextos onde há desigualdades sociais e culturais. De acordo com Antunes (2020), a falta de engajamento dos pais e outros agentes escolares pode ser resultado de barreiras estruturais e comunicativas, que muitas vezes afastam a comunidade dos processos de decisão escolar. Freitas (2019) concorda, acrescentando que as escolas precisam implementar estratégias que promovam uma cultura de participação contínua, e não apenas ocasional ou reativa. O engajamento da comunidade escolar, segundo ambos os autores, não deve ser visto como um processo pontual, mas como uma prática permanente que requer investimento em comunicação clara e canais abertos de participação.

Ao integrar essas diferentes perspectivas, percebe-se que o conceito de participação comunitária no ambiente escolar transcende o simples ato de presença física em reuniões escolares. Ele implica uma participação ativa e consciente, onde os diferentes agentes compartilham a responsabilidade pela

educação. Meu posicionamento é que, para se alcançar essa participação plena, é crucial que as escolas adotem uma abordagem proativa, criando não apenas oportunidades, mas também ambientes acolhedores e acessíveis, que considerem as realidades culturais e socioeconômicas da comunidade. Isso envolve oferecer formações e espaços de diálogo que facilitem uma participação informada e efetiva.

1.2 Teorias e Abordagens da avaliação institucional

A avaliação institucional, como ferramenta de gestão e melhoria da qualidade educacional, tem sido discutida a partir de diferentes teorias e abordagens. Dias Sobrinho (2018) apresenta a avaliação institucional como um processo sistêmico e contínuo, cujo objetivo é permitir a autorreflexão e a adaptação das práticas pedagógicas e administrativas. Para ele, a avaliação deve ser um processo integrado à dinâmica escolar, de modo a contribuir para a tomada de decisões informadas e embasadas em dados reais. Este autor sustenta que a avaliação não deve ser meramente quantitativa, mas também qualitativa, abrangendo aspectos como clima escolar, satisfação dos alunos e participação dos diferentes agentes escolares.

Outros autores, como Lück (2016), destacam a importância de uma abordagem colaborativa, na qual todos os membros da comunidade escolar têm a oportunidade de participar ativamente. Lück (2016) argumenta que, quando a avaliação institucional é conduzida de forma participativa, ela tem o potencial de empoderar a comunidade escolar, permitindo que se sinta corresponsável pelos resultados e pelas melhorias necessárias. Ao adotar uma abordagem colaborativa, a escola pode criar um ambiente mais transparente e democrático, no qual a participação ativa se torna um valor essencial.

Por outro lado, Freitas (2019) faz uma crítica às abordagens de avaliação que se concentram exclusivamente em métricas de desempenho acadêmico, como notas e índices de aprovação. Para este autor, uma avaliação institucional eficaz deve incluir a análise de fatores qualitativos, como a satisfação da comunidade escolar e a eficácia dos programas educacionais oferecidos. Freitas propõe um modelo de avaliação mais holístico, que vá além da análise dos resultados imediatos e examine os processos de ensino e aprendizagem em sua totalidade.

Ao discutir essas abordagens, é possível notar um consenso sobre a importância de uma avaliação institucional que vá além de números e relatórios formais. A avaliação deve ser um instrumento de transformação, capaz de promover reflexões profundas sobre o ambiente escolar e suas práticas. A meu ver, a melhor abordagem é aquela que combina elementos qualitativos e quantitativos, valorizando a contribuição de toda a comunidade escolar e utilizando os resultados da avaliação para impulsionar mudanças significativas.

Isso implica criar mecanismos de feedback contínuo, onde a avaliação seja vista não apenas como um fim, mas como um meio de promover a melhoria contínua do ensino e da gestão escolar.

1.3 Modelos de Avaliação Institucional

Os modelos de avaliação institucional no contexto educacional variam em suas abordagens, objetivos e níveis de participação dos envolvidos. Entre os modelos mais comuns estão o modelo centrado em resultados, o modelo formativo, e o modelo participativo e colaborativo.

O modelo centrado em resultados foca principalmente na medição de resultados quantitativos, como o desempenho acadêmico dos alunos, índices de aprovação e taxas de conclusão de cursos. De acordo com Antunes (2020), este modelo prioriza os indicadores de desempenho e eficiência, mas frequentemente negligencia aspectos qualitativos importantes, como o clima organizacional ou a satisfação da comunidade escolar. Embora útil para a análise de metas objetivas, sua limitação está em sua visão reducionista, que tende a deixar de lado as complexidades dos processos educativos. A crítica de Lück (2016) a este modelo é que ele transforma a avaliação em uma "prática meramente administrativa", desconectada das realidades diárias dos professores e alunos.

Por outro lado, o modelo formativo se concentra no acompanhamento contínuo e no aprimoramento dos processos educacionais ao longo do tempo. Em vez de focar apenas nos resultados finais, este modelo valoriza o processo de aprendizagem e desenvolvimento da escola. Para Dias Sobrinho (2018), o modelo formativo é "essencial para promover uma cultura de avaliação constante, onde a melhoria contínua é o principal objetivo". Ele favorece uma análise detalhada das práticas pedagógicas, incentivando a reflexão sobre o que pode ser ajustado ou melhorado durante o processo educativo. No entanto, um dos desafios desse modelo é que sua implementação exige tempo e comprometimento contínuo de todos os envolvidos, o que pode ser difícil em contextos de escassez de recursos ou falta de formação adequada para a equipe escolar.

O modelo participativo e colaborativo se destaca por sua abordagem inclusiva, envolvendo toda a comunidade escolar no processo de avaliação. Diferente dos modelos centrados em resultados, o participativo foca na contribuição ativa de todos os atores, como pais, alunos, professores e gestores, criando uma dinâmica de corresponsabilidade na avaliação. Segundo Freitas (2019), "esse modelo valoriza o diálogo entre os diversos agentes escolares e busca integrar as diferentes perspectivas na construção de um diagnóstico mais completo da instituição". A participação da comunidade proporciona uma visão mais ampla das necessidades e desafios da escola, contribuindo para a criação de estratégias mais eficazes e realistas de melhoria.

1.4 A Importância do Modelo Participativo e Colaborativo

O modelo participativo e colaborativo é amplamente reconhecido por seu potencial de gerar uma avaliação mais democrática e significativa, ao envolver ativamente todos os membros da comunidade escolar. Lück (2016) argumenta que, em contraste com os modelos centrados em resultados, a abordagem participativa promove uma "cultura de pertencimento", na qual todos os envolvidos se sentem parte integrante das decisões e transformações que ocorrem na instituição. Esse tipo de avaliação vai além da análise dos dados quantitativos e considera as experiências, percepções e opiniões dos diferentes grupos que compõem a escola.

Um dos maiores benefícios desse modelo, segundo Gandin (2017), é que ele fortalece os laços entre a escola e a comunidade, gerando um ambiente mais colaborativo e comprometido com o sucesso da instituição. O autor afirma que "a participação ativa da comunidade na avaliação cria um ciclo de feedback contínuo, onde as decisões educacionais refletem as reais necessidades e expectativas de todos os envolvidos". Além disso, esse modelo favorece o empoderamento dos agentes escolares, ao permitir que tenham voz ativa na tomada de decisões e no planejamento de ações corretivas.

Entretanto, a implementação de um modelo participativo não é isenta de desafios. Para Freitas (2019), um dos maiores obstáculos é garantir que todos os atores tenham o conhecimento e as ferramentas necessárias para contribuir de forma efetiva. Sem a formação adequada e uma estrutura de apoio, a participação pode se tornar superficial, limitando o potencial transformador desse modelo.

Em minha opinião, o modelo participativo e colaborativo deve ser priorizado no contexto educacional, pois sua abordagem inclusiva reflete melhor a complexidade dos processos escolares e promove uma cultura de envolvimento e responsabilidade compartilhada. Embora apresente desafios, acredito que esses podem ser superados com investimento em capacitação, criação de canais de comunicação eficientes e um planejamento contínuo que valorize o diálogo e a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar. Ao criar um ambiente em que todos se sintam parte da solução, o modelo participativo tem o potencial de gerar mudanças profundas e duradouras na qualidade da educação.

1.5 O Papel da Comunidade Escolar na Avaliação Institucional

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, particularmente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que visa assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, destaca a importância da governança

participativa. A participação comunitária nas decisões escolares é vista como um meio de garantir que as políticas educacionais sejam adaptadas às realidades locais e respondam às necessidades da comunidade.

No entanto, a implementação efectiva dessas políticas enfrenta desafios, como a falta de infraestrutura, recursos e formação adequada para os membros da comunidade. Para Gandin (2017), apesar da legislação incentivar a participação, em muitas escolas, a prática não acompanha as intenções legislativas, resultando em uma participação superficial e limitada da comunidade. Portanto, além das diretrizes legais, é necessário promover iniciativas que capacitem e incentivem de fato a participação ativa da comunidade nos processos de avaliação institucional.

Em Moçambique, a legislação educacional e as políticas públicas vêm, progressivamente, reconhecendo a importância da participação comunitária na gestão e avaliação das instituições escolares. A Lei do Sistema Nacional de Educação (Lei n.º 6/1992) estabelece, em suas diretrizes, a promoção da gestão democrática das escolas públicas, garantindo o direito de participação de diversos agentes da comunidade escolar, como professores, alunos, pais e outros membros da comunidade local. Segundo essa lei, a avaliação institucional deve ser um processo participativo e inclusivo, permitindo que todos os envolvidos tenham voz na melhoria das condições educacionais.

O Plano Estratégico da Educação de Moçambique (2019-2029) também reforça a importância da participação da comunidade na gestão escolar, incluindo a avaliação. O plano sublinha que, para promover uma educação de qualidade, é essencial que haja um envolvimento ativo de todos os setores da sociedade na avaliação das instituições educacionais, especialmente no que se refere ao desempenho e à adequação das práticas pedagógicas às necessidades locais. Neste sentido, a política pública incentiva a criação de conselhos escolares, nos quais representantes da comunidade local podem discutir e avaliar as práticas educacionais.

Assim, tanto as políticas nacionais quanto as internacionais reconhecem a necessidade de se construir uma cultura de participação na avaliação institucional. Esse modelo participativo não apenas amplia a visão sobre as práticas escolares, mas também fortalece os laços entre escola e comunidade, criando uma rede de responsabilidade compartilhada que visa à melhoria contínua do ensino.

1.5.1 Participação dos Professores

Os docentes desempenham um papel crucial no processo avaliativo, contribuindo com sua expertise pedagógica e visão prática sobre o que funciona no ensino. Eles fornecem feedback valioso sobre a implementação do currículo,

o ambiente escolar e o desempenho dos alunos, além de propor estratégias para melhoria contínua. Segundo Freitas (2019), a participação dos professores garante que a avaliação institucional seja ancorada na realidade da sala de aula, promovendo um ensino mais eficaz e relevante.

1.5.2 Participação dos Estudantes

A inclusão dos alunos na avaliação institucional oferece uma perspectiva única sobre o processo de ensino-aprendizagem, permitindo que eles expressem suas experiências e expectativas. Isso aumenta o engajamento dos estudantes e promove uma maior responsabilidade pelo seu próprio aprendizado. De acordo com Antunes (2020), quando os alunos participam, a escola tende a se adaptar melhor às suas necessidades, resultando em uma melhora na qualidade educacional e no ambiente escolar.

1.5.3 Participação dos Pais e Encarregados de Educação

A visão externa das famílias na avaliação institucional traz um olhar complementar, focado nos valores e expectativas da comunidade em relação à escola. Os pais podem fornecer feedback sobre o desenvolvimento social e emocional dos alunos, além de avaliar se a escola está atendendo às suas expectativas. Freitas (2019) argumenta que essa participação contribui para o fortalecimento da relação entre a escola e a comunidade, promovendo uma educação mais inclusiva e responsável.

1.5.4 Participação dos Gestores escolar

Os gestores escolares têm a responsabilidade de liderar e fomentar a participação da comunidade na avaliação institucional. Eles criam espaços de diálogo, promovem a transparência e incentivam a corresponsabilidade entre todos os atores envolvidos. Lück (2016) ressalta que a liderança dos gestores é fundamental para transformar a avaliação em um processo democrático e contínuo, garantindo que as mudanças necessárias sejam implementadas com o apoio de toda a comunidade.

A participação de diferentes actores na avaliação institucional é essencial para promover um processo educativo mais inclusivo e democrático. Em primeiro lugar, os professores, com sua experiência prática, contribuem significativamente ao oferecer observações cotidianas que ajudam a ajustar e melhorar o ensino. Além disso, a inclusão dos estudantes permite que suas experiências sejam ouvidas, o que, por conseguinte, aumenta seu engajamento e responsabilidade no aprendizado.

Por outro lado, a participação dos pais e encarregados de educação traz uma visão externa relevante, conectando a escola às expectativas da comunidade, assegurando que os valores familiares sejam considerados. Finalmente, os gestores escolares têm um papel fundamental, pois, ao promover a participação de todos, garantem a criação de um ambiente de diálogo e corresponsabilidade, onde a avaliação se torna um processo contínuo.

Assim, essas diferentes contribuições se complementam, tornando a avaliação institucional mais eficaz, ajustada às necessidades reais da escola e da comunidade.

1.6 Desafios para a Participação Activa

A falta de informação e formação sobre os processos de avaliação institucional é um dos principais desafios, especialmente em contextos onde a comunidade escolar não tem clareza sobre seu papel nesse processo. Em Moçambique, a ausência de capacitação específica para pais e professores sobre a avaliação limita sua participação efetiva. Segundo Freitas (2019), sem o devido conhecimento, a comunidade se sente desabilitada para contribuir de maneira significativa.

Barreiras culturais e sociais também dificultam a participação ativa. Em muitas comunidades moçambicanas, há uma visão tradicional de que as decisões escolares cabem exclusivamente aos professores e gestores, o que reduz a iniciativa de pais e alunos em participar. Para Antunes (2020), as hierarquias sociais e a falta de experiência com processos participativos criam obstáculos à construção de um ambiente verdadeiramente colaborativo.

Outro desafio é o desinteresse ou subvalorização da avaliação institucional por parte de alguns membros da comunidade escolar, que podem ver o processo como burocrático ou irrelevante. Dias Sobrinho (2018) afirma que, sem uma compreensão clara dos benefícios, a participação tende a ser mínima, prejudicando a qualidade e a eficácia das avaliações.

Por fim, as limitações estruturais e logísticas, como a escassez de recursos humanos e materiais, dificultam a implementação de avaliações participativas. Muitas escolas moçambicanas não têm infraestrutura adequada para reuniões e discussões comunitárias, o que restringe o envolvimento da comunidade (Freitas, 2019).

1.7 Perspectivas de Participação Activa

Para promover uma participação activa da comunidade escolar na avaliação institucional, é necessário adotar estratégias que aumentem o envolvimento

e a responsabilidade compartilhada. Uma abordagem eficaz é incentivar a criação de conselhos de escola e comitês de avaliação com a participação de pais, professores, alunos e gestores. Esses grupos facilitam o diálogo contínuo e a tomada de decisões colaborativas, promovendo um maior sentimento de pertencimento e corresponsabilidade na comunidade escolar (Antunes, 2020).

Outra estratégia é a formação contínua dos agentes escolares sobre a importância da avaliação e o papel de cada participante. Capacitações periódicas ajudam a esclarecer dúvidas e mostram como as contribuições individuais podem impactar a qualidade da educação. Campanhas de sensibilização e reuniões informativas também são essenciais para educar a comunidade sobre o processo avaliativo e os benefícios que ele traz para todos.

Quanto à comunicação, é fundamental utilizar ferramentas e metodologias que facilitem o diálogo entre a escola e a comunidade. A criação de plataformas digitais para comunicação direta, como grupos em redes sociais ou aplicativos escolares, permite uma troca rápida e eficiente de informações. Reuniões presenciais regulares, combinadas com canais digitais, garantem que todos os membros da comunidade estejam atualizados e possam participar ativamente. Além disso, o uso de pesquisas de opinião e consultas comunitárias oferece um meio para que todos possam expressar suas perspectivas e sugestões de forma estruturada e acessível (Dias Sobrinho, 2018).

Por fim, é crucial promover a cultura de transparência nas decisões e nos resultados da avaliação institucional. Isso não só fortalece a confiança da comunidade na gestão escolar, mas também cria um ciclo virtuoso de envolvimento ativo, em que todos sentem que suas contribuições são valorizadas e levadas em consideração.

1.8 Impacto da Participação Comunitária na Qualidade da Educação

A participação comunitária na avaliação institucional tem impactos profundos na qualidade da educação, principalmente quando envolve todos os membros da comunidade escolar professores, alunos, pais e gestores em um processo colaborativo. Essa abordagem participativa traz resultados práticos e benefícios diretos para a escola, refletindo-se tanto no desempenho dos alunos quanto no clima escolar e na gestão democrática.

Em primeiro lugar, a avaliação institucional participativa permite uma identificação mais precisa dos problemas e desafios que a escola enfrenta. Quando a comunidade é envolvida, há uma visão mais abrangente das necessidades e das áreas que precisam de intervenção. De acordo com Antunes (2020), a participação de diversos atores garante que o diagnóstico seja mais completo e que as soluções adotadas atendam às expectativas de todos os envolvidos.

Nesse sentido, a comunidade passa a sentir-se corresponsável pelas mudanças implementadas, aumentando a eficiência das ações corretivas.

Além disso, a participação comunitária tem um impacto direto na melhoria da qualidade do ensino. Quando pais, professores e alunos colaboram ativamente, o feedback contínuo gerado durante a avaliação contribui para ajustes no currículo, nas metodologias de ensino e na gestão de sala de aula. Segundo Dias Sobrinho (2018), o diálogo entre a escola e a comunidade permite que as práticas pedagógicas se tornem mais coerentes com as expectativas sociais, resultando em um ensino mais significativo e relevante para os alunos. Pessoalmente, acredito que essa interação contínua ajuda a construir um ambiente de ensino mais inclusivo, onde as necessidades dos estudantes são mais prontamente identificadas e atendidas.

Outro efeito positivo é a melhoria no clima escolar. Uma escola mais aberta ao diálogo cria um ambiente de respeito e cooperação entre todos os seus membros. Freitas (2019) ressalta que a participação ativa da comunidade diminui a sensação de distanciamento entre a escola e os pais, promovendo uma relação de confiança que, por sua vez, melhora o comportamento dos alunos e reduz conflitos. Minha opinião é que o clima escolar positivo também reflete no desempenho acadêmico, já que alunos e professores trabalham em um ambiente mais acolhedor e seguro.

Finalmente, a participação comunitária fortalece a gestão democrática escolar, tornando o processo decisório mais transparente e inclusivo. Quando os gestores escolares promovem uma cultura de participação ativa, o processo de tomada de decisões deixa de ser centralizado, garantindo que todos os segmentos da comunidade tenham voz. De acordo com Lück (2016), esse tipo de gestão fortalece o sentimento de pertença e corresponsabilidade, o que resulta em uma escola mais organizada e eficiente. Pessoalmente, acredito que a gestão democrática é essencial para criar uma escola que seja, ao mesmo tempo, eficiente e capaz de responder às expectativas da sociedade.

Neste contexto, a participação comunitária na avaliação institucional gera uma série de benefícios que vão desde a melhoria no desempenho escolar até o fortalecimento das relações entre a escola e a comunidade. Ao adoptar uma abordagem colaborativa, a escola se torna um espaço mais inclusivo e democrático, comprometido com a qualidade educacional e o bem-estar de todos.

2. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa baseiou-se em uma abordagem bibliográfica, visando investigar o papel da comunidade escolar na avaliação institucional, com foco nos desafios e nas perspectivas de participação ativa. A seguir, estão

os principais passos seguidos na realização desta pesquisa.Foi realizada uma revisão extensa da literatura existente sobre o tema, incluindo livros, artigos científicos e documentos oficiais que abordam a avaliação institucional e a participação comunitária. A seleção dos materiais considerou sua relevância, rigor acadêmico e atualidade, com ênfase em estudos que apresentassem teorias, modelos e práticas que pudessem contribuir para o entendimento do fenômeno em análise.

Os critérios para a seleção das fontes incluíram obras que abordassem explicitamente a avaliação institucional, a participação da comunidade escolar e o contexto educacional de Moçambique. Foram excluídos materiais que não apresentassem dados empíricos ou que se mostrassem desatualizados em relação às práticas atuais de avaliação.

Após a coleta dos materiais, foi feita uma análise qualitativa, onde as informações foram organizadas em categorias temáticas, como os desafios da participação comunitária, as contribuições dos diferentes atores e as políticas públicas relevantes. Essa análise buscou identificar padrões e insights que pudessem enriquecer a discussão sobre o papel da comunidade escolar na avaliação institucional.

CONCLUSÃO

A análise dos desafios e perspectivas da participação comunitária na avaliação institucional revela um panorama complexo, mas promissor, para a qualidade da educação. Os principais desafios incluem a falta de informação e formação sobre os processos de avaliação, barreiras culturais e sociais à participação, desinteresse por parte de alguns segmentos da comunidade escolar e limitações estruturais e logísticas. Em contrapartida, as perspectivas positivas evidenciam a importância de estratégias que aumentem o envolvimento e a responsabilidade compartilhada, além de ferramentas que melhorem a comunicação entre a escola e a comunidade.

Para enfrentar esses desafios e maximizar as oportunidades, é fundamental implementar práticas que incentivem a participação ativa da comunidade escolar. Recomenda-se, primeiramente, a realização de campanhas de sensibilização sobre a importância da avaliação e da participação, junto à oferta de capacitações direcionadas para pais e professores. Além disso, a criação de conselhos escolares e comitês de avaliação pode promover um ambiente de diálogo e corresponsabilidade, assegurando que todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas.

Por fim, sugerem-se pesquisas futuras que explorem a participação comunitária em outras dimensões do contexto educacional, como a gestão

escolar, a inclusão de alunos com necessidades especiais e a formação contínua de professores. Investigar como a comunidade pode contribuir para essas áreas pode oferecer insights valiosos para o fortalecimento da educação de qualidade em Moçambique e em outras realidades semelhantes.

Assim, a participação comunitária não é apenas um elemento desejável, mas uma necessidade para a construção de uma educação mais eficaz, inclusiva e capaz de responder às exigências do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. F. (2020). **A inclusão da comunidade na gestão escolar**: Desafios e possibilidades. Editora Penso.

DIAS SOBRINHO, J. (2018). **Avaliação institucional e qualidade na educação.** Cortez Editora.

FREITAS, C. A. (2019). **Gestão democrática e participação comunitária nas escolas públicas**: Desafios e perspectivas. Editora Vozes.

GANDIN, L. A. (2017). **Educação e participação**: Um caminho para a transformação escolar. Editora Autêntica.

LÜCK, H. (2016). **Avaliação escolar participativa**: Fundamentos e práticas para a democratização da escola. Vozes.

MINEDH. (2017). **Diretrizes para a gestão e administração escolar.** Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

MINEDH. (2020). **Plano Estratégico da Educação 2020-2029.** Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. (1992). **Lei nº 6/92** - Lei do Sistema Nacional de Educação.

UNESCO. (2015). **Education 2030 Incheon Declaration and Framework for Action**: Towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all.

UNESCO. (2016). **Education 2030 Framework for Action.**

UNESCO. (2021). **Relatório da Comissão Internacional sobre o Futuro da Educação**: Reimaginando nossos futuros juntos.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NAS ESCOLAS BÁSICAS EM MOÇAMBIQUE: ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A QUALIDADE EDUCACIONAL

Colarinho Brito Cuchupica
Paulo Miguel Araújo Gabriel
Dulce João Nunes Langa

INTRODUÇÃO

No dealbar do panorama contemporâneo, em que a mundividência educacional se consagra como um dos pilares perentórios do desenvolvimento humano, social e macroeconómico, a avaliação institucional assume uma centralidade estratégica inquestionável na senda da optimização do ensino. Com efeito, importa sublinhar que esta prerrogativa não se circunscreve à mera e redutora aferição quantitativa de resultados académicos. Pelo contrário, configura-se como um escrutínio sistemático de diagnóstico, monitorização e auto-regulação das práticas pedagógicas, da gestualidade escolar e das condições logísticas das instituições (Afonso, 2019, p. 45).

Neste preciso quadrante, e subjacente a esta premissa, a avaliação institucional erige-se como um vector para a sedimentação de uma mundividência de auto-aperfeiçoamento, de prestação de contas e de disrupção inovadora no seio do tecido educativo moçambicano (Dias Sobrinho, 2018, p. 112). A premência heurística da presente investigação germina, por conseguinte, da necessidade imperiosa de perscrutar os moldes através dos quais o dispositivo avaliativo catalisa o robustecimento qualitativo do ensino básico em Moçambique.

Não obstante os esforços perenes empreendidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MIC) no sentido de mitigar as assimetrias nos indicadores estatísticos, subsistem lacunas severas que perigam a eficácia das aprendizagens. Entre estas, destacam -se as falhas na formação contínua do corpo docente, a inércia na gestão escolar e a obsolescência das infraestruturas (Nivagara, 2021, p. 89). Torna –se, destarre, cogente adensar a reflexão epistemológica sobre as variáveis que coartam a operacionalidade da avaliação, com o fito de gizar

estratégias exequíveis que propiciem uma governação escolar eficiente e uma ação formativa inclusiva (Castiano, 2022, p. 204).

O reconhecimento axiomático da avaliação institucional enquanto mecanismo fulcral para o incremento da qualidade formativa, a sua exequibilidade prática continua a evidenciar escolhos latentes que comprometem a teleologia das políticas públicas gizadas para o sector. Em múltiplos contextos escolares, os procedimentos de escrutínio redundam num formalismo estéril e eminentemente burocrático, confinado ao mero cumprimento de preceitos administrativos, sem que daí advenham transmutações substanciais na mundividência pedagógica (Lima, 2020, p. 73). E temo objectivo analisar empiricamente o contributo e as virtualidades da avaliação institucional na potenciação da qualidade do ensino básico em Moçambique. E objectivos específicos : (a) mapear os factores idiossincráticos que exercem influência directa na eficácia dos modelos de avaliação institucional implementados nas escolas básicas; (b) equacionar o impacto holístico da formação contínua do funcionalismo docente, dos modelos de liderança escolar e das realidades infra-estruturais na qualidade pedagógica; (c) propor directrizes programáticas e axiológicas orientadas para o aperfeiçoamento dos eixos avaliativos nas organizações escolares moçambicanas.

O presente constructo investigativo ancora-se numa abordagem qualitativa de matriz teórica, bibliográfica e documental (Quivy & Van Campenhoudt, 2019, p. 132). O conjunto de documentos e textos de análise foi edificado mediante a hermenêutica crítica de monografias, artigos indexados, compêndios legislativos e diplomas normativos reguladores do macro contexto educativo. Subsequentemente, as informações coligidas foram submetidas a uma densa análise de conteúdo e documental, privilegiando-se a exegese interpretativa das correntes doutrinárias contemporâneas, estrategicamente rebatidas sobre as especificidades do ensino básico moçambicano (Bardin, 2020, p. 98).

Para além da propedêutica textual vertida nesta introdução, a presente arquitectura científica encontra-se compartimentada em quatro secções perfeitamente delimitadas. A primeira secção acomoda o enquadramento teórico-conceptual respeitante às dinâmicas da avaliação e qualidade educativa. A segunda etapa debruça-se sobre as variáveis internas e externas que determinam a exequibilidade do escrutínio no ecossistema moçambicano. A terceira parte procede à discussão epistemológica dos resultados respigados na literatura de especialidade. Finalmente, a quarta secção enuncia as considerações finais, sumariando as inferências mais robustas e as recomendações de carácter pragmático para a consolidação do sistema educativo.

1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional consubstancia-se como um procedimento sistemático, perene e multidimensional, cuja teleologia radica na análise holística, na reflexão epistemológica e no aprimoramento contínuo das práxis educativas. Trata-se, fundamentalmente, de salvaguardar que as organizações escolares cumpram as suas missões estatutárias e os seus desígnios programáticos de forma eficaz, transparente e socialmente responsável.

Sob este prisma, Dias e Santos (2017) asseveram que a avaliação institucional se erige como um dispositivo basilar que faculta aos estabelecimentos de ensino a possibilidade de exercitarem uma reflexão metódica sobre as suas dinâmicas internas, propiciando uma tomada de decisão solidamente estribada em evidências empíricas, premissa esta que se revela de todo imprescindível para a consolidação de um ecossistema educativo de cariz qualitativo (p. 45).

No que concernirá, especificamente, ao cenário moçambicano, a exequibilidade prática da avaliação institucional nas escolas do ensino básico confronta-se com óbices consideráveis que reclamam uma premência interventiva inadiável. Com efeito, emergem como principais vetores de estrangulamento a exiguidade de recursos financeiros, a manifesta obsolescência das infraestruturas e os défices estruturais na formação contínua do corpo docente (Nivagara, 2021, p. 112). Estes fatores imiscuem-se de forma gravosa na operacionalidade e na eficácia intrínseca dos processos de escrutínio, comprometendo, por conseguinte, a qualidade do serviço pedagógico outorgado às franjas geracionais infantojuvenis (Castiano, 2022, p. 78).

Adicionalmente, importa notar que a ausência de um modelo de contratualização avaliativa que seja robusto e abrangente coarta a identificação cirúrgica das áreas carecidas de mitigação, entravando a plasticidade e a capacidade de resiliência e inovação das instituições. Torna-se, destarte, axiomático que a consubstanciação de uma avaliação institucional eficaz se assume como um imperativo categórico para alavancar um ambiente formativo capaz de solver as premências da contemporaneidade e, concomitantemente, de dotar o corpo discente das competências necessárias para fazer face às exigências do porvir.

1.1 Importância da Avaliação Institucional

A avaliação institucional reveste-se de uma centralidade axiológica inquestionável na senda da promoção da qualidade educacional, na medida em que descortina uma mundividência integrada, holística e abrangente a respeito do desempenho das organizações escolares e dos múltiplos atores que coadjuvam

no processo formativo. Importa sublinhar que este escrutínio não se circunscreve à mera e redutora hermenêutica de resultados finais.

Pelo contrário, pressupõe a recolha e a subsequente triangulação de dados de natureza qualitativa e quantitativa, operando como um dispositivo basilar na identificação de assimetrias pedagógicas e das prementes necessidades de formação e desenvolvimento contínuo do corpo docente. Nesta ordem de ideias, e em perfeita consonância com este entendimento, Nunes e Langa (2018) asseveram que a praxis avaliativa deve ser conceptualizada como um vetor de autoaperfeiçoamento perene, o qual convoca à participação ativa a totalidade dos stakeholders que integram a comunidade escolar (p. 98).

Esta perspectiva teleológica concita a atenção para o facto de que o escrutínio institucional se desvincula de uma matriz puramente punitiva, de controlo autocrático ou de supervisão burocrática, erigindo-se, outro assim, como uma oportunidade soberana de aprendizagem construída, no seio da qual os intervenientes congregam esforços para a edificação dialógica do conhecimento. Adicionalmente, importa notar que a avaliação institucional desempenha um papel fulcral no mapeamento heurístico das áreas carecidas de mitigação urgente e no gizar de trajetórias estratégicas orientadas para a superação das contrariedades fenoménicas.

Efetivamente, é por intermédio de um diagnóstico cirúrgico que as instituições escolares reúnem condições para delinear planos de ação eficazes, dotados de plasticidade suficiente para solver as exigências específicas do seu tecido comunitário. Sob este prisma, Lima e Alves (2020) sustentam que a porosidade e a participação efetiva dos atores escolares no ecossistema avaliativo configuram-se como requisitos sine qua non para caucionar a legitimidade e a exequibilidade das dinâmicas implementadas (p. 157).

Destarte, e face ao exposto, torna-se axiomático que a avaliação institucional se assume como um aliado estratégico na busca incessante pela excelência pedagógica. Ao propiciar, como propicia, um espaço de reflexão metódica e de concertação dialógica, ela viabiliza a sedimentação de uma cultura avaliativa intrínseca que indexa valor à transparência e à responsabilidade partilhada, agindo como o motor propulsor do incremento qualitativo do ensino.

1.2 Estratégia para Fortalecer a Qualidade Educacional

Para que a avaliação institucional atinja seu potencial transformador nas escolas básicas em Moçambique, é imperativo adoptar uma série de estratégias multifacetadas que promovam e sustentem a qualidade educacional. As medidas a seguir são cruciais para assegurar que as práticas educativas estejam alinhadas com as necessidades contemporâneas e os desafios enfrentados no contexto educacional do país.

- **Formação Contínua dos Docentes**

A formação contínua dos educadores representa um elemento fundamental para assegurar que os professores se mantenham sempre atualizados em relação às melhores práticas pedagógicas disponíveis. Este processo de formação deve ser compreendido como uma jornada permanente de desenvolvimento profissional, e não apenas como uma atividade isolada ou pontual. De acordo com a pesquisa realizada por Martins (2014), a capacitação contínua dos professores é um fator determinante para a melhoria da qualidade do ensino e, consequentemente, para o sucesso do processo educativo como um todo (p. 112).

Para que a formação contínua seja realmente eficaz e impacte positivamente a prática docente, é imprescindível que se implementem programas abrangentes que abordem novas metodologias de ensino, promovam o uso de tecnologias educacionais inovadoras e incentivem práticas reflexivas entre os educadores. Essa abordagem não apenas enriquece o repertório pedagógico dos professores, mas também os prepara para enfrentar as crescentes demandas contemporâneas da educação, como a promoção da inclusão e a diversificação das estratégias pedagógicas.

Ademais, é vital que esses programas de formação continuem a ser adaptados às realidades locais e às necessidades específicas das escolas e comunidades, garantindo assim que os docentes estejam verdadeiramente capacitados a oferecer um ensino de qualidade que atenda às expectativas dos alunos e da sociedade. Portanto, a formação contínua deve ser vista como um investimento estratégico no futuro da educação, contribuindo para a construção de um sistema educacional mais robusto, inclusivo e eficaz em Moçambique.

- **Adequação das Infra-estruturas Escolares**

A infra-estrutura escolar desempenha um papel crucial na criação de ambientes propícios à aprendizagem e no desenvolvimento integral dos alunos. É imperativo que as escolas sejam dotadas de recursos adequados, que vão muito além da simples presença física de salas de aula. A adequação das infra-estruturas envolve a disponibilização de espaços bem estruturados, como bibliotecas ricas em acervos literários e laboratoriais, além de ambientes de aprendizagem que estimulem a criatividade e a interacção. Segundo Niquice (2005), ambientes de aprendizagem bem planejados são essenciais para o engajamento e o desempenho dos alunos, impactando directamente em suas motivações e resultados académicos (p. 73).

Uma infra-estrutura adequada não apenas favorece a dinâmica do processo educativo, mas também estimula o interesse e a motivação dos discentes. Espaços de aprendizado que são bem iluminados, arejados e equipados com tecnologia

moderna são fundamentais para proporcionar uma educação de qualidade. Por exemplo, laboratórios de ciências devidamente equipados permitem que os alunos realizem experiências práticas, consolidando o conhecimento teórico adquirido em sala de aula. Da mesma forma, bibliotecas com acervos diversificados e recursos digitais oferecem aos estudantes a oportunidade de explorar novos temas, desenvolver habilidades de pesquisa e fomentar a leitura crítica.

Além disso, é fundamental que haja um investimento contínuo na manutenção e actualização das instalações escolares. O descaso com as infra-estruturas pode resultar em ambientes que, ao invés de incentivar a aprendizagem, se tornam hostis e prejudiciais ao desenvolvimento dos alunos. As escolas devem estar atentas às necessidades específicas de suas comunidades, adaptando suas infra-estruturas para atender às diversidades e desafios que surgem no cotidiano escolar. Essa adaptação pode incluir a criação de espaços acessíveis para alunos com deficiência, a implementação de áreas de recreação que promovam a socialização e o desenvolvimento físico, e a oferta de recursos tecnológicos que tornem a aprendizagem mais dinâmica e interactiva.

Ademais, a adequação das infra-estruturas não se limita apenas à construção física e manutenção dos espaços. Ela também envolve a formação de uma cultura de cuidado e respeito por parte da comunidade escolar, onde alunos, professores e funcionários se sintam responsáveis pela preservação e valorização do ambiente. A promoção de práticas que incentivem o uso consciente dos recursos disponíveis e o cuidado com as instalações contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis.

Portanto, a adequação das infra-estruturas escolares é uma questão que merece atenção especial por parte dos gestores educacionais e do governo. Investir em instalações de qualidade é garantir que os alunos tenham um espaço digno e adequado para o aprendizado, e isso se reflecte directamente na qualidade da educação oferecida. As escolas devem ser vistas não apenas como prédios, mas como ambientes de transformação social, capazes de moldar o futuro de uma geração. Ao proporcionar condições adequadas de ensino, é possível criar um ambiente onde a aprendizagem possa prosperar, contribuindo assim para o desenvolvimento educacional e social em Moçambique.

- **Participação da Comunidade**

A participação da comunidade no processo de avaliação institucional é fundamental para garantir que as necessidades locais sejam efectivamente atendidas. O envolvimento activo dos pais, dos alunos e de outros membros da comunidade escolar contribui significativamente para a criação de um ambiente educacional mais inclusivo e colaborativo. Como ressaltam Silva e Gomes

(2019), a colaboração entre a escola e a comunidade é uma estratégia eficaz para promover a qualidade educacional (p. 45). A construção de parcerias entre escolas e comunidades pode facilitar a troca de conhecimentos e experiências, fortalecendo assim o compromisso colectivo com a educação. Essa colaboração não só enriquece o processo educativo, mas também aumenta a responsabilidade compartilhada pela formação dos jovens.

- **Implementação de Mecanismos de Monitoramento e Avaliação**

A adopção de mecanismos sistemáticos de monitoramento e avaliação é necessária para assegurar que as informações colectadas durante o processo de avaliação sejam devidamente analisadas e utilizadas na tomada de decisões informadas. A utilização de indicadores de desempenho e a realização de avaliações regulares constituem práticas que podem fornecer dados valiosos sobre a eficácia das estratégias implementadas.

A implementação de sistemas de feedback contínuo entre gestores, professores e alunos possibilita um aprimoramento constante das práticas educativas. É importante que esses mecanismos sejam transparentes e participativos, permitindo que todos os envolvidos tenham voz activa no processo de avaliação.

- **Fomento à Cultura de Avaliação**

É essencial promover uma cultura de avaliação nas escolas, onde a avaliação é percebida como uma oportunidade de aprendizado e crescimento, em vez de um simples mecanismo de controle. Como destaca Lima (2016), a cultura de avaliação deve ser integrada à vida escolar, permitindo que todos os envolvidos percebam sua importância (p. 88). Essa mudança de paradigma requer um esforço conjunto para sensibilizar todos os autores envolvidos sobre os benefícios de uma avaliação contínua e formativa. A promoção de uma cultura de avaliação positiva é fundamental para que todos, desde os gestores até os alunos, compreendam o papel central da avaliação no processo de ensino-aprendizagem e se sintam motivados a participar activamente desse processo.

Avaliação institucional, com uma formatação mais clara e detalhes adicionais que facilitam a interpretação:

Dimensões	Instrumentos de Avaliação	Indicador	Evidência	Classificação	Pontuação
1. Planificação, Administração e Gestão Escolar	- Análise de planos de ensino	Adequação dos planos	Documentos de planejamento	Muito Bom (5)	5
	- Entrevistas com gestores	Eficácia da gestão	Relatórios de gestão	Bom (4)	4
	- Observação de práticas administrativas	Transparência administrativa	Registros de reuniões	Satisfatório (3)	3
		Inadequação	Falta de documentação	Não Satisfatório (2)	2
		Crítica	Avaliação negativa		
2. Infra-estruturas, Equipamento e Ambiente Escolar	- Verificação das condições das instalações	Estado das instalações	Inspecções	Muito Bom (5)	5
	- Avaliação de equipamentos disponíveis	Disponibilidade de equipamentos	Listagem de equipamentos	Bom (4)	4
	- Análise do ambiente escolar	Ambiente propício para aprendizado	Observação do espaço	Satisfatório (3)	3
		Ambiente desfavorável	Reclamações de alunos	Não Satisfatório (2)	2
		Crítica	Avaliação negativa		
3. Processo de Ensino-Aprendizagem	- Observação de aulas	Metodologias utilizadas	Registros de observação	Muito Bom (5)	5
	- Avaliação do desempenho dos alunos	Resultados de aprendizagem	Notas e avaliações	Bom (4)	4
	- Análise de materiais didácticos	Adequação dos materiais	Análise de conteúdos	Satisfatório (3)	3
		Materiais inadequados	Falta de recursos	Não Satisfatório (2)	2
		Crítica	Avaliação negativa		

1.3 Desafios da Avaliação Institucional

A avaliação institucional, malgrado descortine inúmeras virtualidades para o robustecimento qualitativo do ecossistema educacional, confronta-se com óbices sinuosos que coartam a sua eficácia intrínseca e o seu escopo de abrangência. Entre as principais barreiras fenoménicas, sobressaem, a exiguidade de recursos financeiros, a resistência atávica à mudança por parte dos agentes escolares e a premente carência de capacitação técnico-científica dos avaliadores.

No que concerne à vertente económico-financeira, importa sublinhar que a escassez de recursos opera como um desafio preponderante, na medida em

que uma franja significativa das instituições de ensino básico em Moçambique subsiste em condições de manifesta precariedade. Sob este prisma, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH, 2019) assevera que os estabelecimentos de ensino enfrentam uma conjuntura de penúria material que colide directamente com a sua exequibilidade operacional para operacionalizar escrutínios dotados de rigor metódico (p. 45). Esta insuficiência orçamental cerceia, a capacidade de coligir dados fidedignos e heuristicamente relevantes sobre o desempenho escolar, inviabilizando o gizar de políticas públicas informadas e estrategicamente fundamentadas.

Adicionalmente, cumpre notar que a resistência à mudança, propalada por educadores e gestores, se configura como um entrave de relevo. Em perfeita consonância com este entendimento, Niquice (2005) adverte que a introdução de novas metodologias avaliativas é frequentemente acolhida com cepticismo estrutural, mormente quando estas preconizam uma reconfiguração profunda das práxis consagradas pela tradição burocrática (p. 78). Esta inércia institucional radica, fundamentalmente, numa assimetria cognitiva relativa à teleologia da avaliação, cuja substância é frequentemente confundida com um mero dispositivo de fiscalização e punição, em detrimento do seu carácter formativo.

Paralelamente, e no que toca ao capital humano, Silva (2019) sustenta que a ausência de uma capacitação adequada limita a competência técnico-pedagógica dos profissionais adstritos ao processo avaliativo, comprometendo de forma gravosa a qualidade e a objectividade das exegeses realizadas (p. 102). À míngua de uma formação contínua e robusta, os avaliadores ficam desprovidos das ferramentas hermenêuticas necessárias para interpretar correctamente as matrizes de dados ou para aplicar os dispositivos métricos com a devida propriedade científica.

Neste preciso quadrante, e tal como equacionado por Mário (2020), "os desafios enfrentados pelas escolas em Moçambique exigem soluções inovadoras e adaptadas ao contexto local" (p. 156). Esta asserção concita a atenção para a urgência inadiável de arquitectar estratégias que sejam dotadas não apenas de viabilidade prática, mas também de uma densa contextualização, sopesando as idiossincrasias sociais, económicas e culturais que moldam o tecido educativo moçambicano.

Destarte, com o fito de mitigar tais adversidades, torna-se imperioso um comprometimento político e social de matriz holística, capaz de caucionar a exequibilidade e a sustentabilidade das reformas gizadas. Conforme preconizado por Martins (2014), a porosidade e o envolvimento activo de todos assumem-se como um requisito para o sucesso de qualquer reconfiguração sistémica no campo da educação (p. 34). Isto pressupõe, necessariamente, a dotação perene

de fluxos financeiros, a sedimentação de uma cultura virada para a inovação e o investimento continuado na qualificação dos avaliadores. Somente por esta via será exequível edificar um modelo de avaliação institucional que opere como vector efectivo de incremento qualitativo, potenciando o sucesso discente e a consolidação da eficácia pedagógica nas escolas básicas de Moçambique.

2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

O presente constructo investigativo ancora-se numa abordagem qualitativa, de matriz bibliográfica e documental, cuja teleologia radica na análise crítica, heurística e aprofundada dos óbices e das virtualidades que enformam a avaliação institucional no macro contexto do ensino básico em Moçambique. Para o efeito, e com o fito de consubstanciar esta análise, procedeu-se à exegese e triangulação de monografias, artigos indexados, compêndios legislativos e relatórios institucionais que orbitam em torno da avaliação educacional e da optimização da qualidade do ensino (Quivy & Van Campenhoudt, 2019, p. 132).

A opção metodológica por uma perspectiva qualitativa justifica-se, primordialmente, pela imperiosa necessidade de descortinar os significados, as hermenêuticas e as implicações subjacentes aos procedimentos escrutinadores no ecossistema escolar, privilegiando-se, destarte, uma análise reflexiva e desvinculada de reducionismos quantitativos dos fenómenos educativos. Nesta ordem de ideias, foram inventariados documentos emanados por instâncias tutelares nacionais, a par de contributos teóricos de investigadores de referência que problematizam o nexo de causalidade entre a avaliação institucional, os modelos de liderança escolar e a qualidade formativa.

Subsequentemente, a categorização e a análise do material empírico coligido obedeceram a uma matriz estritamente interpretativa. Este procedimento viabilizou a emersão de eixos temáticos estruturantes relativos aos principais escolhos da avaliação institucional, designadamente: a exiguidade de recursos financeiros, os défices de capacitação do corpo docente e dos avaliadores, a inércia institucional e o grau de porosidade e participação dos atores educativos (Bardin, 2020, p. 98).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados dimanados da presente análise interpretativa evidenciam que a exequibilidade prática da avaliação institucional nas organizações escolares moçambicanas se encontra severamente manietada por condicionantes de ordem estrutural, humana e organizativa. Em primeiro lugar, constatou-se que a insuficiência orçamental opera como um factor limitador de relevo, porquanto

cerceia a edificação de premissas logísticas que viabilizem a instauração de escrutínios sistemáticos e metodologicamente validados. Em perfeita consonância com este entendimento, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH, 2019) assevera que a manifesta precariedade das condições materiais colide de forma directa com a capacidade das escolas para coligir, analisar e mobilizar informações heurísticas voltadas para a tomada de decisão (p. 45).

Adicionalmente, os dados coligidos demonstram que a resistência atávica à mudança continua a erigir-se como um entrave substantivo à sedimentação de uma cultura avaliativa intrínseca nas escolas. Tal como advertido por Niquice (2005), a porosidade e a aceitação dos dispositivos de avaliação estão indexadas à correta descodificação dos seus propósitos emancipatórios, exigindo que o escrutínio seja apreendido enquanto alavanca de auto-aperfeiçoamento perene, e não como mero formalismo burocrático ou fiscalização punitiva (p. 78).

Por outro lado, as evidências empíricas atestam que a formação contínua dos profissionais adstritos às dinâmicas avaliativas constitui um requisito para caucionar a legitimidade e a acuidade científica do processo. Neste concreto quadrante, Silva (2019) reforça que a diluição de competências técnico-científicas atua em detrimento da objectividade interpretativa dos dados, obliterando a plasticidade das instituições escolares para arquitectar planos de intervenção eficazes e contextualizados (p. 102).

Deste modo, as inferências tecidas convergem com a mundividência de Mário (2020), para quem as escolas moçambicanas carecem urgencialmente de soluções inovadoras e dotadas de densa contextualização, capazes de solver as idiossincrasias do sistema educativo nacional (p. 156). Torna-se, por conseguinte, imperioso gizar políticas públicas que garantam fluxos de financiamento sustentáveis, a qualificação permanente do capital humano e a participação altiva dos diversos.

Em suma, e alinhando com o pensamento de Martins (2014), o envolvimento orgânico dos diferentes atores da comunidade escolar assume-se como o vector decisivo para o sucesso e sustentabilidade de qualquer reforma sistémica (p. 34). Destarte, a avaliação institucional, quando alicerçada em pressupostos participativos, metodologicamente rigorosos e contextualizados, transmuta-se num mecanismo efectivo de contratualização da qualidade, propiciando o robustecimento da gestão escolar, a disrupção inovadora nas práticas pedagógicas e a promoção do sucesso educativo em Moçambique.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação evidenciou que a exequibilidade prática da avaliação institucional no ensino básico moçambicano se encontra manietada por severos constrangimentos orçamentais e logísticos. Estes fatores bloqueiam a transmutação do formalismo burocrático vigente numa práxis formativa e autoaperfeiçoadora. Paralelamente, conclui-se que o capital humano constitui o eixo nevrálgico para qualquer reforma sistémica.

A resistência detetada entre os agentes escolares não configura uma recusa deliberada da mudança, resultando, outro assim, de uma assimetria cognitiva alimentada pela manifesta escassez de capacitação técnico-científica dos avaliadores. À míngua de formação contínua e espaços de diálogo, o escrutínio institucional continuará a ser percecionado como um dispositivo de fiscalização autocrática, anulando o seu potencial emancipatório. Destarte, urge reconfigurar o modelo atual, transitando de uma matriz centralizada para uma arquitetura avaliativa endógena, que atenda e respeite as idiossincrasias socioeconómicas, organizacionais e culturais do macrocontexto educativo moçambicano.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. (2019). **Avaliação educacional e qualidade institucional**: Modelos e dinâmicas contemporâneas (3.ª ed.). Coimbra, Portugal: Almedina.

BARDIN, L. (2020). **Análise de conteúdo** (7.ª ed.). Lisboa, Portugal: Edições 70.

CASTIANO, J. P. (2022). **Políticas educativas e governação escolar em Moçambique**: Desafios e perspetivas. Maputo, Moçambique: Editora Universitária.

DIAS, A. M., & SANTOS, M. L. (2017). A avaliação institucional como indutora da qualidade pedagógica no ensino básico. **Revista Lusófona de Educação**, 36(2), 39–54.

DIAS SOBRINHO, J. (2018). A**valiação da educação superior e democratização**: Olhares críticos e perspetivas emancipatórias. Porto, Portugal: Porto Editora.

ESTRELA, A. (2018). **Teoria e prática da gestão escolar**: O papel da avaliação endógena. Lisboa, Portugal: Texto Editores.

GOMEZ, M. A. (2017). A formação contínua de professores e a liderança nas organizações escolares. **Revista Lusófona de Educação**, 35(1), 11–26.

LIMA, L. C. (2020). **A escola como organização burocrática e a administração da avaliação institucional.** Lisboa, Portugal: Edições Pedago.

LIMA, L. C., & ALVES, M. G. (2020). **A administração escolar e a contratualização da avaliação**: Modelos, dinâmicas e participação comunitária. Lisboa, Portugal: Edições Pedago.

MÁRIO, M. (2020). **Desafios da educação básica em Moçambique**: Contextos, reformas e dinâmicas locais. Maputo, Moçambique: Editora Universitária.

MARTINS, J. M. (2014). **Reformas educativas e políticas de avaliação**: O compromisso dos atores escolares. Lisboa, Portugal: Edições Pedago.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO [MINEDH]. (2019). **Relatório anual de monitoria e avaliação do plano estratégico da educação.** Maputo, Moçambique: MINEDH.

NIQUICE, A. A. (2005). **Gestão e avaliação da educação: Resistências e mudanças no contexto escolar moçambicano.** Maputo, Moçambique: Escolar Editora.

NIVAGARA, D. D. (2021). **Desenvolvimento curricular e formação docente no ensino básico moçambicano.** Maputo, Moçambique: Escolar Editora.

NUNES, J. A., & LANGA, J. (2018). Avaliação institucional e desenvolvimento da escola: Desafios contemporâneos ao subsistema do ensino básico. **Revista Lusófona de Educação**, 39(2), 91–105.

QUIVY, R., & VAN CAMPENHOUDT, L. (2019). **Manual de investigação em ciências sociais** (5.ª ed.). Lisboa, Portugal: Gradiva.

SILVA, R. M. (2019). **Formação de avaliadores e a contratualização da qualidade na administração escolar.** Coimbra, Portugal: Almedina.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A INOVAÇÃO EDUCACIONAL: EXPLORANDO O IMPACTO E AS OPORTUNIDADES

Felisberto Saíde
João Franco Ussene
Dulce João Nunes Langa

INTRODUÇÃO

A educação superior enfrenta desafios constantes que exigem inovação para melhorar a qualidade do ensino e a eficiência administrativa. A avaliação institucional surge como uma ferramenta estratégica para identificar áreas de melhoria e promover mudanças significativas. Este artigo tem como objectivo explorar a relação entre avaliação institucional e inovação educacional, destacando exemplos práticos e seus impactos.

A educação superior está em constante evolução, enfrentando desafios como a globalização, avanços tecnológicos e mudanças nas demandas do mercado de trabalho. Segundo Silva (2020), "a globalização e os avanços tecnológicos têm transformado a paisagem educacional, exigindo novas abordagens e soluções inovadoras". Nesse contexto, a inovação educacional torna-se essencial para garantir a relevância e a qualidade do ensino. A avaliação institucional é um processo sistemático que permite às instituições de ensino superior identificar pontos fortes e áreas de melhoria. De acordo com Oliveira (2019), "a avaliação institucional é crucial para promover uma cultura de autoavaliação e melhoria contínua". Ao promover essa cultura, a avaliação institucional pode ser um catalisador para a inovação.

Este artigo busca explorar como a avaliação institucional pode promover a inovação educacional, identificar práticas inovadoras resultantes desse processo e analisar os impactos dessas inovações na qualidade do ensino e na gestão académica. Estudos recentes, como o de Santos (2021), mostram que "a integração de práticas inovadoras na educação superior pode levar a melhorias significativas na qualidade do ensino e na eficiência administrativa".

REVISÃO DA LITERATURA

Definição e Conceitos

A avaliação institucional é um processo contínuo e sistemático de colecta, análise e interpretação de dados sobre as actividades e os resultados de uma instituição. Este processo visa melhorar a qualidade e a eficácia das operações institucionais. Segundo Silva (2020), a avaliação institucional pode ser dividida em várias etapas:

1. Definição de Objectivos: Estabelecimento de metas claras e mensuráveis que a instituição deseja alcançar. Esses objectivos podem incluir a melhoria da qualidade do ensino, a eficiência administrativa, a satisfação dos alunos e o impacto social.
2. Colecta de Dados: Utilização de diversos métodos para colectar informações relevantes, como questionários, entrevistas, observações e análise de documentos. A colecta de dados deve ser abrangente e incluir a perspectiva de todos os stakeholders envolvidos.
3. Análise dos Resultados: Interpretação dos dados colectados para identificar pontos fortes e áreas de melhoria. A análise pode utilizar técnicas estatísticas e qualitativas para fornecer uma visão abrangente do desempenho institucional.
4. Implementação de Acções de Melhoria: Desenvolvimento e execução de planos de acção para abordar as áreas de melhoria identificadas. Essas acções podem incluir mudanças curriculares, capacitação de professores, melhorias na infra-estrutura e optimização de processos administrativos.
5. Monitoramento e Avaliação Contínua: Revisão periódica dos progressos e ajustes necessários para garantir a eficácia das acções implementadas. O monitoramento contínuo permite que a instituição responda rapidamente a novos desafios e oportunidades.

A avaliação institucional pode abranger diversas áreas, incluindo desempenho académico, gestão administrativa, infra-estrutura, satisfação dos stakeholders e impacto social. Silva (2020) destaca que a avaliação institucional deve ser vista como um processo dinâmico e adaptativo, capaz de responder às mudanças no ambiente educacional e às necessidades dos stakeholders.

Histórico e Evolução

A avaliação institucional tem suas raízes nas auditorias académicas dos anos 1980, que eram focadas principalmente na conformidade com normas e

regulamentos. Com o tempo, a avaliação institucional evoluiu para processos mais abrangentes e participativos. Oliveira (2019) destaca várias fases importantes na evolução da avaliação institucional:

1. Anos 1980: Auditorias académicas focadas na conformidade e controle de qualidade. Essas auditorias eram geralmente conduzidas por agências externas e tinham um carácter punitivo, com foco na identificação de falhas e irregularidades.
2. Anos 1990: Introdução de processos de autoavaliação e participação de múltiplos stakeholders, incluindo administradores, professores, alunos e a comunidade externa. Essa fase marcou uma mudança de foco, passando de uma abordagem de controle para uma abordagem de melhoria contínua.
3. Anos 2000: Expansão dos processos de avaliação para incluir aspectos como impacto social, sustentabilidade e inovação. As instituições começaram a adoptar uma visão mais holística da avaliação, considerando não apenas os resultados académicos, mas também o impacto social e ambiental de suas actividades.
4. Anos 2010 em diante: Integração de tecnologias digitais e análise de big data para aprimorar a colecta e análise de dados, tornando os processos de avaliação mais eficientes e precisos. A utilização de sistemas de gestão de aprendizagem (LMS) e plataformas de análise de dados permitiu uma colecta de dados mais abrangente e uma análise mais detalhada dos resultados.

Essa evolução reflectiu uma mudança de foco, passando de uma abordagem de controle para uma abordagem de melhoria contínua e desenvolvimento institucional. Oliveira (2019) argumenta que a avaliação institucional deve ser vista como um processo colaborativo e inclusivo, que envolve todos os stakeholders na busca pela excelência educacional.

Relação com Inovação Educacional

Estudos sugerem que a avaliação institucional pode ser um catalisador para a inovação educacional. Ao identificar necessidades e oportunidades de melhoria, a avaliação institucional pode estimular mudanças significativas nas práticas educacionais. Santos (2018) argumenta que a inovação educacional pode incluir:

1. Mudanças Curriculares: Actualização dos currículos para reflectir as demandas do mercado de trabalho e as competências do século XXI, como pensamento crítico, colaboração e habilidades digitais. Por exemplo, uma universidade pode revisar seu currículo de engenharia

para incluir cursos sobre inteligência artificial e sustentabilidade. Estudos mostram que currículos actualizados podem aumentar a empregabilidade dos graduados e melhorar a relevância dos programas educacionais (Santos, 2018).

2. Adopção de Novas Tecnologias: Implementação de tecnologias educacionais, como plataformas de aprendizagem online, ferramentas de avaliação digital e recursos multimídia para enriquecer o ensino. Um exemplo é a introdução de um sistema de gestão de aprendizagem (LMS) que permite aos alunos acessar materiais de curso, submeter tarefas e participar de fóruns de discussão online. A adopção de tecnologias educacionais pode melhorar a acessibilidade e a flexibilidade do ensino, permitindo que os alunos aprendam no seu próprio ritmo e de acordo com suas necessidades individuais (Silva, 2020).
3. Desenvolvimento Profissional de Professores: Programas de capacitação contínua para professores, focando em metodologias de ensino inovadoras e uso de tecnologias. Por exemplo, workshops e cursos de formação sobre ensino híbrido e uso de ferramentas digitais na sala de aula. O desenvolvimento profissional contínuo é essencial para garantir que os professores estejam preparados para enfrentar os desafios do ensino moderno e para promover práticas pedagógicas inovadoras (Oliveira, 2019).
4. Melhorias na Gestão Administrativa: Optimização dos processos administrativos para aumentar a eficiência e a eficácia das operações institucionais. Isso pode incluir a digitalização de processos burocráticos, como matrículas e registos académicos, para reduzir o tempo e os custos administrativos. A melhoria da gestão administrativa pode liberar recursos para serem investidos em áreas prioritárias, como a melhoria da qualidade do ensino e a inovação educacional (Costa, 2022).

Estudos Anteriores

A revisão de pesquisas que abordam a intersecção entre avaliação institucional e inovação educacional revela uma série de exemplos de sucesso e desafios enfrentados. Mendes (2021) e Costa (2022) destacam que a avaliação institucional pode levar a práticas inovadoras que melhoram a qualidade do ensino e a satisfação dos alunos. No entanto, também identificam desafios, como a resistência à mudança por parte dos professores e administradores, a falta de recursos financeiros e a necessidade de um compromisso contínuo com a melhoria.

Exemplos de Sucesso: Mendes (2021) descreve casos em que a avaliação institucional levou à implementação de novas tecnologias educacionais e à revisão curricular, resultando em melhorias significativas no desempenho académico dos alunos. Por exemplo, uma universidade que adoptou um sistema de avaliação contínua baseado em projectos observou um aumento na taxa de retenção e na satisfação dos alunos. Outro exemplo é uma instituição que implementou um programa de desenvolvimento profissional para professores, resultando em práticas pedagógicas mais inovadoras e eficazes.

Desafios Enfrentados: Costa (2022) aponta que a resistência à mudança e a falta de recursos são obstáculos comuns à implementação eficaz da avaliação institucional. No entanto, sugere que a formação contínua e o envolvimento dos stakeholders podem ajudar a superar esses desafios. Por exemplo, a resistência dos professores à adopção de novas tecnologias pode ser mitigada por meio de programas de formação e suporte técnico contínuo. Além disso, a alocação estratégica de recursos e a busca por parcerias externas podem ajudar a superar as limitações financeiras.

METODOLOGIA

Este estudo utilizou uma abordagem qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica. Foram analisados estudos de caso e literatura relevante sobre avaliação institucional e inovação educacional. Essa metodologia permitiu uma compreensão aprofundada dos conceitos e práticas atuais no campo. As fontes de dados incluíram artigos académicos, livros, relatórios institucionais e teses que abordam a avaliação institucional e a inovação educacional. Essas fontes forneceram uma base sólida de informações e perspectivas variadas, essenciais para uma análise abrangente (Gil, 2008; Lakatos & Marconi, 2010).

Os dados foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo. Esta técnica permitiu identificar padrões e temas recorrentes nas fontes revisadas, proporcionando insights valiosos sobre as tendências e desafios na avaliação institucional e inovação educacional (Barretto e Pinto, 2001; Esteban, 2003).

RESULTADOS

Os dados colectados foram organizados em três categorias temáticas principais: uso de tecnologias educacionais, revisão curricular e desenvolvimento profissional. Cada categoria foi analisada para identificar práticas inovadoras resultantes da avaliação institucional e seus impactos na qualidade do ensino e na satisfação dos alunos.

Uso de Tecnologias Educacionais

A introdução de plataformas de aprendizagem online, como sistemas de gestão de aprendizagem (LMS), permitiu que os alunos a cessassem materiais de curso, submetessem tarefas e participassem de fóruns de discussão de forma mais flexível e acessível. Silva (2020) destaca que essas plataformas aumentaram a interacção entre alunos e professores, promovendo um ambiente de aprendizagem mais colaborativo. Além disso, a implementação de ferramentas de avaliação digital facilitou a criação e a correcção de provas e trabalhos, permitindo uma avaliação mais rápida e precisa do desempenho dos alunos. Essas ferramentas também possibilitaram a personalização das avaliações, adaptando-as às necessidades individuais dos alunos. O uso de recursos multimídia, como vídeos, podcasts e simulações interactivas, enriqueceu o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais dinâmico e envolvente. Estudos mostram que o uso de multimídia pode melhorar a retenção de informações e o engajamento dos alunos (Silva, 2020).

Revisão Curricular

A revisão dos currículos para incluir competências do século XXI, como pensamento crítico, colaboração e habilidades digitais, foi uma prática comum entre as instituições estudadas. Oliveira (2019) observa que essas actualizações tornaram os programas de ensino mais relevantes e alinhados com as demandas do mercado de trabalho. A inclusão de disciplinas interdisciplinares, que combinam conhecimentos de diferentes áreas, ajudou a desenvolver uma visão mais holística e integrada nos alunos. Por exemplo, cursos que combinam ciência da computação com ética e sustentabilidade prepararam os alunos para enfrentar desafios complexos de forma mais eficaz. Além disso, a incorporação de projectos práticos e estágios no currículo permitiu que os alunos aplicassem o conhecimento teórico em contextos reais, melhorando suas habilidades práticas e sua empregabilidade. Estudos mostram que a aprendizagem baseada em projectos pode aumentar a motivação e o desempenho dos alunos (Oliveira, 2019).

Desenvolvimento Profissional

A implementação de programas de capacitação contínua para professores focou em metodologias de ensino inovadoras e no uso de tecnologias educacionais. Santos (2018) destaca que esses programas ajudaram os professores a se manterem actualizados com as últimas tendências educacionais e a melhorar suas práticas pedagógicas. A realização de workshops e seminários sobre temas como ensino híbrido, aprendizagem activa e uso de ferramentas digitais na sala

de aula proporcionou oportunidades de desenvolvimento profissional e troca de experiências entre os professores. Além disso, a criação de comunidades de prática, onde os professores podem compartilhar conhecimentos e experiências, promoveu a colaboração e a inovação pedagógica. Essas comunidades ajudaram a criar uma cultura de aprendizagem contínua e melhoria entre os professores.

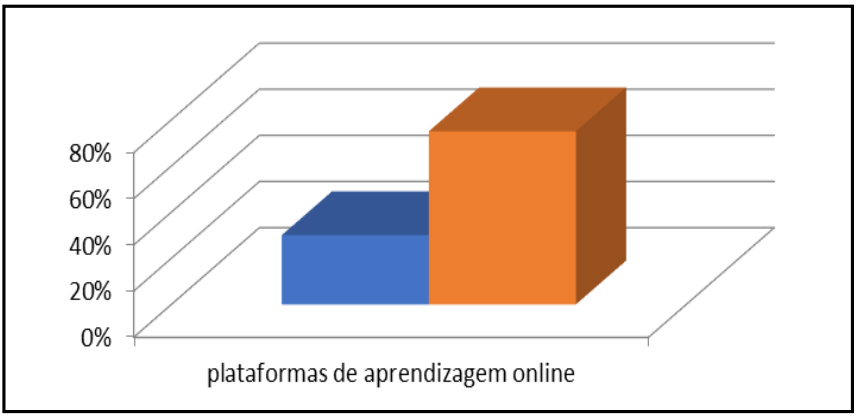
DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo indicam que a avaliação institucional desempenha um papel crucial não apenas na identificação de áreas de melhoria, mas também na promoção de práticas inovadoras dentro das instituições de ensino superior. A avaliação institucional cria um ambiente propício para a inovação ao promover uma cultura de autoavaliação e melhoria contínua. Este ambiente é caracterizado por uma abertura para mudanças, uma disposição para experimentar novas abordagens e uma ênfase na colaboração entre todos os stakeholders.

Uso de Tecnologias Educacionais

Estes gráficos mostram a adopção de diferentes tecnologias educacionais antes e depois da implementação das práticas inovadoras.

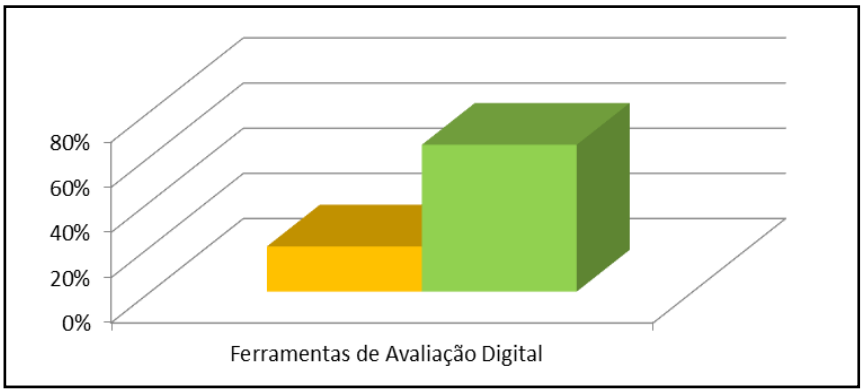
Gráfico 1: Plataformas de Aprendizagem Online:



Fonte: Mendes (2021)

A percentagem de cursos que utilizam plataformas de aprendizagem online aumentou de 30% para 75%. Isso indica uma adopção significativa dessas plataformas, facilitando o acesso ao ensino e promovendo um ambiente de aprendizagem mais flexível e colaborativo.

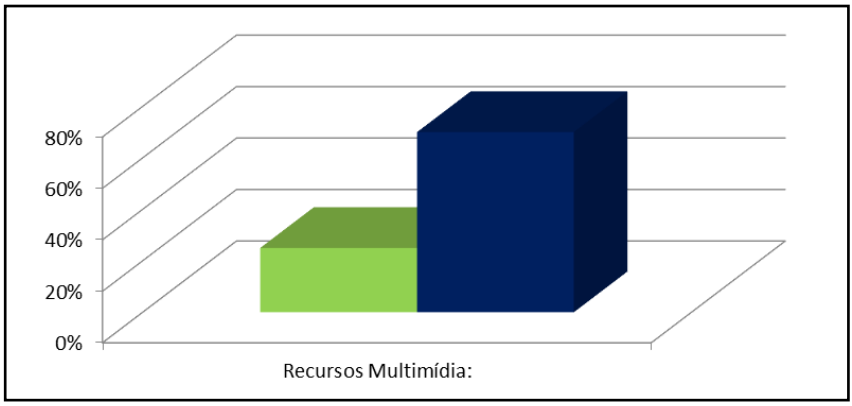
Gráfico 2: Ferramentas de Avaliação Digital:



Fonte: Mendes (2021)

A utilização de ferramentas de avaliação digital pelos professores aumentou de 20% para 65%. Isso sugere que essas ferramentas estão sendo amplamente adoptadas para melhorar a precisão e a personalização das avaliações dos alunos.

Gráfico 3: Recursos Multimídia:



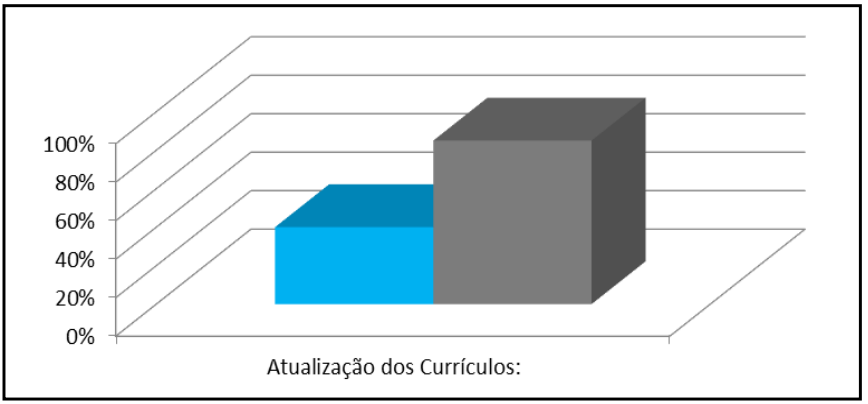
Fonte: Mendes (2021)

A inclusão de recursos multimídia nos cursos aumentou de 25% para 70%. Isso mostra que os cursos estão se tornando mais dinâmicos e envolventes, o que pode melhorar a retenção de informações e o engajamento dos alunos.

Revisão Curricular

Estes gráficos ilustram as mudanças nos currículos antes e depois da revisão.

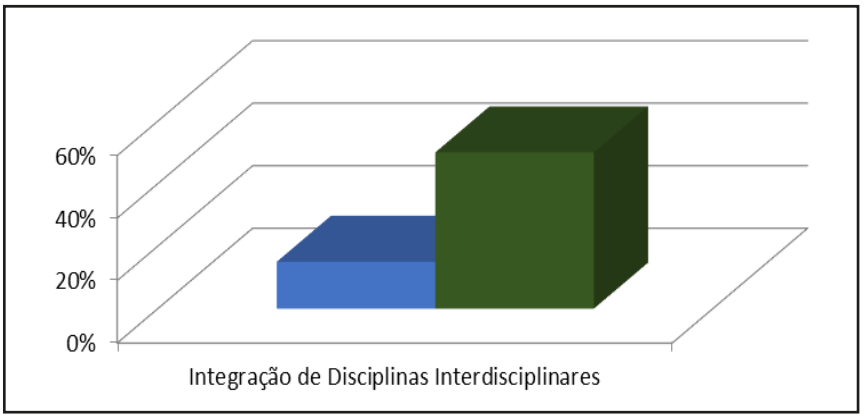
Gráfico 4: Actualização dos Currículos:



Fonte: Costa (2022)

A percentagem de currículos que incluem competências do século XXI aumentou de 40% para 85%. Isso indica que os currículos foram amplamente actualizados para reflectir as demandas modernas do mercado de trabalho, preparando melhor os alunos para suas futuras carreiras.

Gráfico 5: Integração de Disciplinas Interdisciplinares:



Fonte: Costa (2022)

A oferta de disciplinas interdisciplinares aumentou de 15% para 50%. Isso sugere uma maior ênfase na educação interdisciplinar, ajudando os alunos a desenvolver uma visão mais holística e integrada.

A análise dos dados revelou que a avaliação institucional levou à implementação de várias práticas inovadoras, como o uso de tecnologias educacionais, a revisão curricular e o desenvolvimento profissional dos professores. Essas práticas não apenas melhoraram a qualidade do ensino, mas também aumentaram a satisfação dos alunos e a eficiência administrativa. Por

exemplo, a introdução de plataformas de aprendizagem online e ferramentas de avaliação digital facilitou o acesso ao ensino e permitiu uma avaliação mais precisa e personalizada do desempenho dos alunos. A revisão curricular para incluir competências do século XXI, como pensamento crítico e habilidades digitais, tornou os programas de ensino mais relevantes e alinhados com as demandas do mercado de trabalho. Além disso, os programas de capacitação contínua para professores ajudaram a melhorar as práticas pedagógicas e a promover uma cultura de inovação dentro das instituições.

Comparação com Estudos Anteriores

Os achados deste estudo estão em consonância com pesquisas anteriores que sugerem que a avaliação institucional pode ser um catalisador para a inovação educacional. Estudos como os de Mendes (2021) e Costa (2022) também destacam que a avaliação institucional pode levar à implementação de práticas inovadoras que melhoram a qualidade do ensino e a satisfação dos alunos. No entanto, este estudo acrescenta à literatura existente ao fornecer exemplos detalhados de como a avaliação institucional pode ser implementada de forma eficaz para promover a inovação. Por exemplo, Mendes (2021) descreve casos em que a avaliação institucional levou à adopção de novas tecnologias educacionais, resultando em melhorias significativas no desempenho académico dos alunos. Costa (2022) destaca que a revisão curricular baseada em avaliações institucionais permitiu a inclusão de competências essenciais para o século XXI, como habilidades digitais e pensamento crítico, aumentando a relevância dos programas de ensino e a empregabilidade dos graduados.

Implicações para a Prática Educacional

Os resultados deste estudo têm várias implicações práticas para as instituições de ensino superior. Em primeiro lugar, destacam a importância de um processo de avaliação bem estruturado e participativo para promover a inovação educacional. As instituições devem envolver todos os stakeholders no processo de avaliação, incluindo administradores, professores, alunos e a comunidade externa. Isso não apenas garante uma avaliação mais abrangente e precisa, mas também promove um senso de propriedade e compromisso com as mudanças propostas.

Em segundo lugar, as instituições devem estar dispostas a investir em tecnologias educacionais e programas de desenvolvimento profissional para professores. A adopção de novas tecnologias pode melhorar a acessibilidade e a flexibilidade do ensino, enquanto os programas de capacitação contínua

ajudam os professores a se manterem actualizados com as últimas tendências educacionais e a melhorar suas práticas pedagógicas. Por exemplo, a implementação de plataformas de aprendizagem online e ferramentas de avaliação digital pode facilitar o acesso ao ensino e permitir uma avaliação mais precisa e personalizada do desempenho dos alunos.

Em terceiro lugar, as instituições devem estar preparadas para enfrentar desafios como a resistência à mudança e a falta de recursos financeiros. A formação contínua e o envolvimento dos stakeholders podem ajudar a mitigar a resistência à mudança, enquanto a alocação estratégica de recursos e a busca por parcerias externas podem ajudar a superar as limitações financeiras. Por exemplo, a resistência dos professores à adopção de novas tecnologias pode ser mitigada por meio de programas de formação e suporte técnico contínuo. Além disso, a alocação estratégica de recursos e a busca por parcerias externas podem ajudar a superar as limitações financeiras.

Limitações do Estudo

Embora este estudo forneça informações valiosas sobre a relação entre avaliação institucional e inovação educacional, ele também apresenta algumas limitações. Uma das principais limitações é a dependência de dados qualitativos, que pode introduzir viesses subjectivos na interpretação dos resultados. A análise qualitativa, embora rica em detalhes e observações, pode ser influenciada pelas percepções e interpretações dos pesquisadores.

Outra limitação é a falta de uma análise longitudinal, que poderia fornecer uma visão mais abrangente dos impactos a longo prazo da avaliação institucional na promoção da inovação educacional. Estudos futuros poderiam abordar essa limitação ao incluir uma análise longitudinal, permitindo observar as mudanças e impactos ao longo do tempo.

Além disso, a pesquisa bibliográfica, embora abrangente, pode não capturar todas as nuances e contextos específicos de diferentes instituições de ensino superior. A inclusão de métodos quantitativos para complementar a análise qualitativa poderia fornecer uma visão mais equilibrada e robusta dos fenómenos estudados.

Recomendações para Futuras Pesquisas

Futuras pesquisas devem explorar a implementação de avaliações institucionais em diferentes contextos educacionais para ampliar a compreensão de seus impactos. Estudos longitudinais que acompanhem as mudanças ao longo do tempo também seriam valiosos para avaliar os efeitos a longo prazo da avaliação institucional na promoção da inovação educacional. Além disso,

pesquisas quantitativas que utilizem amostras maiores e métodos estatísticos rigorosos podem fornecer uma visão mais abrangente e generalizável dos impactos da avaliação institucional.

Outra área de pesquisa promissora é a análise do impacto da avaliação institucional em diferentes níveis de ensino, como a educação básica e a educação profissional. Isso poderia fornecer informações adicionais sobre como a avaliação institucional pode ser adaptada para diferentes contextos educacionais e como pode promover a inovação em todos os níveis de ensino.

CONCLUSÃO

A avaliação institucional é uma ferramenta poderosa para promover a inovação educacional. Este estudo destaca a importância de um processo de avaliação bem estruturado e participativo para alcançar melhorias significativas na qualidade do ensino e na satisfação dos alunos. As instituições de ensino superior devem estar dispostas a investir em tecnologias educacionais e programas de desenvolvimento profissional para professores, e devem estar preparadas para enfrentar desafios como a resistência à mudança e a falta de recursos financeiros.

Além disso, é essencial que as instituições adoptem uma abordagem contínua e adaptativa para a avaliação, garantindo que os processos sejam revisados e actualizados regularmente para reflectir as necessidades e demandas emergentes. A integração de tecnologias digitais e a análise de dados podem fornecer uma base sólida para a tomada de decisões informadas, permitindo que as instituições identifiquem áreas de melhoria e implementem mudanças eficazes.

Futuras pesquisas devem continuar a explorar a relação entre avaliação institucional e inovação educacional para fornecer novas perspectivas e orientar a prática educacional. Estudos adicionais podem focar em diferentes contextos e tipos de instituições, bem como em abordagens quantitativas que complementem as análises qualitativas, proporcionando uma visão mais abrangente e detalhada dos impactos da avaliação institucional na promoção da inovação educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETTO, E. S. S., & PINTO, J. M. R. (2001). **Avaliação na educação básica**: Um estudo de periódicos. Estudos em Avaliação Educacional, 12(24), 7-28.

ESTEBAN, M. T. (2003). **Escola, Currículo e Avaliação.** São Paulo: Cortez.

GIL, A. C. (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social** (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. A. (2010). **Fundamentos de metodologia científica** (7ª ed.). São Paulo: Atlas.

OLIVEIRA, J. F. (2019). A evolução da avaliação institucional: Da conformidade à melhoria contínua. **Revista Brasileira de Educação**, 24(1), 45-67.

SANTOS, M. A. (2018). Inovação educacional e avaliação institucional: Um estudo de caso. **Educação e Pesquisa**, 44(2), 123-145.

SILVA, R. M. (2020). Avaliação institucional: Conceitos e práticas. **Revista de Avaliação Educacional**, 25(3), 89-105.

SILVA, J. (2020). Avaliação Institucional e Inovação Educacional. **Revista de Educação Superior**, 15(2), 123-145.

OLIVEIRA, M. (2019). **Gestão Estratégica em Instituições de Ensino.** Editora Académica.

SANTOS, A. (2018). Tecnologias Educacionais e Inovação. **Revista de Tecnologia Educacional**, 10(1), 45-67.

MENDES, R. (2021). Práticas Inovadoras na Educação Superior. **Revista de Inovação Educacional**, 12(3), 89-102.

COSTA, L. (2022). **Desafios e Oportunidades na Avaliação Institucional.** Editora Universitária.

CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES: UMA ESTRATÉGIA PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO SECUNDÁRIO

Margarida Alberto Teblo

INTRODUÇÃO

A educação em Moçambique enfrenta diversos desafios, sendo a capacitação dos professores uma estratégia fundamental para melhorar a qualidade do ensino. Neste contexto, o artigo que apresentamos tem como tema "Capacitação dos Professores: Uma Estratégia para Melhoria da Qualidade de Ensino e Aprendizagem no Ensino Secundário".

A capacitação dos professores é um tema fundamental no debate sobre a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem, especialmente no ensino secundário. No entanto, a situação actual da capacitação dos professores para este nível de ensino apresenta uma realidade preocupante, uma vez que, em alguns contextos, se observa a falta de actualização do conhecimento resultando em lacunas nas práticas pedagógicas.

Diante deste facto, e segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico em Paris (2020, p.32) que revelam que muitos professores se sentem despreparados para lidar com as novas exigências curriculares e tecnológicas. Além disso, as pressões sociais e económicas dificultam, muitas vezes, o acesso a programas de formação de qualidade.

Esses desafios evidenciam a necessidade urgente de investimento na capacitação docente, como podemos apurar a partir do Gatti (2010, p.15), no seu artigo sobre formação de professores no Brasil, características e problemas, destacando que a formação de professores no Brasil em particular, assim como nos países em desenvolvimento, enfrenta desafios significativos, incluindo a falta de políticas públicas eficazes e a necessidade de uma formação inicial e continua que realmente prepare os professores para a realidade das escolas.

Gatti argumenta, ainda, que a melhoria da qualidade do ensino depende de investimentos sólidos na formação docente. Dessa forma, ao potenciarmos na capacitação dos professores, estaremos investindo no futuro da educação

e no desenvolvimento dos alunos, pois, os professores estarão munidos de conhecimentos científicos e metodológicos necessários para que exerçam a sua profissão de maneira plena e eficaz.

A capacitação adequada dos professores é um caminho essencial para alcançarmos uma educação de qualidade, que prepare os alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade.

A capacitação dos professores não apenas melhora a prática pedagógica, mas também contribui para a motivação e satisfação profissional dos educadores. Portanto, é crucial que as instituições de ensino, juntamente com os governos e a sociedade civil, reconheçam e priorizem a capacitação dos professores como uma estratégia vital para a melhoria da educação.

CONTEXTUALIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES NO ENSINO SECUNDÁRIO

A capacitação dos professores refere-se ao processo de desenvolvimento profissional contínuo que visa aprimorar as competências pedagógicas e técnicas dos docentes cada vez mais actualizadas. Este processo permite que os professores modernizem os seus conhecimentos e metodologias, adaptando-se às realidades locais e às demandas do desenvolvimento nacional.

Em contextos como o de Moçambique, onde o ensino secundário é estruturado em dois ciclos (INDE, 2022, p. 1; Lei nº 18/2018 de 28 de Dezembro), é fundamental que os professores estejam bem preparados para enfrentar os desafios do currículo e as necessidades diversificadas dos alunos. Ou seja, essa inovação pedagógica é especialmente importante em Moçambique, onde os alunos vêm de contextos diversos e, muitas vezes, enfrentam desafios significativos, como desigualdades sociais e económicas.

Entretanto, em Moçambique, muitos professores do ensino secundário ainda carecem de formação adequada, o que compromete a qualidade do ensino. Estudos indicam que a falta de capacitação resulta em práticas pedagógicas menos eficazes, afectando directamente o desempenho dos alunos (UNESCO, 2020). A actualização e a formação contínua dos professores são, portanto, essenciais para garantir uma educação de qualidade, contribuindo para a formação integral dos alunos e para o desenvolvimento sustentável do país.

Além disso, a capacitação dos professores deve incluir a formação em habilidades socio-emocionais, que são cruciais para a formação integral dos alunos. Professores capacitados em inteligência emocional e gestão de sala de aula estão mais aptos a criar um ambiente de aprendizagem positivo, promovendo a participação activa dos alunos. Isso é particularmente relevante em Moçambique, onde questões como violência doméstica e pobreza impactam significativamente o bem-estar dos alunos.

Por fim, em Moçambique a implementação de políticas educacionais que priorizem a capacitação dos professores é fundamental. Entretanto, investir na formação contínua dos educadores é um passo estratégico para garantir uma educação de qualidade, que não apenas atenda às necessidades dos alunos, mas que também contribua para o desenvolvimento social e económico do país.

A importância da capacitação docente reside no impacto directo que tem na qualidade do ensino e na aprendizagem dos alunos. Professores bem capacitados têm condições de aplicar as melhores práticas pedagógicas, estão mais actualizados em relação às teorias de aprendizagem e possuem a capacidade de utilizar eficazmente as mais recentes tecnologias educacionais. Além disso, a formação contínua contribui para a motivação e satisfação dos professores, reflectindo positivamente no ambiente escolar e na relação professor-aluno.

O PAPEL DO PROFESSOR NA QUALIDADE DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Oliveira (s/a) destaca que "durante muito tempo a prática educativa era centrada no professor. Este repassava os conteúdos e os alunos absorviam ou memorizavam sem qualquer reflexão ou indagação. Ao final, o conteúdo era cobrado em forma de uma avaliação" (p.4).

A reflexão proposta por Oliveira sobre a prática educativa revela um contraste significativo entre métodos tradicionais e abordagens contemporâneas de ensino. Historicamente, o ensino centrado no professor, que enfatizava a memorização e a reprodução de conteúdos, limitava o desenvolvimento crítico e cognitivo dos alunos. Essa abordagem, que trata o aluno como um receptor passivo de informações, não se alinha com as exigências actuais de um ensino que fomente a produção de conhecimento.

Hoje, o papel do professor deve ser repensado. Ele não pode mais ser visto apenas como um transmissor de conteúdos; deve actuar como um facilitador do aprendizado, promovendo a colaboração e a construção conjunta do conhecimento, cada vez mais actualizado, com os alunos.

Isso exige um domínio não apenas da sua disciplina, mas também uma compreensão abrangente das necessidades e interesses dos estudantes. Conhecer os alunos torna-se essencial, pois essa conexão permite que o professor adapte seu ensino de forma significativa, relacionando o conteúdo às experiências do dia a dia da vida do aluno.

Ensinar de forma eficaz vai além de simplesmente transmitir conteúdos, mas trata-se, também, de estimular o aluno a pensar e a criticar. O professor, portanto, tem a responsabilidade de preparar os alunos para se tornarem cidadãos activos na sociedade, capazes de questionar, debater e desafiar paradigmas.

Nesse contexto, Libâneo (1998) ressalta a importância do papel mediador do professor, afirmando que,

> O professor medeia à relação activa do aluno com a matéria, inclusive com os conteúdos próprios de sua disciplina, mas considerando o conhecimento, a experiência e o significado que o aluno traz à sala de aula, seu potencial cognitivo, sua capacidade e interesse, seu procedimento de pensar, seu modo de trabalhar. Nesse sentido o conhecimento de mundo ou o conhecimento prévio do aluno tem de ser respeitado e ampliado (p.29).

Em Moçambique, essa abordagem é especialmente relevante, uma vez que os professores desempenham um papel crucial na formação integral dos alunos. No entanto, a falta de formação e/ou capacitação e apoio contínuo limita a sua capacidade de inspirar e motivar os estudantes.

Uma formação adequada permite que os docentes utilizem abordagens pedagógicas inovadoras, promovendo um ambiente de aprendizagem mais eficaz e significativo. Assim, é imperativo que haja um investimento na capacitação contínua dos professores para que possam atender às demandas educativas contemporâneas. Portanto, é importante que haja um investimento sistemático na capacitação contínua dos professores. No entanto, ao fortalecer a formação dos professores, Moçambique avança na construção de um sistema educacional que não apenas transmite conhecimento, mas também forma indivíduos críticos, criativos e engajados.

DESAFIOS E OBSTÁCULOS NA CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES

O processo de ensino e aprendizagem enfrenta, em cada fase da evolução social e económica, desafios significativos devido às mudanças tecnológicas e ambientais, que, por sua vez, impactam a formação dos professores.

Para Veloso, Pequeno e Negreiros (2019), actualmente, um dos grandes desafios para o profissional que exerce a docência em instituições de ensino "é utilizar na prática as metodologias activas de aprendizagem, as quais constituem diferentes formas de desenvolver o processo do aprender que os professores utilizam com o desígnio da formação crítica de futuros profissionais em várias áreas do saber" (p.355).

De acordo com o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, no Plano Estratégico da Educação 2020-2029, a falta de recursos financeiros e a necessidade de políticas públicas eficazes são identificadas como desafios críticos para a capacitação dos docentes.

Embora a Lei nº 18/2018, de 28 de Dezembro, estabeleça directrizes para a formação de professores e sublinhe a importância de políticas públicas que

promovam a capacitação contínua, sua implementação enfrenta dificuldades significativas, como a escassez de recursos e a sobrecarga de trabalho dos educadores.

Mazula (2023, p. 7) destaca as dificuldades que os professores enfrentam, incluindo a excessiva carga de trabalho e a falta de apoio institucional, que comprometem a qualidade da formação e do ensino.

Ele argumenta que a melhoria da formação docente é crucial para lidar com os desafios educacionais contemporâneos. Portanto, é evidente que um esforço conjunto é necessário para superar esses obstáculos e garantir uma capacitação efectiva que beneficie tanto os professores, quanto os alunos.

Em suma, a capacitação dos professores é essencial para enfrentar os desafios educacionais contemporâneos, e diversos factores contribuem para a complexidade desse processo em Moçambique.

(i) Mudanças Tecnológicas e Ambientais: O rápido avanço tecnológico exige que os docentes se actualizem constantemente, não apenas em relação ao conteúdo, mas também nas metodologias de ensino. Isso requer formação específica que muitas vezes não está disponível;

(ii) Falta de Recursos Financeiros: Conforme mencionado pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, a escassez de recursos financeiros limita a implementação de programas de capacitação. Sem investimentos adequados, torna-se difícil oferecer formações continuadas que atendam às necessidades dos professores;

(iii) Políticas Públicas Inadequadas: Embora a Lei nº 18/2018 proponha directrizes importantes, a falta de políticas públicas eficazes para apoiar a capacitação contínua ainda é um obstáculo. A implementação efectiva dessas directrizes muitas vezes esbarra em questões administrativas e na falta de infra-estrutura;

(iv) Sobrecarga de Trabalho: A carga excessiva de trabalho dos professores, conforme aponta Mazula (2023), impede que eles tenham tempo e energia para se dedicarem à formação contínua, obretudo em iniciativas pessoais. Essa sobrecarga não só afecta sua motivação, como também a qualidade do ensino;

(v) Apoio Institucional Limitado: A falta de suporte institucional, como acompanhamento, dificulta a aplicação de novos conhecimentos adquiridos. Os professores muitas vezes se sentem isolados, sem a orientação necessária para implementar mudanças em suas práticas pedagógicas;

(vi) Impacto na Qualidade do Ensino: Todos esses factores se inter-relacionam e resultam em uma formação docente que não atende às

expectativas, impactando negativamente a qualidade do ensino. Uma formação inadequada, asim como não actualizada, compromete a capacidade dos educadores de promover uma aprendizagem significativa e de preparar alunos críticos e engajados;

(vi) Resistência à Mudança: Alguns professores podem ser relutantes em adotar novas metodologias, achando ser sinificativa a sua formação.

Assim, para que a capacitação dos professores seja efectiva, é necessário um esforço coordenado entre o governo, as instituições educacionais, a sociedade civil, para alem do próprio professor, visando criar um ambiente favorável ao desenvolvimento profissional contínuo dos docentes.

ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS DE ENSINO EFICAZES DE CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES

Para melhorar a qualidade da educação é essencial aprimorar, tanto a formação dos professores, quanto das condições de exercício profissional. Para os professores em exercício, julga-se necessário que, regularmente, tenham momentos para a sua formação contínua, com secções de trabalho que podem ser realizadas no distrito, na ZIP ou na própria escola.

Como destaca Delors (1996 citado por Maluleque, 2022), "de uma maneira geral, a qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores do que pela sua formação inicial" (p.16). Entretanto, para este autor a capacitação dos professores pode ocorrer através de uma variedade de práticas e metodologias. Entre elas, destacam-se os simpósios, as palestras, os seminários, os métodos de exposição, os mapas conceituais, os portfólios e os metodologias activas, além do ensino híbrido. Essas abordagens não apenas enriquecem o processo de formação, mas também proporcionam um ambiente de aprendizado dinâmico e colaborativo, essencial para o desenvolvimento profissional contínuo.

O Simpósio, trata-se de um evento que reúne palestras e exposições breves, apresentadas por diferentes profissionais (geralmente entre duas a cinco pessoas), abordando um tema ou diversos aspectos de um mesmo assunto. Essa dinâmica promove o desenvolvimento de habilidades sociais e de pesquisa, enriquece as experiências relacionadas a um conteúdo específico e fortalece a capacidade de estabelecer relações interpessoais (Anastasiou & Alves, 2004, p. 93).

Os Métodos de exposição, que consistem na apresentação de conteúdos por meio de mapas conceituais, facilitam a organização do conhecimento e a visualização de relações entre diferentes conceitos.

Os Portfólios, estes permitem que os educadores documentem os seu progresso e reflictam sobre suas práticas, enquanto metodologias activas

incentivam a participação dos alunos e o aprendizado colaborativo. "[…] a construção de registo, análise, selecção e reflexão das produções mais significativas ou identificação dos maiores desafios/dificuldades em relação ao objecto de estudo, assim como das formas encontradas para superação" (Anastasiou & Alves, 2004, p. 81).

Além disso, o ensino híbrido, que combina aulas presenciais e online, oferece flexibilidade e diversidade nas estratégias de ensino, adaptando-se às diferentes realidades dos alunos e promovendo uma aprendizagem mais personalizada.

Essa diversidade metodológica não só enriquece o processo de formação, mas também cria um ambiente de aprendizado dinâmico e colaborativo, essencial para o desenvolvimento profissional contínuo.

Assim, podemos afirmar que investir na formação contínua dos professores, juntamente com a melhoria das condições de trabalho, é uma estratégia crucial para garantir uma educação de qualidade. Essa abordagem não apenas capacita os educadores, mas também resulta em um impacto positivo na experiência de aprendizagem dos alunos, preparando-os para os desafios do futuro. Portanto, é fundamental que as políticas educacionais priorizem a formação contínua e ofereçam suporte adequado aos professores, criando um ciclo virtuoso que beneficie todo o sistema educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisados os factos, vale a pena dizer que a capacitação dos professores no ensino secundário deve ser um processo contínuo, adaptável e colaborativo, focado em desenvolver habilidades práticas e teóricas. Isso envolve a formação contínua dos professores, actualização sobre novas metodologias de ensino, uso de recursos tecnológicos, gestão de sala de aula e abordagem de diferentes estilos de aprendizagem dos alunos. Quando bem implementada, essa capacitação resulta em um ensino mais eficaz, que atende às demandas dos alunos e os prepara para os desafios futuros. Ao investir em formação contínua dos professores, as instituições educacionais não apenas promovem o desenvolvimento profissional dos educadores, mas também criam um impacto positivo na experiência educacional dos alunos.

Neste artigo, ficou visível que para resultados efectivos, é crucial que políticas públicas e iniciativas privadas incentivem e apoiem essa prática. Além disso, a capacitação também é fundamental para que os professores estejam preparados para lidar com questões comportamentais e socio-emocionais dos alunos, contribuindo para um ambiente escolar mais acolhedor e propício ao desenvolvimento integral dos alunos.

Dessa forma, não se pode mais conceber, de maneira alguma, que a capacitação dos professores seja vista ou tratada como um aspecto secundário ou menos importante. Muito pelo contrário, ela deve ser considerada e encarada como um dos investimentos mais cruciais, essenciais e estratégicos, tanto para o presente quanto para o futuro dos alunos e do país como um todo. Visto que sem as capacitações, os professores ficam estagnados, numa altura em que o mundo e a ciência estão em constantes transformações por conta da dinamicidade que eles estão sujeitos.

É, portanto, de extrema urgência e necessidade que sejam imediatamente promovidas políticas públicas e acções sólidas, eficazes e amplamente incentivadas, com o objectivo primordial de assegurar e garantir a constante capacitação dos professores. Isso inclui, necessariamente, o estabelecimento de apoio financeiro adequado e justo, com vistas a assegurar recursos suficientes para a formação deste grupo de profissionais, bem como a disponibilização de infra-estrutura adequada e moderna para os momentos de formação, para além da construção de parcerias sólidas e colaborativas com instituições de ensino superior, com o intuito de fomentar a pesquisa e a actualização dos profissionais, e, por fim, a adopção de estratégias pedagógicas e medidas efectivas, que visem garantir que essa formação seja devidamente internalizada e revertida em práticas pedagógicas que realmente impactem e façam a diferença na vida dos professores e dos alunos.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. & ALVES, L. (2004). Estratégias de ensinagem. Processos de ensinagem na universidade. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3ª. ed. Joinville: Univille.

GATTI, B. A. (2010). **Formação de professores no Brasil**: características e problemas. Educação e Pesquisa. https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016.

INDE. (2022). **Plano Curricular do Ensino Secundário (PCES).** Maputo. Disponível em: https://www.mined.gov.mz/assets/docs/plano_curricular_es.pdf.

LIBÂNEO, J. C. (1998). **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.** 13a edição. São Paulo: Cortez. Recuperado em: http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_17/libaneo.pdf.

MAZULA, B. (2023). **A Complexidade de ser Professor em Moçambique e seus Desafios.** Plural Editores.

MALULEQUE, O. S. (2022). **Análise de estratégias pedagógicas usadas pelos professores na implementação do currículo do ensino básico na sala de aulas**: O Caso da Escola Primária Completa de Muhalaze no ano lectivo de 2019. Universidade Eduardo Mondlane, Recuperado em: http://monografias.uem.mz/bitstream/123456789/3230/1/2022%20-%20Maluleque%2C%20Orlando%20Salom%C3%A3o.pdf.

MINEDH. (2020). **Plano Estratégico da Educação 2020-2029.** Maputo. Disponível em: https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/2020-22-mozambiqueesp.pdf.

MOÇAMBIQUE. (2018). **Lei nº 18/2018 de 28 de Dezembro.** I Serie Nr 254.

OLIVEIRA, W. M. (s/a). **Uma abordagem sobre o papel do professor no processo ensino/aprendizagem.** Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_28_1391209402.pdf.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (OCDE). (2020). **Relatório TALIS 2018**: Resultados principais. Paris: OCDE. Recuperado de https://www.oecd.org/education/talis-2018-results.htm.

UNESCO. (2020). **Global education monitoring report 2020**: Inclusion and education: All means all. UNESCO Publishing. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373992.

VELOSO, M. D.; PEQUENO, A. M. C. & NEGREIROS, F. D. S. (2019). **Metodologias activas de aprendizagem no ensino superior de Saúde**: O fazer pedagógico. DOI: 10.21723/riaee.v14i2.11860.

OS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA EM MOÇAMBIQUE. ANÁLISE DA SUA PRÁTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA HERÓIS MOÇAMBICANOS – CIDADE DE LICHINGA

Élio Manuel Xavier

INTRODUÇÃO

A avaliação institucional desempenha um papel crucial no fortalecimento da qualidade educacional em Moçambique onde o sistema educativo enfrenta diversos desafios. Com objectivo de garantir um ensino de qualidade, a avaliação não deve ser vista apenas como um mecanismo de controle, mas como uma ferramenta de reflexão e melhoria contínua. A Escola Primária Herois Moçambicanos, localizada na cidade de Lichinga, representa um microcosmo dos desafios pelas instituições educacionais no país.

Sendo a avaliação institucional um elemento fundamental para a melhoria da qualidade educacional de qualquer sistema educativo, em Moçambique, este processo é especialmente desafiador, uma vez que enfrenta uma série de obstâculos que vão desde a falta de recursos até a resistência cultural a mudanças. Este artigo visa explorar os desafios da avaliação institucional interna com foco na Escola Primária Heróis Moçambicanos, localizada na cidade de Lichinga. Atravéz dessa análise, pretende-se identificar os principaís entraves e propôr recomendações que possam contribuir para um sistema de avaliação mais eficaz e inclusivo.

O estudo destaca a importância de desenvolver um modelo de avaliação que não apenas monitore o desempenho, mas que também promova a participação da comunidades escolar e favoreça a inovação pedagógica. A cultura de avaliação muitas vezes é vista como um mero cumprimento de normas, em vez de uma oportunidade para reflectir e melhorar a prática educativa. A compreensão desses desafios é essencial para formular estratégias que contribuam para uma educação mais inclusiva e de qualidade em Moçambique.

CONTEXTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM MOÇAMBIQUE

A avaliação institucional em Moçambique é uma prática, que embora reconhecida como necessária, ainda carece de estrutura e metodologias adequadas. A avaliação deve ser entendida como um processo dinâmico e contínuo que envolve todos os stakeholders no ambiente escolar (Bassey, 2018). No entanto, muitas vezes é vista apenas como um instrumento de controle, desconsiderando seu potencial transformador.

A educação básica, especialmente a escola primária, é um sector que apresenta grandes desafios em Moçambique. A falta de infraestruturas adequadas, recursos didácticos e formação contínua para os educadores são apenas alguns dos factores que dificultam a implementação de uma avaliação efectiva (UNESCO, 2020). No caso específico da Escola Primária Heróis Moçambicanos, esses desafios são ainda mais evidentes, reflectindo a realidade de muitas instituições no país.

Um dos principais desafios da avaliação institucional interna na Escola Primária Heróis Moçambicanos, é a escassez de recursos humanos. A falta de materiais didácticos e ferramentas de avaliação limita a capacidade dos professores de realizar avaliações consistentes e eficazes. Na perspectiva de Oliveira (2021), "a ausência de recursos adequados, compromete não apenas a qualidade de ensino, mas também a eficácia das avaliações aplicadas".

A formação de professores inadequada para conduzir as avaliações institucionais, é outro obstáculo significativo. De acordo com o relatório da UNESCO (2020), "a formação contínua dos docentes é crucial para garantir a aplicação de práticas de avaliação que estimulem o aprendizado". Sem essa formação, os professores podem recorrer a métodos obsoletos, que não reflectem a realidade dos alunos.

A resistência a mudança cultural dentro das escolas também se destaca como um desafio. Muitas vezes as comunidades escolares vêem a avaliação institucional como uma imposição externa em vez de uma oportunidade para melhoria. Essa resistência pode ser atribuída à falta de compreensão sobre os benefícios da avaliação contínua e a desconfiança em relação as intenções das políticas educacionais (Bassey, 2018).

O outro desafio da avaliação institucional, tem que ver com as desigualdades regionais. A escola localizada em uma área urbana pode ter acesso a recursos que não estão disponíveis em áreas rurais. A UNESCO (2020), ressalta que as desigualdades comprometem a equidade no acesso a educação e na qualidade das avaliações realizadas.

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA

A avaliação institucional interna, refere-se ao processo sistemático de colecta e análise de informações sobre o funcionamento da escola. Este processo envolve a participação de toda comunidade escolar: gestores, professores, alunos e pais e, visa promover um reflexão crítica sobre as práticas educacionais.

Para Fernandes, a avaliação institucional interna:

> "é um processo contínuo que faz parte do cotidiano das instituições de ensino, cuja ênfase pode estar nos resultados de aprendizagem e processos educativos ou nos aspectos de gestão. De um modo ou de outro, é uma prática que pode contribuir para o conhecimento da dinâmica educacional, para descrição detalhada dos espaços onde se desenvolve a aprendizagem e para a construção de uma memória acerca da prática educativa (1994)".

Ela configura-se como um importante instrumento pedagógico para a escola aprender sobre si mesma, aprimorar seus processos formativos e alcanças seus objectivos educacionais. Belloni *at al., (1995)* destacam que a "avaliação institucional é um processo de mensuração de desenvolvimento de acções que permite o auto conhecimento institucional e o aprimoramento das práticas".

Na mesma visão, Brandalise (2015) defende que a avaliação institucional se configura como um instrumento de autonomia, de autoconhecimento, um processo reflexivo que objectiva a responsabilidade da escola, pela sua gestão pedagógica, administrativa e comunitária. Nesses termos, a avaliação institucional interna, vai apresentar quatro (4) processos básicos: 1) **Qualidade de Ensino**: avaliação das metodologias pedagógicas utilizadas pelos docentes e sua eficácia no engajamento dos alunos; 2) **Infraestruturas**: análise das condições físicas da escola, incluindo salas de aula, recursos didáticos e ambientes de aprendizagem; 3) **Gestão Escolar**: exame das práticas de gestão e liderança, identificando áreas que necessitam de aprimoramento; e 4) **Desempenho dos Alunos**: monitoramento do progresso dos alunos em relação às metas de aprendizagem estabelecidas.

A integração desses elementos fornece uma visão abrangente da qualidade educacional, permitindo a implementação de melhorias contínuas e sustentáveis no ambiente escolar.

OBJECTIVOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA

A avaliação institucional interna propõe-se a conhecer, aprimorar e orientar o trabalho a nível individual e colectivo do projecto pedagógico institucional (Borges e Salazar, 2021, p. 3), isso inclui identificar as fragilidades, os acertos e elaborar novas acções que podem ser feitas dentro das condições estruturais disponíveis da instituição.

Nesse sentido, a avaliação institucional interna, representa uma possibilidade de os próprios actores escolares assumirem o papel de reguladores de suas práticas, à medida que compreendem a dinâmica dos processos, suas fragilidades e estabelecem estratégias para a melhoria de suas práticas e o alcance de sua missão institucional.

O processo educativo é complexo e carrega sobre si a preocupação de responder as espectativas formativas de uma sociedade plural e em permanente transformação. Brandalise (2015) *appud* Borges e Salazar (2021), realçam que as profundas mudanças na sociedade, na economia e na política, impactam directamente na escola e seus processos avaliativos. Para os outores, a educação tem sido convocada para ajudar a resolver problemas complexos diversos e por vezes contraditórios. Nesses termos, a avaliação institucional interna surge como alternativa para responder a esses desafios da educação.

A avaliação institucional interna é de facto essencial para a melhoria contínua da escola. Ao envolver toda a comunidade escolar, gestores, professores, alunos e pais, ela permite uma visão abrangente e colaborativa do funcionamento da instituição. Essa reflexão crítica ajuda a identificar pontos fortes e áreas que precisam de aprimoramento, promovendo um ambiente educacional mais eficaz e inclusivo. Essa abordagem participativa não apenas fortalece a transparência, mas também engaja todos envolvidos no processo educativo criando um senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida numa abordagem qualitativa, baseada na revisão bibliográfica e análise documental e quantitativa, utilizando as técnicas de entrevista semi-estruturada, tendo como foco, entender a percepção, experiência e prática dos participantes (gestores, professores, alunos e pais) sobre a avaliação institucional interna, na Escola Primária Herois Moçambicanos – Cidade de Lichinga. Participaram da pesquisa, um (1) gestor da escola, dois (2) professores de ambos os sexos, seis (6) alunos, sendo, quatro (4) do sexo feminino e os restantes do sexo masculino e um pai encarregado de educação. Após a recolha de dados foi efectuada análise e interpretação das respostas por constituírem um fundamento para a compreensão do estudo, bem como dos significados sobre os desafios enfrentados no processo da avaliação institucional interna naquela escola.

DISCUSSÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Foram elaboradas duas (2) perguntas para entrevista ao gestor da escola, e o mesmo número para os professores e alunos e uma (1) questão para os pais e encarregados de educação. Para uma breve análise e interpretação dos dados, as perguntas foram trocadas com afirmações.

1. Para o gestor:

Formação recebida sobre avaliação institucional

O gestor já teve a formação em avaliação institucional no curso de pôs-graduação, o que nos faz crer que isso é um bom indicador sobre o nível de conhecimento teórico que o gestor possui em relação a avaliação institucional. Por outro, o gestor afirmou ter formações informais sobre a temática, em capacitações e reuniões em que participou. Isso reforça a ideia de que ele tem conhecimentos téoricos mínimos sobre a avaliação institucional.

No entanto, no que diz respeito a suficiência da formação, o nosso entrevistado, disse que a formação não era suficiente para enfrentar os desafios actuais. Isso pode indicar que as práticas e teorias ensinadas não estão alinhadas com as demandas contemporâneas. Entendemos que a evolução das metodologias e as necessidades de habilidades práticas como análise de dados e uso da tecnologia são essenciais.

Organização do processo de avaliação institucional na escola. Principais desafios enfrentados

Questionado sobre como decorria o processo de avaliação institucional na sua escola e quais eram os principais desafios enfrentados, o gestor afirmimou que nunca realizou uma avaliação institucional na sua escola, desde que assumiu a responsabilidade de gestor, e que já se passavam 4 anos.

O gestor apontou como razões da não realização da avaliação institucional interna, as seguintes: 1) a resistência dos professores em adoptar novas metodologias ou reconhecer a necessidade de mudanças; 2) muitos professores não possuem formação específica de avaliação, o que limita no entender do gestor, a eficácia do processo, se implementado; 3) dificuldades financeiras e logísticas que podem impactar a implementação de acções correctivas após a avaliação; 4) desafio de mobilizar a participação activa dos pais e encarregados de educação e os respectivos alunos, por desconhecimento, falta de tempo e interesse e; a dificuldade em analisar e traduzir os dados colectados em acções práticas e melhorias efectivas.

Fazendo uma reflexão das razões apresentadas pelo gestor para fundamentar a não efectivação da realização da avaliação institucional, pareceu-nos menos consistentes, sendo que ele na qualidade de gestor e tendo conhecimentos teóricos, sobre o que é e como efectivar, poderia capacitar os outros integrantes e iniciar com o processo. Quanto as dificuldades financeiras e de logística, acreditamos que, com a força da vontade era possivel realizar uma avaliação institucional sem necessariamente utilizar recursos financeiros, lembrando que refere-se de avaliação institucional interna, o que quer dizer que dever-se-ia realizar dentro da instituição.

2. Aos professores:

Percepção sobre a avaliação institucional

Questionados sobre como eles avaliavam a importância da avaliação institucional para a melhoria da qualidade educacional na escola, os entrevistados foram unânimes em afirmar que a avaliação institucionl era importante porque permite identificar áreas que necessitam de melhorias, como metodologias de ensino, infraestruturas e recursos pedagógicos. Disseram igualmente que os dados colhidos durante a avaliação institucional, ajudam a entender as espectativas e dificuldades de alunos, pais e professores. Quanto aos desafios na percepção da importância da avaliação institucional, os entrevistados destacaram a resistência cultural, onde a cultura de avaliação nas instituições de ensino, é vista com disconfiança ou como uma imposição, dificultando a aceitação da sua importância.

Os professores demonstraram com base na entrevista que têm noção da importância da avaliação institucional nas instituições de ensino, como também, conhecem os desafios na percepção da importância da avaliação nas escolas. Nesses termos, constata-se que a avaliação institucional é reconhecida por professores como um instrumento crucial para a melhoria da qualidade educacional. No entanto, para que essa importância seja efetivamente percebida e valorizada, é necessário promover uma cultura de avaliação que envolva todos os actores da escola, esclarecendo seus objetivos e benefícios.

Desafios enfrentados pelos professores na implementação da avaliação institucional

Perguntados sobre quais eram os principais desafios que os professores daquela escola enfrentavam ao implementar a avaliação institucional em sua prática pedagógica, os entrevistados responderam de forma unânime que não enfrentavam algum desafio, uma vez que nunca tiveram essa actividade

implementada naque estabelecimento de ensino, o que corrobora com as afirmações do gestor, segundo as quais, a escola não implementava a avaliação institucional interna.

3. Alunos:

Participação na avaliação

Questionados os alunos se, se sentiam envolvidos nas avaliações da escola, e de que maneira eram envolvidos, os inqueridos responderam que não eram envolvidos e desconheciam da existência dessa avaliação. A falta de envolvimento, resulta da não existência dessa avaliação institucional na escola, o que no nosso entender pode criar um sentimento de desconexão entre a escola e a comunidade, onde os stakeholders sentem que não têm voz nas decisões.

Sugestões de melhoria

Perguntados o que eles mudariam para que fossem envolvidos na avaliação, os alunos disseram que era do seu interesse participar no processo de avaliação institucional, porque eles têm opiniões e sugestões para melhorar certos aspectos do funcionamento da escola.

4. Pais e encarregados de educação:

Conhecimento sobre avaliação institucional

Para essa categoria, perguntamos se tinham conhecimento sobre como a avaliação institucional era realizada na escola e o que eles achavam disso. Como é óbvio, olhando pelas declarações das categorias acima apresentadas, os pais e encarregados de educação, disseram que desconheciam da existência de um tipo de avaliação na instituição em que eles pudessem ser parte envolvida.

As afirmações dos pais e encarregados de educação reforçam as respostas dos outros sujeitos de pesquisa, o que fortalece a conclusão de que naquela instituição não se realiza a avaliação institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação institucional interna é crucial para a melhoria contínua da qualidade da educação. Entretanto, em Moçambique ela enfrenta diversos desafios, especialmente na Escola Primária Heróis Moçambicanos, em Lichinga. Abordar esses desafios requer um comprometimento coletivo e políticas que

promovam a capacitação e a disponibilização de recursos adequados que promovam a implementação duma eficaz avaliação institucional.

O estudo conclui que: 1) muitos professores e gestores escolares carecem de formação adequada sobre os métodos e objetivos da avaliação institucional, o que limita a compreensão e a aplicação eficaz dos processos avaliativos; 2) escassez de recursos financeiros e materiais. As escolas frequentemente não têm acesso a ferramentas necessárias para colectar e analisar dados de maneira eficaz, 3) existência da resistência cultural à avaliação, com a percepção de que ela é um mecanismo punitivo em vez de um instrumento de melhoria. Isso desencoraja a participação e a colaboração entre os membros da comunidade escolar; 4) a ausência de liderança comprometida com a avaliação institucional impede que as iniciativas sejam implementadas de forma consistente. Os gestores muitas vezes não priorizam a avaliação em suas agendas; 5) a falta de clareza e consistência nas políticas governamentais sobre a avaliação institucional gera confusão e desinteresse por parte das escolas em adotar práticas avaliativas e; 6) a comunidade escolar (pais, alunos e outros actores) frequentemente não é envolvida no processo de avaliação, resultando em uma falta de apoio e legitimidade nas ações realizadas.

Esses fatores combinados contribuem para a ineficácia da avaliação institucional na Escola Primária Heróis Moçambicanos e em muitas outras instituições em Moçambique, dificultando melhorias na qualidade educacional. Para superar esses desafios, é fundamental investir em capacitação, fortalecer a liderança, promover uma cultura positiva de avaliação e garantir a participação ativa de todos os stakeholders.

A análise dos dados evidencia desafios significativos na avaliação institucional interna na Escola Primária Heróis Moçambicanos. Através da identificação de problemas e da interpretação das percepções da comunidade escolar, é possível traçar um caminho para melhorias, visando uma avaliação que contribua efetivamente para a qualidade do ensino e da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BELLONI, I. Avaliação institucional: um instrumento de democratização da educação. **Linhas críticas**, [s.l.], v.5, n.9, p.31-58, 1999. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2752. Acesso em: 23 set. 2018.

BRANDALISE, M. Â. T. Avaliação institucional da escola: conceitos, contexto e práticas. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, PR, v. 13, n. 2, p. 315-330, 2010. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3220. Acesso em: 04 out. 2024.

BRANDALISE, M. Â. T. Avaliação institucional na escola pública: os (des) caminhos de uma política educacional. **Educar em Revista**, [s. l.], n. esp., p. 55-74, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602015000500055&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 out. 2024.

DALBEN, Adilson. Avaliação institucional na escola de educação básica: uma aproximação orientada pelos princípios da participação. **Educação**: teoria e prática, v. 20, n. 35, p. 133-133, 2010.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, Newton Cesar (orgs.). **Avaliação Institucional**: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 1995.

FERNANDES, D. Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional. *In:* ESTEBAN, Maria Teresa. **Olhares e interfaces**: reflexões críticas sobre a avaliação. Corez editora, p. 15-44, 2010. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5788/1/Acerca%20da%20articulac%cc%a7a%cc%83o%20de%20perspectivas.pdf. Acesso em: 29 set. 2024.

MONITORIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA PROVINCIA DO NIASSA: DIFICULDADES ENFRENTADAS NOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO PELOS INTERVENIENTES DA ESCOLA PRIMÁRIA HERÓIS MOÇAMBICANOS

Deolinda da Graça Luís Bonomar
Eusébio João Malua
Dulce João Nunes Langa

INTRODUÇÃO

A avaliação institucional é um processo essencial para a melhoria da qualidade do ensino, uma vez que permite que a escola reflita sobre o seu desempenho e identifique áreas de melhoria. Este processo envolve a análise das práticas pedagógicas, da gestão escolar, da infraestrutura e da interação da comunidade escolar. Mas também terá uma análise do desempenho de da instituição educacional (SDEJTL) ou não, por entidades independentes, geralmente fora da escola.

Seu objetivo é medir a o desempenho, a qualidade da instituição, identificar áreas de melhoria e garantir que os padrões de qualidade sejam atendidos. Para a concretização deste, incluir fazer de princípio uma avaliação interna por parte dos intervenientes daquela instituição em diversas áreas integradas da instituição que esta sendo avaliada.

A avaliação institucional geralmente envolve várias etapas, começando por Definição de Objetivos que estabelecem o que se pretende avaliar, como o desempenho do processo de ensino e aprendizagem, infraestrutura, área administrativa e mais outras.

Os procedimentos de avaliação institucional geralmente incluem planejamento a que define os objetivos, cronograma, metodologia de avaliação e leitura documental.

A coleta de dados foi realizada através da entrevista, observação directa e leitura documental, de forma a analisar as dificuldades dos procedimentos usados para uma avaliação institucional de qualidade.

Por tanto a medição da qualidade de educação exige necessariamente a determinação de padrões e indicadores que permitam fazer um juízo de valores sobre a qualidade. Nestes moldes, torna-se pertinente a criação do sistema de Gestão de Garantia de Qualidade.

No entanto, os diferentes intervenientes enfrentam diversas dificuldades que podem comprometer a eficácia dessa avaliação. Este artigo explora os principais desafios enfrentados por cada grupo de envolvidos na avaliação institucional escolar.

Estes indicadores vão ajudar a comunidade escolar e os diferentes intervenientes (professores, pais, encarregados de educação, direção da escola, conselho da escola, sociedade civil e parceiros) na avaliação e na melhoria da qualidade da escola permitindo-os saber onde estão, relativamente a onde deveriam estar através do processo de autoavaliação e de avaliação externa e o que se pode e se deve fazer relativamente ao esperado plano de acção.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Para podermos fazer uma avaliação institucional da escola primária Heróis Moçambicanos teremos que ter em conta como descrever o Ministério de Educação Desenvolvimento Humano (MINEDH):

> Avaliação institucional como um processo permanente que tem como principal função, inventariar, harmonizar tranquilizar, apoiar, orienta e mais, de modo a corrigir os aspectos avaliados. Ela é incorporada no acto do ensino e integrada na acção de formação. Ainda se caracterizando como um importante instrumento de melhoria da qualidade do ensino na medida em que permite a identificação de problemas (CARVALHO, 1999, p.14).

Reforçando o pensamento do MINEDH, a avaliação institucional consiste em um processo que engloba os diferentes aspetos do ensino, pesquisa, extinção e gestão das instituições (critérios da globalidade) e o respeito a identidade institucional (perfil. Missão, condições, necessidades, apurações) sua legitimidade se baseia no envolvimento e participação das instituições fortalecendo sua autonomia (Silva, 2020).

Para uma melhor efectivacao desta avaliação, deve-se seguir alguns Procedimentos de avaliação institucional. Para o (MINEDH, 2018 p.8), este faz um enquadramento conceptual seguindo os seguintes procedimentos:

AUTOAVALIAÇÃO OU AVALIAÇÃO INTERNA

Conjunto de normas, mecanismos e procedimentos que são operados pelas próprias instituições para avaliar a qualidade dos seus próprios serviços. Visa diagnosticar o nivel de organização das instituições, identificando os aspetos fortes e os aspetos a superar através da execução dum plano de acção de auto-superação. Visa ainda proporcionar uma base fundamentada para o processo de avaliação externa, MINEDH (2018, p. 8).

A AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa é conjunto de normas, mecanismos e procedimentos que são operados por instituições externas para avaliar a qualidade dos serviços de outras instituições da educação.

> Visa diagnosticar o nível de organização das instituições, identificando os aspetos fortes e os aspetos a superar através da execução dum plano de acção de auto-superação. Visa ainda apurar a qualidade dos serviços prestados pela instituição para a respetiva certificação. Identificando os aspetos fortes confere maior credibilidade da autoavaliação e a participação de outros intervenientes no processo educativo, mostrando de forma clara a relevância dos padrões definidos pelas autoridades competentes. Esta avaliação decorrera de entre Fevereiro a Marco de cada ano para efeitos estatísticos, MINEDH (2018, p. 8)

Entendemos que estes dois procedimentos englobam: (i) a dimensão que é a área chave dos diferentes processos educativos onde culmina com a aquisição de competências e habilidades;(ii) as evidências factos observáveis que comprovam o grau de alcance do padrão, em quanto que (iii) Indicador facto observável que exprime e permite medir ou avaliar o nivel do cumprimento ou do alcance do padrão com base numa escala qualitativa ou quantitativa. E por fim o (iv) padrão que são as condições básicas de valores esperados pelos quais se avaliam uma dimensão, um desempenho ou um resultado World, (2019).

Ainda o MINED, (2018, ps 9, 14 e17) do Manual divide as dimensões em três partes. Sendo que:

DIMENSÃO 1: PLANIFICAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

Nesta dimensão detalha sobre as formas de organização e planificação do trabalho do pessoal docente e não docente, acesso dos alunos a escola, disponibilidade do material básico necessário para o funcionamento da escola e controlo das actividades pedagógicas.

DIMENSÃO 2: INFRA-ESTRUTURAS, EQUIPAMENTO E AMBIENTE ESCOLAR

Esta dimensão fala sobre as condições, mínimas necessárias para garantir o processo de ensino-aprendizagem inclusivo, são e seguro onde as crianças desenvolvem o respeito pelo seu semelhante e pela sociedade World, (2019).

DIMENSÃO 3: PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Onde um eficiente processo de ensino e aprendizagem constituem a chave a aquisição de competências definidas no currículo. Nesta dimensão, os indicadores de qualidade referem-se a todos os aspectos, que no conjunto, favorecem a aprendizagem e a ampliação da capacidade de expressão, leitura, escrita, contagem e calculo numérico de todas as crianças e adolescentes ao longo do ensino básico.

METODOLOGIAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Esta pesquisa foi desenvolvida tendo em conta a abordagem qualitativa porque procura compreender as dificuldades enfrentadas pelos intervenientes na avaliação institucional da escola primaria Heróis Moçambicanos e quanto aos objectivos é uma pesquisa exploratória e trabalho do campo para buscar dados empíricos, pois possibilitaram o fornecimento de algumas informações para uma investigação mais precisa em relação ao fenómeno em estudo.

O estudo teve como sujeitos, 13 profissionais destes 7 mulheres e 5 homens dos quais 1 Gestor, 5 alunos, 3 professores, 2 técnicos e 2 membros do conselho de escola, todos pertencentes a Escola Primaria Heróis Moçambicanos, na Província do Niassa. As técnicas usadas para a recolha de dados foram: questionário, análise documental e observação directa.

Observação directa foi realizada para observar os procedimentos de avaliação usados pela Escola em alusão, que permitiram a triangulação dos dados das evidências e informação colectadas nas obras dos actores.

O questionário foi dirigido ao gestor com o objectivo de compreender quais são as dificuldades que este tem sobre a uma avaliação institucional junto aos seus intervenientes e se acha que os intervenientes entendem sobre a avaliação.

A análise documental foi direcionada às pastas que tem os documentos ligados a avaliação institucional de forma a ver se é feita uma boa avaliação seguindo todos os procedimentos.

Após a recolha de dados foi efectuada análise e transcrição das respostas por constituírem um fundamento para a compreensão do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizou-se o trabalho por meio de um questionário, dirigido a um Gestor da Escola (Directora da escola) assim como dois membros do conselho de escola, análise dos documentos constantes nas pastas.

A gestora ao responder a pergunta sobre o entendimento de avaliação institucional da escola que esta gere foi de que:

A avaliação institucional no entender dela, faz parte de uma autoavaliação, do seu desempenho na instituição junto aos seus intervenientes do processo de ensino. E é com base nessa avaliação que a gestora consegue fazer uma auto-superação das ações não bem realizadas e propostas a alcançar.

A gestora reforçou que o processo de avaliação institucional esta baseado em 3 dimensões descritas no manual. Com este manual, eles conseguem se guiar, mas com muitas dificuldades, visto que nem todos os intervenientes tiveram uma capacitação básica em termo do uso do tal manual. Dizia ainda, que as escolas primárias ao nível da nossa província não têm muitas condições exigidas por este manual e principalmente a escola em alusão. Desta feita uma avaliação institucional mesmo bem feita levaria ao fundo do poço a nossa instituição.

Com base nos comentários da gestora, à pergunta colocada, concluímos que ela tem noção sobre a avaliação institucional, só que enfrenta muitas dificuldades.

A segunda pergunta colocada a gestora estava relacionada com a sua opinião no que diz respeito aos procedimentos de avaliação naquela instituição de ensino. Esta respondeu nos seguintes termos:

O Processo de avaliação institucional da escola Heróis Moçambicanos, envolve uma comissão de alguns membros do conselho de escola, alguns professores, técnicos da secretaria e alguns alunos. Começando por avaliar os planos da instituição, as infraestruturas e o PEA.

Das nossas avaliações cá feitas nem sempre a comissão fica completa tornando difícil ter uma avaliação perfeita. Por outra é não saber a importância de uma avaliação institucional e o seu importante envolvimento.

Da resposta, percebe-se que nem todos os intervenientes desta instituição sentem-se envolvidos nesta comissão de avaliação, e nem entendem o seu papel lá descrito. Mas há um ponto que chama mais atenção, será que as escolas primarias fazem na realidade uma avaliação institucional profunda? Visto que o manual dos padrões e indicadores de qualidade para escolas primárias exigi as três dimensões e isso deixou preocupado a pesquisadora.

A questão efetuada aos membros do conselho de Escola (MCE), sobre como é feita a avaliação institucional na escola primária heróis moçambicanos e depois de realização da avaliação institucional a comissão faz um plano de acção.

A resposta destas questões foram: De vez enquanto. Visto que são as mesmas coisas que se observam e nada melhora. É difícil de explicar, "começou assim", mas, temos reunido ao sábado depois do presidente de conselho de escola ter marcado, mas com os documentos preenchidos pela diretora da escola, num grupo de pelo menos 6 elementos e nunca ao número concreto da comissão. O tal plano de ação nunca vi e nem ouvi falar durante as nossas sentadas.

Concluiu-se que, estes membros do conselho de escola, não têm uma noção básica ou um papel concreto do seu envolvimento na avaliação da própria escola. Não sabem qual é a importância de eles fazerem parte daquele processo. Porque se eles soubessem não teriam várias dificuldades, e incentivariam a comunidade a envolver-se mais, para a melhoria da escola em alusão.

Dos documentos observados, nomeadamente as fichas, as actas de avaliação da qualidade da escola heróis Moçambicanos, os planos de ação, verificamos que há repetição das pontuações e das evidências. Essa análise vai ao encontro da resposta dos membros do conselho de escola, que nada melhora, são sempre as mesmas coisas. Em relação as observações feitas, a escola precisa/necessita de um trabalho muito profundo mesmo, envolvendo a todos intervenientes de forma atacar a cada área paulatinamente.

Com base aos outros intervenientes como técnicos, professores e alunos, estes não entendem nada sobre o envolvimento deles neste processo. Só são chamados para fazer parte mas nem sempre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de avaliação institucional engloba a toda comunidade escolar de forma a participar desse processo, desde os estudantes, professores, e os de mais colaboradores por isso ela é democrática e colaborativa.

Os diferentes intervenientes enfrentam desafios específicos que variam desde a falta de tempo e formação até a resistência a participação e a mudanças.

Este, apresenta muitas diretrizes, neste caso a escola em estudo deve faz uma actividade intrínseca ao processo de planejamento, sendo um processo continuo, geral específico buscando integrar ações sendo que: i) os gestores devem-se auto-críticar sobre as suas ações e aos resultados obtidos; buscar conhecer e registrar as limitações e possibilidades do trabalho avaliado; ii) descrever um processo democrático, apresentando em princípio os aspectos a serem avaliados envolvendo a participação dos sujeitos, e por fim, iii) identificar os processo transparente e ético em relação aos seus fundamentos em enfoque, e principalmente, no que se refere a utilização e divulgação dos seus resultados.

Uma avaliação institucional, entende-se que deve ser conduzida como um processo global, orgânico, sistémico e continuo, em que a responsabilidade por sua consecução é atribuída aos sujeitos participantes da instituição.

De forma a superar essas barreiras é essencial que a escola promova uma cultura de avaliação continua, com processos claros, colaborativos e transparentes, que envolvam todos os membros intervenientes.

Sugerimos que a direção leia, compreenda e interpreta devidamente o manual dos padrões de indicadores de qualidade para Escolas Primarias, que dê mais réplicas aos intervenientes nas comissões criadas de avaliação institucional da escola de forma a superar as dificuldades por estes encaradas.

Propomos ainda que a direção da escola crie mecanismos que convida todos os intervenientes da escola a participarem ativamente nos procedimentos da avaliação institucional, mesmo que tenha dificuldades em relação ao melhoramento dos processos de avaliação.

A direção da escola deve criar uma gestão participativa colectiva envolvendo o DAP na planificação dos procedimentos de avaliação interna para possibilitar a intervenção metodológica dos intervenientes, pois que esta tarefa cabe ao Director adjunto explicar sobre o manual dos padrões e indicadores de avaliação.

Aos professores, devem perceber que o processo de ensino e aprendizagem só pode ser de qualidade quando os professores se sentirem envolvidos nos procedimentos de avaliação institucional sendo ela interna ou externa.

Os Membro do conselho de escola, devem perceber e saberem qual é o seu papel como membros. Mudarem as suas mentalidades e praticas, por que muitas vezes eles fazem de conta que participam directamente na escola quando surge os fundos de ADE, pois que nunca se preocupam em avaliar a instituição como um todo.

Para terminar convidar o MINEDH, de forma a criarem condições necessárias para que o processo de avaliação institucional seja efetivado, pois que as instalações, as condições das salas de aulas, não ajudam aos monitores e avaliadores que fazem o trabalho de monitória, de outro lado refere-se aos manuais escolares, que tardiamente chegam às escolas.

Os SDEJTL devem planificar formações e replicas ligados a avaliação institucional as comissões criadas pelas escolas e aos seus intervenientes directos.

Elaborar mapas de dimensões e padrões de indicadores que relevam as realidades das escolas para melhorar a qualidade de ensino, do que sempre procurarem saber de resultados sem saber o envolvimento dos participantes de uma escola, quanto na avaliação institucional.

A superação dessas dificuldades permitira que a avaliação institucional cumpra o seu papel de promover o desenvolvimento e a melhoria contínua da escola.

Para isso as escolas devem perceber que o sucesso duma escola depende de muito envolvimento e domínio dos mapas de dimensão e padrões de indicadores, além dos 3 mencionados neste trabalho.

A equipa gestora de uma escola tem um papel central na condução da avaliação institucional, coordenando e organizando o processo de coleta e analise de dados. No entanto, enfrentam inúmeros obstáculos que podem comprometer a eficácia da avaliação, por exemplo:

A falta de tempo e recursos muitas vezes a equipe gestora esta sobre carregada com demandas administrativas e pedagógicas, o que pode dificultar a implementação de um processo de avaliação institucional abrangente e detalhado. A falta de recursos humanos e financeiros adequados para realizar a avaliação também é um desafio recorrente.

Dificuldades em envolver a comunidades escolar, resistência a mudanças, dificuldades enfrentadas pelos professores, falta de formação para avaliação institucional, sobrecarga de trabalho, perceção de críticas ao desempenho, dificuldades enfrentadas pelos alunos , falta de voz e participação activa, Dificuldade em compreender o processo, medo de repercussões.

Doutro lado vimos que as os pais e a comunidade enfrentam dificulidades de falta de informação e clareza, baixo envolvimento nas actividades escolares, esconfiança ou descredito no processo.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, *et al*. (1999). A Avaliação Institucional: Um processo Permanente: **Revista de Avaliação da Educação Superior**, Campinas Sorocaba disponível em: https/periódicos.uniso.br/avaliação/article/view/1079. Acesso em: 14out,2024 https://www.dicio.com.br. Acesso: 09:40, 14 out 2024.

MINEDH (2021). **Diretrizes para Avaliação Educativa.** Disponível em www.google.com.

MINED. (2018). Segundo o Manual dos padrões de indicadores e qualidade para escolas primarias e centros de alfabetização e educação de adulto. Edição **Revista- Maputo.**

SILVA, J. P. (2020). Avaliação da Qualidade Educativa em Moçambique: Desafios e Perspectivas. **Revista de Educação e Desenvolvimento**.World B. (2019). Improving Education Quality in Mozambique: A Policy Perspective.

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO ENSINO BÁSICO EM MOÇAMBIQUE: ANÁLISE DAS INFRA-ESTRUTURAS E DOS PROFESSORES FACE AOS OBJECTIVOS DA LEI 18/2018

Benedito Albino Machesso

INTRODUÇÃO

A educação básica constitui a pedra angular para o desenvolvimento humano e socioeconômico. Em Moçambique, a Lei 18/2018, que estabelece o Sistema Nacional de Educação (SNE), é um marco regulador para a melhoria do sistema educacional, com foco no ensino básico. O objetivo desta lei é assegurar uma educação de qualidade e inclusiva para todos, visando cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 4, que visa assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade (Lei 18/2018). Este artigo propõe-se a analisar a qualidade da educação no ensino básico em Moçambique, com destaque para as infraestruturas escolares e a formação dos professores, uma vez que estes fatores são cruciais para a concretização dos objetivos da Lei 18/2018. A análise permitirá compreender os desafios e as soluções possíveis para a melhoria do ensino básico no país.

1. REVISÃO DA LITERATURA

A Lei 18/2018, que estabelece os princípios e objectivos do Sistema Nacional de Educação (SNE) em Moçambique, visa garantir uma educação de qualidade e inclusiva, especialmente no ensino básico, que abrange os primeiros anos de escolaridade obrigatória. Um dos pilares fundamentais dessa legislação é a promoção de um ambiente de aprendizagem adequado, o que inclui não apenas a formação contínua e a capacitação dos professores, mas também a melhoria das infra-estruturas escolares. Este marco legal orienta-se pelos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular o ODS 4, que visa assegurar a educação de qualidade para todos até 2030

1.1 Infra-estruturas Escolares

As infra-estruturas escolares em Moçambique, principalmente nas zonas rurais, continuam a ser um dos maiores desafios para o alcance de uma educação de qualidade. De acordo com o Relatório do Banco Mundial (2018), a maioria das escolas enfrenta problemas como a falta de salas de aula adequadas, ausência de materiais pedagógicos, e condições sanitárias precárias. Muitos alunos estudam em turmas superlotadas, o que compromete o rendimento escolar e a assimilação dos conteúdos.

Estudos recentes, como o realizado pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) em 2020, apontam que apenas 40% das escolas primárias possuem infra-estruturas consideradas adequadas. As disparidades entre áreas urbanas e rurais são evidentes, sendo que as zonas rurais têm escolas com maior índice de precariedade. A falta de electrificação em muitas escolas dificulta o uso de tecnologias educacionais, como previsto na Lei 18/2018, que defende o uso de TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) como ferramentas de ensino.

1.2 Qualidade dos Professores

Outro desafio relevante é a qualificação dos professores no ensino básico. A Lei 18/2018 estabelece que a formação e capacitação contínua dos professores são essenciais para a garantia de um ensino de qualidade. No entanto, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2021 revelou que, em Moçambique, apenas 55% dos professores do ensino básico possuem formação pedagógica adequada. Essa lacuna na formação reflete-se diretamente na qualidade de ensino oferecido.

A carência de professores qualificados é particularmente grave nas áreas rurais, onde muitos profissionais atuam sem formação específica. De acordo com um estudo de Cossa e Honwana (2020), o elevado número de alunos por professor, combinado com a falta de formação contínua e recursos pedagógicos, torna difícil alcançar os objectivos da Lei 18/2018.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste estudo é baseada numa análise qualitativa de fontes secundárias, incluindo literatura académica, relatórios governamentais e estatísticas oficiais. A abordagem foca-se em estudos de caso, relatórios da UNESCO e da UNICEF, assim como análises de políticas públicas que avaliam as condições das infra-estruturas e a formação de professores no ensino básico em Moçambique.

3.RESULTADOS

Os resultados da análise demonstram que, embora a Lei 18/2018 tenha sido um passo importante para a melhoria da qualidade da educação no ensino básico em Moçambique, a implementação dos seus objectivos enfrenta desafios significativos. As infraestruturas escolares, em especial nas áreas rurais, continuam inadequadas e, muitas vezes, carecem de condições básicas como salas de aula seguras, bibliotecas e acesso a água potável e eletricidade. Além disso, a formação dos professores continua insuficiente para atender às necessidades do sistema educativo, especialmente em zonas com maior escassez de profissionais qualificados.

Os dados analisados indicam que as disparidades regionais, a falta de recursos financeiros e a inadequada alocação de fundos destinados à educação têm dificultado o progresso. Além disso, o nível de escolaridade dos professores e a falta de programas de formação contínua agravam o problema, contribuindo para que o ensino de qualidade ainda esteja longe de ser universalizado.

4. A LEI 18/2018 E OS OBJECTIVOS PARA O ENSINO BÁSICO

A Lei 18/2018 introduz reformas no SNE de Moçambique, com vistas a promover uma educação de qualidade, acessível e equitativa para todos os cidadãos. Entre os seus principais objetivos estão a melhoria das infra-estruturas escolares, o desenvolvimento profissional contínuo dos professores e a criação de um ambiente de ensino e aprendizagem que favoreça o desenvolvimento integral dos alunos (República de Moçambique, 2018).

Segundo a lei, é responsabilidade do Estado assegurar que as escolas estejam equipadas com recursos adequados, incluindo salas de aula, material didáctico, e a qualificação necessária dos professores para garantir um ensino eficaz. Contudo, estudos indicam que as condições físicas das escolas e a preparação dos professores estão longe de atingir o padrão desejado (World Bank, 2019).

4.1 Análise das Infra-estruturas no Ensino Básico

Um dos principais desafios enfrentados pelo ensino básico em Moçambique é a inadequação das infra-estruturas escolares. Dados mostram que muitas escolas, especialmente nas zonas rurais, carecem de estruturas físicas apropriadas, como salas de aula, instalações sanitárias e acesso à água potável (UNICEF, 2020). Segundo o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), mais de 40% das escolas primárias no país ainda utilizam salas de aula improvisadas, muitas vezes sem condições mínimas de conforto e segurança para os alunos (MINEDH, 2021).

Essas deficiências estruturais têm impacto directo na qualidade da educação, pois afectam o desempenho dos alunos e dificultam o processo de ensino. As condições precárias também contribuem para a alta taxa de abandono escolar, especialmente em áreas rurais (World Bank, 2019). A Lei 18/2018 estabelece como prioridade a melhoria dessas condições, mas a implementação das reformas tem sido lenta, em grande parte devido à escassez de recursos financeiros e à má gestão de fundos públicos.

As salas de aula, em sua maioria, não são projectadas para atender o número crescente de alunos, resultando em turmas superlotadas, onde mais de 50 alunos podem compartilhar um único espaço (World Bank, 2019). Essa superlotação dificulta a interação entre professores e alunos, além de comprometer a qualidade do ensino e o engajamento dos estudantes.

4.2 Condições Sanitárias

A condição das instalações sanitárias nas escolas é alarmante. Estima-se que aproximadamente 60% das escolas primárias em Moçambique não possuem banheiros adequados ou separados por gênero (UNICEF, 2020). Essa falta de infraestrutura sanitária não só prejudica a saúde dos alunos, mas também contribui para a evasão escolar, especialmente entre meninas, que enfrentam dificuldades durante o período menstrual (República de Moçambique, 2018).

A inexistência de água potável nas escolas é outro fator crítico. Muitas escolas dependem de fontes externas de água, distantes e, muitas vezes, contaminadas. Essa realidade impacta diretamente a saúde dos alunos, aumentando o risco de doenças transmitidas pela água, o que, por sua vez, reduz a frequência escolar (World Bank, 2019).

4.3 Recursos Didácticos e Tecnológicos

A falta de recursos didácticos e tecnológicos adequados também se reflecte nas infra-estruturas escolares. A Lei 18/2018 destaca a necessidade de modernização dos recursos educacionais, mas a realidade nas escolas ainda é de escassez (República de Moçambique, 2018). A maioria das escolas não dispõe de livros didácticos suficientes, e os alunos frequentemente compartilham materiais, o que compromete o aprendizado.

Adicionalmente, o acesso à tecnologia é extremamente limitado. A digitalização do ensino é uma tendência global, mas em Moçambique, a falta de electricidade e de conexão à internet em muitas escolas rurais impede a implementação de métodos de ensino inovadores (UNICEF, 2020). Sem acesso a computadores e recursos digitais, os alunos ficam em desvantagem em um mundo cada vez mais tecnológico.

4.4 Políticas e Iniciativas do Governo

Apesar dos desafios, o governo moçambicano, em colaboração com organizações internacionais, tem se esforçado para melhorar as infra-estruturas escolares. Iniciativas de construção e reabilitação de escolas têm sido implementadas, focando especialmente em áreas mais carentes (World Bank, 2019). Contudo, a velocidade e a eficácia dessas intervenções muitas vezes não correspondem às necessidades urgentes do sistema educacional.

A Lei 18/2018 estabelece a importância da melhoria das condições das infra-estruturas como um dos pilares para a educação de qualidade (República de Moçambique, 2018). No entanto, a falta de recursos financeiros e a má gestão dos fundos destinados à educação têm dificultado a realização de melhorias significativas. O financiamento insuficiente é um obstáculo constante, com muitas escolas ainda dependentes de doações de organizações não governamentais e parcerias internacionais para manter suas operações.

5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

A análise das condições atuais das infraestruturas escolares em Moçambique revela um panorama preocupante, onde as deficiências estruturais comprometem o acesso e a qualidade da educação no ensino básico. A superlotação das salas de aula, a falta de instalações sanitárias adequadas, a escassez de recursos didáticos e o acesso limitado à tecnologia são fatores que exigem atenção imediata.

Para garantir que os objetivos da Lei 18/2018 sejam alcançados, é imprescindível um aumento no investimento em infraestrutura educacional, com ênfase na construção de escolas seguras e bem equipadas. Além disso, é vital que o governo implemente mecanismos de monitoramento e avaliação para assegurar a utilização eficaz dos recursos destinados à educação.

A colaboração com a comunidade local e o fortalecimento de parcerias com organizações internacionais também são essenciais para enfrentar esses desafios. A implementação de soluções sustentáveis, que considerem as especificidades regionais e as necessidades dos alunos, pode transformar as condições das infraestruturas escolares, proporcionando um ambiente mais propício ao aprendizado.

5.1 Formação e Qualificação dos Professores

A formação e qualificação dos professores são elementos cruciais para garantir a qualidade do ensino no sistema educacional de Moçambique, especialmente no ensino básico. A Lei 18/2018 do Sistema Nacional de Educação

estabelece diretrizes claras para a formação contínua dos docentes, reconhecendo que a capacitação dos professores é essencial para a melhoria do aprendizado dos alunos (República de Moçambique, 2018). No entanto, a realidade mostra que existem desafios significativos que dificultam a implementação eficaz dessas diretrizes.

5.2 Situação Actual da Formação de Professores

Em Moçambique, a formação inicial dos professores é predominantemente oferecida por instituições de ensino superior, como as Faculdades de Educação, que buscam preparar os futuros educadores com conhecimentos teóricos e práticos. Contudo, muitos dos cursos de formação de professores não estão alinhados com as necessidades reais das escolas e dos alunos, resultando em um descompasso entre a teoria e a prática (Mungoi, 2020). Além disso, a qualidade da formação pode variar significativamente entre as instituições, refletindo desigualdades regionais que afetam a preparação dos docentes.

A falta de formação específica em metodologias de ensino modernas e em gestão de sala de aula é um problema recorrente. Muitos professores iniciam suas carreiras sem ter recebido a formação pedagógica adequada, o que compromete a eficácia do ensino e a capacidade de atender às diversas necessidades dos alunos. De acordo com o Banco Mundial (2019), cerca de 40% dos professores do ensino básico não possuem a formação mínima exigida, o que representa um desafio significativo para a implementação de um ensino de qualidade.

5.3 Formação Contínua e Desenvolvimento Profissional

A formação contínua é uma parte essencial da estratégia de desenvolvimento profissional dos professores, pois permite que eles se mantenham atualizados em relação a novas metodologias, abordagens pedagógicas e inovações tecnológicas. A Lei 18/2018 enfatiza a importância da formação contínua, mas sua implementação tem sido inconsistente. Muitos professores têm dificuldade em acessar oportunidades de formação, especialmente aqueles que trabalham em áreas remotas (UNICEF, 2020).

Programas de formação continuada frequentemente não são sistemáticos ou adequadamente financiados. As ofertas de formação são esparsas e muitas vezes dependem de parcerias com organizações não governamentais ou internacionais, o que pode resultar em uma abordagem fragmentada e pouco sustentável (MINEDH, 2021). Essa lacuna na formação contínua impede que os professores desenvolvam suas habilidades e se adaptem às novas demandas do ensino moderno, limitando a capacidade do sistema educacional de responder às necessidades dos alunos.

5.4 Desafios da Motivação e Retenção de Professores

Outro fator que afeta a qualidade da formação e da atuação dos professores em Moçambique é a questão da motivação e retenção. As condições de trabalho, incluindo a carga horária excessiva, a baixa remuneração e a falta de recursos nas escolas, contribuem para a desmotivação dos docentes (World Bank, 2019). Muitos professores abandonam a profissão em busca de melhores oportunidades em outros setores, resultando em uma alta rotatividade que afeta a continuidade do ensino e o relacionamento com os alunos.

A desmotivação também é exacerbada pela falta de reconhecimento e valorização da profissão de docente. Em muitos casos, a contribuição dos professores para a sociedade é pouco reconhecida, e as dificuldades que enfrentam no dia a dia não são levadas em consideração nas políticas educacionais. A implementação de políticas que promovam a valorização do professor, incluindo melhores salários, benefícios e oportunidades de desenvolvimento profissional, é crucial para melhorar a retenção e a motivação dos docentes.

5.4.1 Necessidade de Reformas na Formação de Professores

Diante do contexto atual, torna-se evidente que há uma necessidade urgente de reformas na formação inicial e contínua dos professores em Moçambique. As instituições de formação devem ser mais bem equipadas e os currículos atualizados para incluir práticas pedagógicas inovadoras que atendam às necessidades dos alunos e às exigências do mercado de trabalho (Mungoi, 2020). Além disso, é fundamental promover a formação de professores em áreas como educação inclusiva, diversidade e uso de tecnologias educacionais.

As reformas devem incluir a criação de um sistema de acompanhamento e avaliação da formação, permitindo que as instituições de ensino superior e os órgãos governamentais monitorem a qualidade da formação oferecida e façam os ajustes necessários. Esse sistema deve envolver a participação dos próprios professores, garantindo que suas vozes sejam ouvidas no processo de reformulação das diretrizes de formação.

6. O PAPEL DAS PARCERIAS INTERNACIONAIS

As parcerias com organizações internacionais e não governamentais têm um papel fundamental na melhoria da formação e qualificação dos professores em Moçambique. Essas organizações podem fornecer recursos, conhecimento e expertise, contribuindo para o desenvolvimento de programas de formação contínua e capacitação dos docentes (UNICEF, 2020). Além disso, a colaboração com essas entidades pode ajudar a mobilizar fundos necessários

para a implementação de projetos de formação em larga escala, atingindo áreas remotas e carentes.

Entretanto, é vital que essas parcerias sejam estabelecidas de forma que respeitem as necessidades e contextos locais, evitando uma abordagem "tamanho único". A formação deve ser adaptada à realidade das escolas e às especificidades culturais e sociais de cada região, assegurando que os professores recebam formação relevante e aplicável ao seu contexto de trabalho.

7. PERSPECTIVAS FUTURAS

Para que Moçambique alcance os objetivos estabelecidos pela Lei 18/2018 e melhore a qualidade da educação no ensino básico, é essencial priorizar a formação e qualificação dos professores. Investimentos significativos em formação inicial e contínua, bem como a implementação de políticas que promovam a valorização da profissão docente, são passos cruciais para garantir que os professores estejam bem preparados para enfrentar os desafios do ensino moderno.

A criação de um sistema de formação de professores coeso e integrado, que envolva a colaboração entre o governo, instituições de ensino superior e organizações internacionais, pode contribuir para a construção de um sistema educacional mais eficaz e de qualidade, beneficiando não apenas os professores, mas também os alunos e, por fim, a sociedade como um todo.

8. DISCUSSÃO

Apesar das diretrizes claras estabelecidas pela Lei 18/2018, os avanços na qualidade da educação básica em Moçambique têm sido limitados. Os problemas estruturais nas escolas e a falta de professores qualificados são obstáculos significativos que precisam ser superados para que os objetivos da lei sejam alcançados.

A melhoria das infraestruturas requer um investimento substancial por parte do governo, além de uma melhor gestão e alocação de recursos. A formação contínua dos professores também deve ser priorizada, com a implementação de programas de capacitação acessíveis e regulares. Além disso, é necessário um esforço concertado entre o governo, organizações internacionais e o setor privado para garantir que as reformas educacionais sejam implementadas de maneira eficaz e sustentável (UNICEF, 2020).

8.1 Análise da Gestão e Financiamento da Educação

A gestão e o financiamento da educação em Moçambique são fatores cruciais que influenciam a qualidade do ensino básico e a capacidade do sistema

educacional de atender às necessidades da população. A Lei 18/2018 estabelece diretrizes para a gestão do sistema educacional, mas a implementação dessas diretrizes enfrenta desafios significativos que afetam a eficiência e a eficácia das políticas educacionais (República de Moçambique, 2018). Neste contexto, é fundamental analisar como a gestão e o financiamento impactam a educação básica no país.

8.2 Estrutura de Gestão da Educação

A gestão da educação em Moçambique é descentralizada, com responsabilidades divididas entre o governo central, as direções provinciais e as administrações distritais. Essa estrutura visa promover uma gestão mais próxima da realidade local, permitindo que as decisões sejam adaptadas às necessidades específicas das comunidades (MINEDH, 2021). No entanto, a descentralização também apresenta desafios, como a falta de capacitação das autoridades locais para gerenciar recursos educacionais de forma eficaz e a escassez de pessoal qualificado para supervisionar as escolas.

Além disso, a fragmentação da gestão pode levar a problemas de coordenação e comunicação entre os diferentes níveis de governo, resultando em uma implementação inconsistente das políticas educacionais. A ausência de um sistema de monitoramento robusto para avaliar a eficácia das iniciativas e o uso de recursos financeiros contribui para a ineficiência na gestão da educação (World Bank, 2019).

8.3 Financiamento da Educação

O financiamento da educação em Moçambique é uma questão complexa, com múltiplos desafios. Embora o governo tenha aumentado gradualmente o orçamento destinado à educação nos últimos anos, a alocação de recursos ainda é insuficiente para atender às crescentes demandas do sistema educacional (MINEDH, 2021). De acordo com o Banco Mundial (2019), Moçambique investe apenas cerca de 4,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB) na educação, um valor abaixo da média de países em desenvolvimento.

A dependência de financiamentos externos para complementar os recursos nacionais também é uma preocupação. Muitas vezes, esses financiamentos são temporários e limitados, o que impede a implementação de soluções sustentáveis para os problemas educacionais (UNICEF, 2020). Além disso, a corrupção e a má gestão dos recursos financeiros disponíveis têm comprometido a eficiência do uso dos fundos destinados à educação, resultando em projetos inacabados ou mal executados.

8.4 Desigualdades no Financiamento

As desigualdades regionais na distribuição dos recursos financeiros para a educação são um problema persistente em Moçambique. As áreas rurais, que geralmente têm uma maior necessidade de investimentos em infraestruturas e recursos, muitas vezes recebem menos atenção e financiamento em comparação com as áreas urbanas (World Bank, 2019). Essa disparidade agrava a situação das escolas em regiões menos favorecidas, onde a falta de recursos compromete a qualidade do ensino.

O financiamento desigual também se reflete na contratação e formação de professores, onde regiões mais carentes podem ter dificuldade em atrair e reter profissionais qualificados devido a condições de trabalho desfavoráveis e à falta de incentivos (MINEDH, 2021).

8.5 Políticas de Gestão e Melhoria da Qualidade

Para melhorar a gestão e o financiamento da educação em Moçambique, é essencial implementar políticas que promovam a transparência e a responsabilização na utilização dos recursos. A criação de mecanismos de monitoramento e avaliação eficazes pode ajudar a identificar áreas de melhoria e a garantir que os fundos sejam utilizados de maneira eficiente (UNICEF, 2020). Além disso, é fundamental que as comunidades locais sejam envolvidas no processo de gestão das escolas, garantindo que as necessidades e prioridades locais sejam atendidas.

A colaboração com organizações internacionais e parcerias com o setor privado também pode ser uma estratégia eficaz para mobilizar recursos adicionais e promover a inovação na gestão educacional. Programas que incentivam o investimento em infraestrutura, formação de professores e acesso a materiais didáticos podem ter um impacto positivo na qualidade da educação básica (Banco Mundial, 2019).

8.6 Perspectivas Futuras

A melhoria da gestão e do financiamento da educação em Moçambique é essencial para o alcance dos objetivos estabelecidos pela Lei 18/2018 e para a promoção de um sistema educacional mais equitativo e de qualidade. A implementação de reformas que priorizem a transparência, a responsabilidade e a eficiência no uso dos recursos financeiros pode contribuir significativamente para a construção de um sistema educacional que atenda às necessidades de todas as crianças moçambicanas.

Além disso, é crucial que o governo e as partes interessadas adotem uma abordagem holística e integrada para o financiamento da educação, considerando não apenas a alocação de recursos, mas também a necessidade de capacitação das autoridades locais e a criação de um ambiente propício para o aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos esforços legislativos, a qualidade da educação no ensino básico em Moçambique ainda enfrenta sérios obstáculos relacionados às condições de infraestruturas e à capacitação dos professores. A Lei 18/2018 trouxe uma visão ambiciosa para melhorar o setor educativo, mas a sua implementação prática exige uma abordagem mais robusta em termos de investimento em infraestruturas e qualificação docente. É necessário que o governo, em parceria com entidades internacionais, intensifique os esforços para garantir que todas as escolas, especialmente nas zonas rurais, tenham condições físicas e humanas adequadas para oferecer uma educação de qualidade.

A formação contínua dos professores é crucial para o sucesso da reforma educativa, e a criação de programas de incentivo ao desenvolvimento profissional pode ser uma das chaves para a melhoria dos índices de desempenho escolar. Da mesma forma, a reabilitação e construção de infraestruturas escolares devem ser prioridades nas políticas públicas de educação.

Somente com o cumprimento efetivo das diretrizes estabelecidas pela Lei 18/2018 será possível garantir que Moçambique alcance os seus objetivos em termos de educação inclusiva e de qualidade, conforme previsto nos ODS.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. (2019). **Moçambique**: Avaliação da Educação Básica. Banco Mundial.

COSSA, E, & HONWAN, A, (2020). Qualidade da formacao de professores no ensino basico: um estudo em Mocambique. **Revista de educacao e formacao de professores.** 15(2) 45-60

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO (MINEDH). (2021). **Relatório Anual sobre o Estado da Educação em Moçambique.** Maputo: MINEDH.

MUNGOI, L. (2020). **Desafios e Perspectivas da Formação de Professores em Moçambique.** Maputo: Universidade Pedagógica.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. (2018). **Lei 18/2018**: Lei do Sistema Nacional de Educação. Maputo: Imprensa Nacional.

UNICEF. (2020). **Relatório sobre o Financiamento da Educação em Moçambique.** Nova Iorque: UNICEF.

WORLD BANK. (2019). **Moçambique**: Avaliação da Educação Básica. Banco Mundial.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EM COMPARAÇÃO COM A MELHORIA DA QUALIDADE EDUCACIONAL EM MOÇAMBIQUE

Gamito Tiago Jemusse

INTRODUÇÃO

Embora seja amplamente reconhecida a importância da Avaliação Institucional (especialmente a interna) para melhorar a qualidade das instituições, ela ainda não é uma prática comum na maioria delas. Nota-se que muitas instituições não realizam esse tipo de avaliação e as que o fazem são geralmente motivadas pela exigência legal que as obriga a isso. Em muitos casos, a avaliação interna (ou autoavaliação) é realizada apenas por ser um requisito, e não porque as instituições entendem sua importância ou reconhecem seu papel.

Para compreender a relevância da avaliação interna e externa das instituições, especialmente as educacionais, é fundamental reconhecer que essas avaliações são necessárias para organizar o processo educacional de forma a garantir a formação científica e social dos cidadãos. Através do conhecimento oferecido, busca-se promover o bem-estar dos indivíduos, possibilitando que alcancem a realização pessoal e se integrem de forma harmoniosa na sociedade. No entanto, para que isso aconteça, é necessário adotar e implementar uma série de acções e procedimentos dentro das instituições.

No entanto, ao contrário do que se espera dessas instituições, ainda se observam altos índices de abandono escolar, ausência de professores, baixa participação dos pais e encarregados de educação no processo educativo, e a qualidade insatisfatória do ensino. Esses desafios podem ser superados se as instituições educacionais adotarem a Avaliação Institucional como uma ferramenta de gestão, aplicando a Avaliação Interna e submetendo-se à Avaliação Externa.

Este estudo busca responder à seguinte questão: Como tem sido a prática da Avaliação Institucional (AI) nas instituições de Ensino Superior em Moçambique, com foco específico na UnISCED-Niassa? Para responder a essa pergunta, seguimos o objectivo principal de compreender os princípios e finalidades da AI

como uma oportunidade de melhorar a qualidade das instituições educacionais. De forma mais detalhada, isso envolveu a conceitualização de descritores gerais relacionados à teoria da qualidade, descrevendo os princípios e finalidades da AI, além de apresentar relatos sobre a AI nas instituições educacionais em Moçambique. Também exploramos a experiência prática da UnISCED-Niassa, relacionando a prática da AI com a melhoria da qualidade dessas instituições.

Para alcançar esse objectivo, utilizamos a pesquisa bibliográfica para obter informações sobre os conceitos, princípios e finalidades da AI, além de estudar o histórico da AI em Moçambique. Complementamos a pesquisa com uma breve entrevista realizada com professores da UnISCED-Niassa, com vasta experiência em avaliação institucional, para recolher insights práticos sobre a aplicação da AI nesta universidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Avaliação da qualidade das instituições

A Avaliação da Qualidade das Instituições é um processo que analisa as práticas e resultados de uma instituição em relação a padrões estabelecidos. Portanto, o objetivo é promover melhorias contínuas e garantir que as expectativas dos stakeholders sejam atendidas. Além disso, a avaliação pode ser vista como uma análise objectiva das condições reais de uma instituição, aluno ou profissional, com o intuito de apoiar a tomada de decisões (Oliveira *et al.,* 2018). Assim, podemos afirmar que a avaliação envolve a análise das circunstâncias reais, tendo como finalidade atribuir valor ou mérito a algo, a fim de orientar decisões que melhorem a qualidade das acções.

Nessa perspectiva, é fundamental reconhecer que as instituições são estruturas ou mecanismos sociais que regulam o comportamento de um grupo de indivíduos em uma comunidade específica. Conforme Furubotn e Richter (2000), as instituições são definidas por um conjunto claro de regras, que podem ser formais ou informais, incluindo os arranjos necessários para sua aplicação, apoiando assim a ideia de qualidade. Dessa forma, uma "instituição" pode ser entendida como um conjunto de normas ou regras que regulam o comportamento dos indivíduos, guiando suas acções para cumprir Objectivos estabelecidos.

Ademais, a realização desses Objectivos é crucial para avaliar a qualidade institucional. Por isso, essa avaliação deve ser um processo contínuo de melhoria, demonstrando a evolução dos Objectivos e garantindo uma revisão constante da planificação. Assim, fecha-se o ciclo de renovação e racionalização do que foi inicialmente definido como qualidade. Consequentemente, o ciclo de gestão da qualidade sugere uma constante reinterpretação do conceito, permitindo uma compreensão mais ampla da qualidade.

De acordo com Juran (1999), a qualidade na produção pode ser dividida em duas dimensões principais: a técnica, que se baseia em especificações objectivas como rentabilidade e número de defeitos, e a prática ou social, que considera a satisfação das necessidades e expectativas dos indivíduos. Nesse contexto, Pérez *et al.,* (2021) reforçam essa ideia ao destacar a importância de entender a qualidade em relação à conformidade com normas técnicas e à capacidade das organizações de atender às expectativas dos consumidores.

Assim, a qualidade é reconhecida como algo que impacta positivamente a vida das instituições e de cada um de nós. Entretanto, muitas vezes não temos uma definição clara do que constitui qualidade. Para apoiar essa visão, Oliveira (2020) ressalta que a definição de qualidade é multidimensional, variando conforme o contexto e os Objectivos das instituições. Por conseguinte, existem diversos padrões de qualidade, incluindo certificações internacionais, como o Quadro Nacional de Qualificações de Moçambique (QNQ), o Sistema de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos na SADC, o Quadro Continental Africano de Qualificações (ACQF), o Quadro Pan-Africano para a Garantia da Qualidade do Ensino Superior (PAQAF) e o Quadro Regional de Qualificações da SADC (SADCQF), entre outros.

Dessa maneira, cada uma dessas certificações utiliza indicadores de medição e parâmetros de avaliação distintos, que as empresas podem ou não adotar, dependendo de exigências legais ou do alinhamento com suas estratégias. Ao operacionalizar o conceito de qualidade, podemos entendê-la como uma ideia genérica que envolve uma noção sobre o que é adequado, o que pode levar as diferentes direcções e Objectivos. Em contrapartida, os critérios servem para especificar e referenciar um Objecto a um parâmetro, conferindo um significado concreto à qualidade.

É importante notar que, nesse contexto de indicadores de referência e padrões estabelecidos, junto com os critérios de verificação, a Avaliação Institucional pode ser vista como uma análise das condições reais, com a meta de atribuir valor ou mérito a uma instituição, regulando o comportamento dos indivíduos que nela actuam e guiando suas acções para alcançar os Objectivos. Nesse sentido, Lima *et al.,* (2022) ressaltam a importância de usar instrumentos variados de colecta de informações, como observação, questionários e entrevistas, que fundamentam as decisões dos atores e mostram um consenso negociado. Vale destacar que o processo de análise envolve a colecta de informações, que pode ser realizada por meio de diversos instrumentos, como observação, questionários e entrevistas, fundamentando-se nas deliberações dos atores e revelando mais um consenso do que uma demanda contratual.

Avaliação Institucional: trajectória histórica, princípios, indicadores, instrumentos, tipos/modalidades e finalidades

A Avaliação Institucional (AI), como campo emergente, ainda enfrenta desafios significativos, especialmente pela falta de literatura consolidada. Autores modernos, como Lima *et al.,* (2017), também discutem a escassez de pesquisas aprofundadas sobre AI e afirmam que o desenvolvimento dessa área tem sido impulsionado pela necessidade crescente de accountability nas instituições de ensino superior. Segundo Silva (2020), a AI é frequentemente confundida com a avaliação educacional, o que reforça a ideia de que muitas teorias aplicadas no campo da AI derivam directamente da avaliação educacional, especialmente nas áreas de desempenho e aprendizagem.

A partir da década de 1990, houve um aumento na produção académica sobre AI, especialmente no Ensino Superior, como destacado por Gomes e Marais (2014). Essa perspectiva é corroborada por Marques (2021), que argumenta que a AI passou a ser central nas discussões sobre a melhoria contínua das instituições de ensino, reflectindo uma crescente necessidade de padronizar e garantir a qualidade das instituições.

Dessa forma, é possível perceber que, mesmo com os desafios, a AI está gradualmente ganhando relevância no cenário académico, conforme salientado por autores como Sousa e Ferreira (2019), que apontam para a importância de uma maior produção científica voltada para o aprimoramento das práticas avaliativas no Ensino Superior.

De acordo com o autor, no Brasil, o ponto de partida para a implementação das práticas avaliativas nas instituições de ensino aconteceu em 1993, com a criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Esse programa foi desenvolvido a partir de discussões da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e tinha como objectivo melhorar continuamente a qualidade da educação superior. Em Moçambique, esse processo começou a ganhar destaque em 2010, com a formação do Conselho Nacional de Avaliação e Qualidade (CNAQ).

Dias (2013; pp. 349-352), citando Ristoff (1995) e Sobrinho (1995), afirmam que a Avaliação Institucional (AI) e o currículo das instituições de Ensino Superior devem seguir alguns princípios importantes: a) Globalidade: considerar a instituição como um todo e integrar suas actividades; b) Processo: entender a AI como um processo contínuo, que não termina com a entrega de relatórios; c) Comparabilidade: permitir comparações entre instituições usando ferramentas comuns, sem classificações hierárquicas; d) Respeito pela identidade institucional; e) Legitimidade e credibilidade: utilizar métodos que criem indicadores adequados; f) Flexibilidade: adaptar a avaliação às realidades

existentes; g) Adesão voluntária: a participação no processo deve ser consciente; h) Ênfase na qualidade: priorizar abordagens qualitativas e usar dados quantitativos de forma secundária; i) Pedagogia: ver a AI como um processo educativo; j) Foco formativo: usar a análise para identificar avanços e falhas, ajudando a criar novas políticas, em vez de punir ou premiar.

De acordo com De Pinho (2021), a avaliação institucional deve ser guiada por indicadores que reflictam as particularidades e os Objectivos específicos de cada instituição. Esses indicadores são fundamentais para avaliar a eficácia das práticas educacionais e a qualidade dos processos internos. No contexto de Moçambique, o Conselho Nacional de Avaliação e Qualidade (CNAQ) adota indicadores como missão e Objectivos, gestão da qualidade, currículo, corpo docente, corpo discente, pesquisa, infraestrutura, equipe técnica administrativa e internacionalização. Isso reforça a ideia de que os indicadores precisam ser adaptados às necessidades e metas de cada instituição.

A Avaliação Institucional é dividida em duas modalidades: a autoavaliação, que é uma reflexão sobre as práticas da própria instituição, e a avaliação externa, que é feita por comissões externas, como o CNAQ, para analisar a realidade da instituição e promover melhorias. O principal objectivo da AI é melhorar a qualidade académica e científica das instituições de ensino superior, além de entender melhor seus processos.

A formalização da AI nas instituições de ensino superior em Moçambique aconteceu em 2007, com a aprovação do decreto No 63/2007, que estabeleceu o Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES). Esse sistema integra normas e procedimentos para garantir a qualidade do ensino superior, respondendo à rápida expansão das instituições e à necessidade de harmonização educacional em níveis nacional, regional e internacional.

No contexto do SINAQES, a AI é baseada em princípios como: promover uma cultura de qualidade, integrar mecanismos de garantia de qualidade desenvolvidos pelas instituições, avaliar todos os aspectos e processos, garantir a participação de todos os interessados, tratar a avaliação como um processo contínuo, respeitar a identidade de cada instituição, assegurar processos transparentes, adaptar-se ao contexto nacional e harmonizar-se com padrões regionais e internacionais.

Práticas da Avaliação Institucional no Ensino Superior em Moçambique

Segundo o PE1 (Entrevistado 1), em Moçambique, no processo de Avaliação Institucional (autoavaliação), são utilizados os princípios, critérios/dimensões e indicadores estabelecidos pelo CNAQ (Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade) por meio do SINAQES (Sistema Nacional de

Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior). No que se refere à experiência da UnISCED no processo de autoavaliação de cursos e programas,

> seguiu-se as etapas estabelecidas no SINAQES, sendo a 1ª etapa a nomeação da comissão de autoavaliação (composta por 1 professor do curso, 1 ou 2 estudantes e o Director da faculdade); a 2ª etapa, a organização dos instrumentos de colecta de dados (questionários, roteiro de entrevistas, etc.); a 3ª etapa, a colecta e sistematização dos dados (relatório de autoavaliação); a 4ª etapa, a inserção do relatório na plataforma do CNAQ; e a 5ª etapa, a divulgação interna do relatório (PE1).

Ainda, de acordo com o nosso entrevistado, a autoavaliação serve de base para a avaliação externa; é por meio dela que a comissão de avaliação externa realiza a avaliação da instituição, buscando evidências dos elementos que constam como alcançados no relatório da avaliação interna. No âmbito da autoavaliação (por exemplo, a avaliação do curso de licenciatura em Ensino Básico) realizada na Faculdade de Ciências da Educação e Psicologia, obteve-se como resultado 85 pontos, o que culminou na acreditação do curso por 3 anos. O nosso correspondente explica ainda que,

> cada indicador corresponde à uma pasta de arquivo onde serão arquivadas as evidências da execução de actividades para a sua satisfação e acrescentou que a experiência de autoavaliação foi de muita valia para a instituição, pois, ela ficou a saber, em função dos resultados, o que devia fazer para melhorar a sua qualidade, PE1 (Entrevistado 2).

O segundo entrevistado compartilhou sua experiência, esclarecendo que o processo de Avaliação Institucional na UnISCED é regido pelas normas estabelecidas pelo SINAQES, onde todos os procedimentos de avaliação são definidos nos três subsistemas: autoavaliação (avaliação interna), avaliação externa e acreditação. Ele explicou ainda que existem dois tipos de sistemas de avaliação institucional: um voltado para a verificação, que utiliza indicadores de verificação para avaliar em que medida as normas estabelecidas estão sendo cumpridas, e outro focado no desempenho, que utiliza indicadores de rendimento para verificar se as actividades desenvolvidas estão atingindo os níveis de qualidade desejados.

Após os aspectos mencionados anteriormente, poucas dúvidas permanecem sobre a relação entre a Avaliação Institucional (AI) e a qualidade das instituições. A AI é um elemento essencial e fundamental para alcançar a qualidade nas actividades realizadas, especialmente nas instituições de ensino superior.

Dado que o objectivo da AI é promover a melhoria dos processos e actividades, entender as instituições de maneira abrangente e avaliar todos os seus

processos, ela actua na identificação e superação das dificuldades encontradas. Assim, a AI funciona como um mecanismo que assegura a qualidade operacional das instituições, proporcionando uma oportunidade para que elas se autoavaliem. Isso permite que identifiquem suas forças (potencialidades) e fraquezas (erros, dificuldades, problemas, etc.), possibilitando decisões estratégicas que favoreçam a manutenção de suas forças e a replanejamento de suas actividades, com o intuito de corrigir os erros e enfrentar os desafios detectados durante o desenvolvimento de suas acções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Avaliação Institucional (AI) é um processo que analisa as condições reais de uma instituição, atribuindo valor a ela para orientar decisões e comportamentos dos indivíduos. Surgiu no contexto do Ensino Superior (ES) e, a partir de 1990, começou a desenvolver uma literatura específica na área da Educação, especialmente em avaliação de instituições de ensino superior. Com o tempo, a AI tornou-se um conceito central na educação, muitas vezes confundido com Avaliação Educacional.

Esse processo de avaliação é guiado por princípios como globalidade, continuidade, comparabilidade e respeito à identidade institucional, além de indicadores que incluem missão, gestão da qualidade, currículo, corpo docente e infraestrutura. O objectivo principal da AI é a melhoria da qualidade das instituições, possibilitando uma avaliação crítica dos processos. A AI é dividida em Autoavaliação (ou Avaliação Interna) e Avaliação Externa, com a Acreditação sendo um terceiro subsistema em Moçambique.

No contexto das instituições educacionais em Moçambique, como a UnISCED, a avaliação é orientada pelas normas do CNAQ, utilizando o SINAQES para assegurar qualidade por meio da combinação de Autoavaliação, Avaliação Externa e Acreditação. A qualidade é entendida em relação a critérios, que são moldados por disputas entre diferentes grupos de interesse, reflectindo um conceito dinâmico e sujeito a mudanças.

O processo avaliativo é fundamental para descrever e valorizar a realidade do Ensino Superior, apoiando o processo regulatório. Há uma relação complementar entre avaliação e regulação, sustentada pelo uso de critérios de qualidade. Segundo Bertolin (2007), a avaliação envolve colecta de dados, análise de informações e juízo de valor sobre a qualidade do sistema de educação superior, com critérios de qualidade servindo como indicadores que ajudam a identificar e valorizar essa realidade.

REFERÊNCIAS

DE PINHO, M. (2021). A avaliação institucional e a qualidade das instituições de ensino superior. **Revista de Avaliação Educacional**, 15(2), 45-58.

DIAS, P. A. (2013). Princípios da Avaliação Institucional. *In*: Ristoff, A. & Sobrinho, A. (Eds.), **Avaliação Institucional no Brasil**: desafios e perspectivas (pp. 349-352). Editora Educ.

FURUBOTN, E. G., & RICHTER, R. (2000). Instituições e Teoria Econômica. **Revista Brasileira de Economia**, 54(3), 385-411.

GOMES, P. R., & MARAIS, G. (2014). **A avaliação institucional no ensino superior**: uma revisão crítica. Editora Acadêmica.

JURAN, J. M. (1999). **Quality control handbook** (5th ed.). McGraw-Hill.

LIMA, G. R., FERREIRA, F. J., & SOUSA, M. T. (2017). **Avaliação institucional**: um caminho para a melhoria da qualidade na educação superior. Editora do Conhecimento.

LIMA, G. R., & OLIVEIRA, R. M. (2022). Importância da coleta de dados na avaliação institucional. **Revista Brasileira de Educação**, 27(1), 81-97.

MARQUES, A. C. (2021). **Desafios e tendências da avaliação institucional no ensino superior.** Editora da Universidade.

OLIVEIRA, J. S. (2020). **Qualidade na educação**: conceitos e práticas. Editora Universitária.

OLIVEIRA, J. S., GOMES, A. P., & SILVA, R. T. (2018). A avaliação da qualidade das instituições de ensino. **Revista Brasileira de Avaliação Educacional**, 25(1), 15-28.

PÉREZ, L. A., SILVA, T. R., & OLIVEIRA, M. A. (2021). **A multidimensionalidade da qualidade**: um estudo empírico. Gestão e Qualidade na Educação, 14(2), 123-137.

RISTOFF, A. (1995). Avaliação Institucional: fundamentos e práticas. *In*: **Avaliação Institucional**: desafios e propostas (pp. 45-67). Editora da Educação.

SILVA, R. T. (2020). **Avaliação institucional: uma nova perspectiva**. Editora Universitária.

SOUSA, M. T., & FERREIRA, P. C. (2019). Desafios da avaliação institucional nas universidades brasileiras. **Revista de Educação Superior**, 25(2), 35-50.

SOBRINHO, A. (1995). Avaliação e currículo: uma abordagem reflexiva. *In*: Ristoff, A. & Sobrinho, A. (Eds.), **Avaliação Institucional**: desafios e propostas (pp. 78-92). Editora da Educação.

PROCEDIMENTOS INSTITUCIONAIS DE AVALIAÇÃO INTERNA DO CURSO E PROGRAMA NO MODELO DE 12ª + 3 ANOS NA ESCOLA DE PROFESSORES DO FUTURO EM NIASSA

Diamantino Hilário Norte
Dulce João Nunes Langa

INTRODUÇÃO

Quando se discute os procedimentos de avaliação interna dos Cursos e programas, e necessário perceber o que se pretende no contesto institucional, ou seja, nos Institutos e Escolas de Formação de Professores sejam elas públicas ou privadas. Nesta abordagem a avaliação é vista como determinação do mérito ou valor de um dado processo ou do que dele resulta. É dai que a avaliação institucional deve ser realizada "em dois âmbitos externa e interna", conforme lei18/2018.

Analisa-se o curso e programa de Formação de Professores, identificando modalidades e procedimentos que a EPF usa para avaliar o curso e programas de 12ª + 3 anos, que foi implementado pela lei 18/2018 e reajustado pela segunda vez em Dezembro 2023. Também descreve-se as práticas avaliativas, suas metodologias e impactos na formação docente.

Para assegurar a qualidade da pesquisa foi usada a abordagem qualitativa, questionando sobro desafios e as oportunidades de aprimoramento na formação, reforçado por obras de autores.

Entrevista semiestruturada, inquérito e registo de dados, utilizou-se para trazer dados empíricos recolhidos por 4 chefes de departamento, 4 estudantes, 1 Director Adjunto da Escola (DAE) e 1 Director da Escola (DE).

Foram definidos seguintes objectivos: analisar curso e programa de Formação de Professores, identificar as práticas avaliativas, suas metodologias e impactos na formação docente e discutir sobre os melhores procedimentos a usar para uma avaliação interna do curso e programas ao formar professor por paradigma reflexivo.

Com estes objectivos, a questão de partida foi: Até que ponto a EPF Niassa aplica os procedimentos institucionais de avaliação interna de programa e curso do modelo de 12ª + 3 anos? Existem mapas de dimensão que avaliam o curso e programa com todas as metamorfoses que Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) tem efeituado nos últimos anos para os cursos de Formação de Professores em Moçambique?

O texto está estruturado em três partes, além da introdução, na primeira da se os conceitos e finalidades da avaliação institucional interna; na segunda tratou dos procedimentos metodológicos adotados, por fim, na terceira apresenta-se as metodologias, discussão dos resultados, considerações finais e as respetivas referências bibliográficas.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA

Casali (2007) citado pela professora Doutora Dulce J. N. Langa, nas aulas da disciplina de Avaliação Institucional, ela dizia que: Avaliação refere-se à determinação do mérito, ou valor de um dado processo ou do que dele resulta, seja no âmbito do sujeito, da cultura e para toda humanidade.

A avaliação institucional interna assume vários significados que emergem da concepção de avaliação e educação assumida pelos participantes do processo, com defende (LUCK; 2012). Entende-se que a avaliação interna é muito mais que um trabalho de coleta de dados, informações e apresentação de relatórios, ela relaciona-se com a opção educacional adotada pela Instituição ou Escola.

A avaliação institucional interna se configura como um instrumento de autonomia, de autoconhecimento, um processo reflexivo que o objetiva a responsabilização da Escola pela sua gestão pedagógica, administrativa, programáticas e curriculares. Entendemos que a avaliação institucional interna e o processo de apropriação da escola pelos seus actores, com vistas ao aperfeiçoamento de suas práticas educativas, "a partir do olhar críticos sobre as suas realidades", Brandalise (2015).

> A avaliação institucional interna deve ser prevista no projecto política pedagógico e detalhada no plano de gestão, realizada anualmente, levando em consideração as orientações contidas na regulamentação vigente, para rever o conjunto de objectivos e metas a serem concretizados, mediante acção dos diversos segmentos da comunidade educativa, o que pressupõe delimitação de indicadores compatíveis com a missão da escola, além de clareza quanto ao que seja qualidade social da aprendizagem e da escola, conforme Brasil, 2010, p.77).

É importante realçar que a avaliação institucional interna, quando revestido de procedimentos fundamentais na discussão, dialogo, compromisso

e participação, caminha em direcção contrária ao movimento da política de responsabilização unilateral da escola e dos formadores pelos resultados de desempenho acadêmico de seus estudantes, que muitas vezes se observa nas avaliações externa e de larga escala.

Para os autores acima este tipo de avaliação (interna) os equívocos se se evidenciam quando os seus resultados são usados somente para classificar, ranquear, premiar ou punir os profissionais que implementam os cursos e os programas de formação de professores, "sem passar pelo crivo da análise crítico e interpretativa dos dados", Brasil, 2010, p.77).

A avaliação desenvolvida nesse molde reforça uma visão reducionista, mercadológica e fragmentada do processo avaliativo, assim como afirma (SORDI, 1998, p. 53), a perspectiva de avaliação institucional interna balizada pelos aspectos quantitativos é criticada porque a avaliação interna seria um instrumento poderoso de qualificação dos procedimentos, processos educativos e das relações escola-sociedade.

Nesse sentido, a avaliação institucional interna representa uma possibilidade dos próprios actores da formação assumirem o papel regulador de suas práticas, à medida que compreendem a dinâmica dos seus processos, suas fragilidades e estabelecem estratégias para melhoria de suas práticas e alcance da missão institucional, Afonso (1999).

AVALIAÇÃO INTERNA DO CURSO E PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O curso de formação de professores é um programa educacional destinado a preparar indivíduos para atuarem como educadores em diferentes níveis de ensino, como educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Para MINEDH (2018), esses cursos geralmente abordam temas como: a) Teorias da Educação: Estudo de diferentes abordagens pedagógicas e filosóficas. b) Didática: Métodos e técnicas de ensino e aprendizagem. c) Psicologia da Educação: Compreensão do desenvolvimento humano e das necessidades dos alunos. d) Currículo: Planejamento e desenvolvimento de conteúdos educativos. e) Avaliação: Formas de medir e acompanhar o aprendizado dos alunos. f) Prática Docente: Estágio supervisionado em escolas, onde os futuros professores podem aplicar o que aprenderam. O programa de formação de professores é um conjunto estruturado de atividades e conteúdos que visa preparar indivíduos para actuar como educadores em diferentes níveis de ensino.

> Os programas geralmente incluem: i) **Teoria Educacional:** Estudo das bases pedagógicas, psicológicas e sociais da educação. ii) **Prática Docente:** Estágios e experiências práticas em salas de aula, onde os futuros professores podem aplicar teorias e desenvolver habilidades de ensino. iii) **Currículo:** Desenvolvimento de conhecimento em relação aos conteúdos que devem ser ensinados, além de metodologias e técnicas de ensino. iv) **Formação Continuada:** Estruturas que permitem que os professores se atualizem ao longo de suas carreiras, enfrentando novas demandas e desafios educacionais. v) **Ética e Inclusão:** Reflexão sobre a responsabilidade social do educador e a importância de práticas inclusivas na educação, MINEDH (2019, p, 16).

Nesta abordagem é de referir que o MINEDH trás a visão de que os cursos e programas de formação de professores sofram muitas alterações ao longo das últimas décadas, afectando a capacidade do Sector de construir conhecimento sobre o que funciona ou não e de desenvolver carreiras profissionalizantes que estimulem a docência no sector público, é dai que devia-se criar os mapas de dimensão.

MAPA DE DIMENSÃO DO CURSO E PROGRAMA DE 12ª + 3 ANOS

Os mapas de dimensão são ferramenta muito útil para organizar e visualizar as diversas áreas e componentes da formação docente. Esses mapas ajudam a compreender as competências que os formadores devem desenvolver "bem como os conteúdos e métodos que devem ser abordados nos cursos e programas", Brasil, (2010, p.78).

O processo didático se constitui em espiral, que projeta avanços e retrocessos constantes. Enfatizar o processo didático pela perspectiva relacional significa analisar suas características por meio de quatro dimensões, Veiga, (2010, p.53).

A primeira dimensão é a da formação concebida como uma prática social específica que orienta o desenvolvimento sócio afetivo, psicomotor e cognitivo dos estudantes.

A segunda dimensão é dos sujeitos da aprendizagem, com efeito, o ensino exige uma direção, um norte que remeta a uma diversidade de objetivos mais detalhados e mais complexos, La Torre, (1993, p.58). A terceira dimensão é a da pesquisa que estimula o pensar criativo por meio de mapas conceituais.

A quarta dimensão do processo didático é a avaliação. Ela é imprescindível. Constitui a ação didática que tem fortes repercussões sobre o estudante. (VEIGA, 2010, p.64), apresenta algumas dimensões que podem ser considerados e incluir em um mapa para Escolas de Formação de Professores:

Dimensões Curriculares: a) Conteúdos Acadêmicos: Disciplinas específicas (matemática, ciências, línguas, etc.). b) Formação Pedagógica:

Didática, psicologia da educação, métodos de ensino. c) Práticas de Ensino: Estágio supervisionado, aulas práticas.

Dimensões de Competências: i) Competências cognitivas: Pensamento crítico, resolução de problemas. ii) Competências Sociais: Trabalho em equipe, comunicação. iii) Competências Tecnológicas: Uso de ferramentas digitais, metodologias ativas.

Dimensões Éticas e Sociais: a) Educação Inclusiva: Atendimento a diferentes necessidades e contextos. b) Diversidade Cultural: Respeito e valorização de culturas e identidades. c) Ética Profissional: Comportamento e responsabilidade do docente.

Dimensões de Formação Continuada: i) Desenvolvimento Profissional: Cursos de atualização, workshops. b) Pesquisa e Inovação: Projetos de pesquisa, participação em conferências. c) Reflexão Crítica: Auto avaliação e feedback.

Dimensões de Gestão e Administração: a) Políticas Educacionais: Legislação, diretrizes curriculares. b) Gestão Escolar: Planejamento, organização e liderança.

Dimensões de Avaliação: i) Avaliação da Aprendizagem: Métodos e instrumentos de avaliação. ii) Avaliação Institucional: Qualidade do curso, feedback de alunos e ex-alunos.

Deste modo cada Escola de Formação de Professores pode adotar um Mapa de dimensão com seguinte estrutura: a) Diagrama de Venn: Para mostrar interseções entre diferentes dimensões. b) Mind Map: Para uma visualização hierárquica das dimensões e suas subcategorias. c) Tabela: Com colunas para cada dimensão e linhas para seus componentes.

Essas dimensões e a forma de apresentá-las podem variar conforme as necessidades específicas de cada instituto ou contexto educacional. O importante é que o mapa seja uma ferramenta que auxilie na "compreensão e na melhoria da formação de professores", (VEIGA, 2010, p.66). Estes mapas devem ter indicadores de avaliação internas para uma analise profundo da implementação dos cursos e programas.

INDICADORES EDUCACIONAIS PARA AVALIAÇÃO INTERNA DOS CURSOS E PROGRAMAS

Os indicadores educacionais são ferramentas de gestão geradas a partir de dados quantitativos que, com tratamentos estatísticos apropriados, conseguem imprimir qualidade e construir panoramas mais ou menos aproximados da realidade educacional. Eles são instrumentos que, de modo resumido, "servem para informar dados importantes de parte da realidade", (ANDRIOLA 2016), os indicadores ajudam no planejamento, monitoramento e avaliação da educação e têm sido

usados de forma sistemática por gestores das diferentes esferas administrativas para a mensuração da qualidade das políticas educacionais adotadas Bauer;

Andriola (2016); Os indicadores de avaliação interna para Escolas de Professores do Futuro (EPF) são essenciais para monitorar e melhorar a implementação dos cursos e programas, virados para a qualidade da formação oferecida. O autor apresenta algumas categorias e exemplos de indicadores que podem ser utilizados:

Indicadores de Qualidade Acadêmica: a) Taxa de Aprovação: Percentual de alunos que concluíram os cursos dentro do prazo estipulado. b) Desempenho Acadêmico: Notas médias dos alunos em avaliações e exames. c) Avaliação dos Cursos: Feedback dos alunos sobre a relevância e qualidade dos conteúdos.

Indicadores de Formação Pedagógica: i) Participação em Estágios Supervisionados: Percentual de alunos que realizam estágios e o nível de supervisão oferecido. ii) Avaliação das Práticas de Ensino: Feedback dos supervisores sobre o desempenho dos alunos durante o estágio.

Indicadores de Desenvolvimento Profissional: a) Participação em Formação Continuada: Percentual de docentes que participam de cursos, workshops ou conferências. b) Produção Acadêmica: Número de publicações ou participações em pesquisas realizadas pelos docentes, Andriola e Araújo, (2016).

Indicadores de Gestão e Administração: c) Satisfação da Comunidade Escolar: Pesquisas de satisfação entre alunos, professores e funcionários sobre a gestão e a infraestrutura. d) Cumprimento de Normativas: Avaliação da aderência às diretrizes e políticas educacionais.

Indicadores de Inclusão e Diversidade: i) Taxa de Inclusão: Percentual de alunos com necessidades especiais ou de grupos minoritários atendidos. ii) Programas de Sensibilização: Número de iniciativas voltadas para a diversidade e inclusão na formação.

Indicadores de Avaliação Institucional: a) Feedback de Ex-alunos: Avaliação da formação recebida e sua aplicação na prática docente. b) Acompanhamento de Egressos: Percentual de ex-alunos empregados na área de educação e sua atuação profissional.

Indicadores de Inovação: i) Uso de Tecnologias: Percentual de aulas que utilizam tecnologias digitais e metodologias ativas. ii) Desenvolvimento de Projetos Inovadores: Número de projetos pedagógicos inovadores implementados, Bauer; Souza, (2015).

Esses indicadores devem ser monitorados regularmente para identificar pontos fortes e áreas que precisam de melhorias. É importante que a avaliação interna seja um processo participativo, envolvendo toda a comunidade acadêmica para garantir um olhar abrangente sobre a formação oferecida.

Satisfação do Aluno, avalia-se a pesquisa de satisfação, buscando os resultados de questionários que avaliam a satisfação dos alunos em relação a diferentes aspectos do curso (conteúdo, metodologia, professores, infraestrutura) e a Taxa de Evasão olha-se para a taxa percentual de alunos que abandonam o curso, analisando os motivos da desistência.

Qualidade do Corpo Docente, descreve a formação acadêmica, com foco a Percentagem de professores com pós-graduação (licenciados, mestrado, doutorado) na área de actuação e depois a avaliação dos professores, isto é, Feedback dos alunos sobre a performance e didática dos professores.

Integração Teoria-Prática, as experiências práticas; Percentagem de disciplinas que oferecem estágios, práticas de ensino ou simulações pedagógicas, a decorrer em simultâneo com a avaliação dos estágios: Feedback de supervisores e alunos sobre a qualidade e relevância dos estágios supervisionados.

Inovação e Metodologia; Uso de Metodologias Ativas: Percentual de disciplinas que utilizam abordagens pedagógicas inovadoras, como aprendizagem baseada em projetos ou ensino híbrido e integração de tecnologias: Número de cursos que incorporam o uso de tecnologias digitais nas aulas, Vianna, (2000).

METODOLOGIA

O tipo de pesquisa foi qualitativa, utilizou entrevista semiestruturada, inquérito, registo de dados. A técnica de recolha de dados foi questionário, análise documental e observação directa, com um universo de10 profissionais da Educação, destes, 4 chefes dos departamento, 4 estudantes, 1 Director adjunto pedagógicos e um Director da Escola, todos funcionário da Escola de Professores de Futuros Niassa. A analise de dados foi feita através das citações extraídas nas obras dos actores, dos documentos das pastas dos departamentos, transcrição das respostas do questionário, as informações foram triangulados com dados recolhidos na observação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Questionado ao Director da Escola sobre Impacto das Práticas Avaliativas na Formação Docente e os mapas de dimensão usados para a avaliação interna do curso e programa, o Director foi claro a afirma que o ministério não forneceu nenhum mapa de dimensão para tal efeito, em minha opinião a direcção podia criar um mapa para avaliar os curso e programas de que limitar-se e lançar a culpa ao ministério. Quanto o impacto foi claro que a escola analisa os trabalhos acadêmicos dos estudantes, sem precisar divulgar os resultados obtidos para os mesmos.

Com está resposta percebemos que o Director não tem domínio dos indicadores de avaliação interna da sua escolar, mas conhece o que podia ser avaliado a nível interno, porque ele afirmou que foi criado uma comissão de avaliação de qualidades.

Insistindo, perguntamos qual era a tarefa desta comissão, ele dizia que mensalmente reúne uma vez para verificar os portfolios dos estudantes e depois elaboram um relatório sobre a qualidade dos documentos que constam no portfolio e anunciam os resultados no conselho de professores, isto revela falta de criatividade, pois que esta comissão devia elaborar um mapa de dimensão com todos indicadores para uma avaliação interna de qualidade.

Questionado o Director Adjunto da Escola (DAE), sobre a percepção dos formadores a cerca dos procedimentos de avaliação interna usados. Ele vincou que os formadores usavam os procedimentos da avaliação interna, defendendo-se que todo teste, projectos de pesquisa, relatórios reflexivos, práticas docentes, depois de serem realizados os resultados são publicados para os estudantes no tempo recorde.

Esta resposta contradiz a resposta do DE. Percebe-se que estes documentos mencionando estão plasmados no regulamento de avaliação, também percebemos que o DAE tem dificuldades de entender o que é avaliação institucional dos cursos e programas numa instituição de formação de professores.

No nosso pensar não podia só serem avaliados estes documentos, tendo em conta que o curso e programas estão a ser revisto, ele como DAE podia desenhar alguns indicadores e definir tarefas para a CAQ criado que pouco aplicam os objectivos dos procedimentos de avaliação interna do curso e programas.

Defrontado os 4 estudantes se sabiam dos procedimentos usados para uma avaliação interna do curso e programa, as respostas não foram satisfatórias, por que percebemos que os estudantes não conhece como se faz a avaliação interna dos cursos e programas. Insistindo na mesmas senda, quanto a publicação dos resultados pela CAQ, afirmam que nunca ouviram falar desta comissão e não sabem quais são as suas tarefas, por isso nunca receberam feedback dos resultados da tal comissão.

Solicitamos as pastas dos departamentos dos 4 chefes, não encontramos nenhum mapa de demissão do departamento muito menos da escolar como um todo. Ausência dos indicadores para uma avaliação interna de qualidade.

Questionados aos chefes dos departamentos em relação aos instrumentos dos procedimentos da avaliação interna, fiquei infeliz porque, os chefes de departamento afirmaram que a direção não forneceu os mapas e nunca reunirão para discutir sobre os procedimentos de avaliação interna do curso e programa, o que eles avaliam são testes plasmados no curso e programa de formação de professores no modelo de 12ª + 3 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os procedimentos de avaliação interna do curso e programa de Formação de Professores no modelo de 12ª + 3 anos na Escola de Professores do Futuro (EPF) em Niassa. Buscou analisar curso e programa de Formação de Professores, identificando as práticas da avaliação interna, suas metodologias e impactos na formação docente.

Os resultados mostraram que a EPF tem dificuldades de efetivar os procedimentos da avaliação interna do curso e programa no modelo de 12ª + 3 anos. Estas dificuldades afectam o processo de implementação do Curso e Programas de Formação, notou-se que os formadores não dominam as modalidades e procedimento de avaliação interna, é urgente à nível nacional a criação de mapas de dimensão para as instituições de formação dos professores, ou seja, MINEDH deve criar mapas de dimensões e enviar para as Escolas/ Institutos de Formação de Professor e fazerem a monitoria, com foco ao curso e programas de formação.

Verificamos que a EPF tem muitos desafios para efetivação dos Procedimentos institucional de avaliação interno. Sugerimos que a Direção elabore mapa de demissão para avaliação interna compatível a formação de professores no módelo de 12ª + 3 anos, incluindo todos indicadores preconizados para o curso, programas e regulamento de avaliação neste módelo.

Aos chefes dos departamentos devem ser criativos e desenharem mapas de dimensão com indicadores para avaliar as suas práticas docentes, em vez de culpar a direcção e ao MINEDH, pois que estes instrumentos podem ser criados á nível de cada escolar/institutos de formação.

Os estudantes devem ser comunicados os seus resultados obtidos pela comissão de avaliação de qualidade, para analisarem até que ponto a instituição implementa o curso e o programa.

Os formadores devem criar estratégias e metodologias de avaliar da sua disciplina com vista a aferir os avanços e recuos dos programas, isso pode apoiar ao MINEDH a avaliar e analisar a qualidade, eficácia e eficiência do Curso.

Percebemos que a relação estabelecida entre o professor e seus alunos se caracteriza pela dimensão do respeito mútuo. Quanto à articulação dos conteúdos com as experiências culturais dos alunos, encontramos situações em que os estudantes procurava articular os conteúdos escolares com a realidade dos alunos, aproveitando os recursos da comunidade e valorizando a cultura local.

Além das mudanças na prática pedagógica dos professores cursistas, os dados de observação, entrevista não identificamos mudanças nas concepções pedagógicas da avaliação institucional interna.

Os procedimentos institucionais de avaliação na Escola de Professores do Futuro são fundamentais para garantir a qualidade da formação no modelo de 12ª + 3 anos. A pesquisa destaca a necessidade de um sistema de avaliação que promova a reflexão e a melhoria contínua, integrando todos os actores envolvidos no processo educativo.

Os dados coletados permitiram concluir que o planejamento não é totalmente incorporado tendo em conta a avaliação interna do curso e programa. Nas visitas dos portfolios percebeu-se claramente que as atividades não são preparadas com antecedência e que os professores seguiam uma diretriz e revelaram ainda que os formadores trabalham com material concreto, aproveitando os recursos disponíveis na comunidade para desenvolver os conteúdos e para valorizar a cultura local.

REFERÊNCIAS

AFONSO (1999), Almerindo Janela. Estado, mercado, comunidade e avaliação: Esboço para uma rearticulação crítica. **Educação e Sociedade**, Lisboa.

ANDRIOLA, B.; ARAÚJO, A. C (2016). **Uso de indicadores para avaliação diagnóstica de Instituições de Ensino Superior (IES)**: estudo de caso da Universidade Federal do Ceará (UFC).

BASTOS, M. CAMILLO; M (2014). **Indicadores educacionais**; estudo de caso da Universidade Federal do Ceará (UFC).

BAUER, A.; SOUZA, S. Z, (2015) Indicadores para avaliação de programas educacionais: desafios metodológicos. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro.. Doi: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362015000100010.

BRANDALISE. A(2015)., Mary Ângela Teixeira. Avaliação institucional da escola: conceitos, contexto e práticas. **Olhar de professor**, Ponta Grossa.

BRASIL. CEB/CNE. **Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010**. Define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf.

CASALI, (2007), **Mixed methods research**: a research paradigm whose time has come. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/225083749_Mixed_Methods

GUERRA J. (2017.), Indicadores educacionais e responsabilização escolar: um estudo do "prêmio escola nota dez". **Est. Aval. Educ.**, São Paulo. La Torre, (1993).

LÜCK, (2012). Heloísa. Perspectivas da avaliação institucional da escola. Petrópolis, RJ: Vozes,

MINEDH (2018), **Programa de Formação de Professores e Educadores de Adulto-Maputo.**

MINEDH (2019a), **Programa de Formação de Professores e Educadores de Adulto-Maputo.**

CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR (CNAQ), **Manual de Avaliação Externa de Cursos e Programas** Março de 2024.

SANTOS, M. (1993), Guerra, S (2002), **Uma história em sintonia com avaliação educacional do Governo Federal ou de reavaliação** (Dias Sobrinho, 1995).

TERRESÊCA, S (2002) **A avaliação institucional como instância mediadora da qualidade da escola pública**: a rede municipal de Campinas como espaço de aprendizagem. Campinas.

SORDI, M. REGINA, L. (1998). **A Face perversa da avaliação**: elementos para uma leitura do papel da avaliação no projeto neoliberal. Avaliação, Campinas.

VEIGA, I.P.A (2013). Ensinar, aprender, pesquisar e avaliar com mapas conceituais. *In:* VEIGA, I.P.A. (org.) **Novas tramas para as técnicas de ensino e estudo.** Campinas, SP: Papirus.

VIANNA, H. M. (2000), **Avaliação Educacional**: Teoria – Planejamento – Modelos. 1. ed. São Paulo/SP, IBRASA.

VIEIRA, S. L. (2020). **Política(s) e Gestão da Educação Básica**: revisitando conceitos simples. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19013/11044.

DESAFIOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA NA ESCOLA PRIMÁRIA: O CASO DA ESCOLA BÁSICA DE SANJALA

Florinda Isabel Nssepe
Victorino Tiago França

INTRODUÇÃO

A avaliação institucional interna é um componente crucial na gestão educacional, especialmente em contextos escolares onde a qualidade da educação enfrenta desafios significativos. Em Moçambique, a avaliação não apenas permite o monitoramento do desempenho académico, mas também actua como um instrumento de melhoria contínua nas práticas pedagógicas e administrativas. No entanto, muitas escolas primárias, como a Escola Básica de Sanjala, enfrentam obstáculos que comprometem a efectividade desse processo avaliativo.

Os desafios associados à avaliação institucional interna em contextos de ensino primário são multifacetados e incluem a escassez de recursos materiais e financeiros, a formação insuficiente de professores e gestores, e a limitada participação da comunidade escolar. Estes factores dificultam a realização de avaliações abrangentes e a implementação de mudanças significativas baseadas nos resultados obtidos. Além disso, as pressões contextuais, como as políticas educacionais rígidas e as realidades socioeconómicas, muitas vezes limitam a autonomia das escolas na adaptação de suas práticas avaliativas às necessidades específicas de suas comunidades.

Neste cenário, a Escola Básica de Sanjala serve como um estudo de caso representativo, permitindo a análise aprofundada dos desafios que afectam a avaliação institucional interna em escolas primárias rurais de Moçambique. A presente pesquisa busca responder às seguintes questões: Quais são os principais desafios enfrentados pela Escola Básica de Sanjala na condução da avaliação institucional interna? Como esses desafios impactam a qualidade da educação oferecida? E que estratégias podem ser implementadas para superar essas barreiras?

Através de uma abordagem qualitativa, este artigo examina as percepções de educadores, gestores e membros da comunidade escolar, buscando identificar os principais obstáculos e propor recomendações para a melhoria do processo avaliativo. A análise dos dados contribuirá para uma compreensão mais ampla dos desafios da avaliação institucional em Moçambique e fornecerá incentivos relevantes para políticas educacionais e práticas de gestão escolar que promovam a qualidade da educação nas escolas primárias.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conceito de avaliação institucional interna: definição, objectivos e importância na educação primária

A avaliação institucional interna é definida como um processo contínuo de análise crítica das práticas e resultados institucionais, com o objectivo de identificar pontos fortes e áreas a serem melhoradas. Esse processo permite que a escola reflicta sobre seu desempenho e tome decisões embasadas para promover o desenvolvimento educacional e a qualidade do ensino (Silva & Costa, 2020, p. 45).

Os objectivos da avaliação institucional interna incluem: (1) promover a autoanálise da escola, (2) identificar e implementar melhorias nas práticas pedagógicas e administrativas, e (3) fortalecer o compromisso de todos os envolvidos na busca por uma educação de qualidade (Ferreira, 2018, p. 15).

No contexto da educação primária, essa avaliação é particularmente importante, pois auxilia na construção de um ambiente de aprendizagem mais eficaz desde o início da vida escolar. Ela fornece subsídios para o planejamento estratégico e fomenta uma cultura de qualidade e responsabilidade entre educadores, gestores e a comunidade escolar (Oliveira & Martins, 2019, p. 33).

Modelos de avaliação institucional e como eles se aplicam ao ensino primário

Existem diversos modelos de avaliação institucional que podem ser aplicados ao ensino primário, cada um com abordagens e objectivos específicos. Em Moçambique, os modelos mais comuns incluem a avaliação participativa, a avaliação por indicadores e a avaliação de metas e objectivos.

A avaliação participativa envolve a colaboração activa de todos os membros da comunidade escolar, incluindo professores, alunos e pais. Esse modelo é eficaz no ensino primário, pois promove o engajamento e a corresponsabilidade na busca pela melhoria da qualidade educacional (Nogueira, 2017, p. 22).

Por outro lado, a avaliação por indicadores utiliza parâmetros específicos para medir o desempenho da instituição em diversas áreas, como rendimento académico e recursos disponíveis. Esse modelo é amplamente usado em Moçambique, pois permite uma análise quantitativa das práticas escolares, facilitando a identificação de pontos a serem aprimorados (Rodrigues, 2023, p. 74).

Já a avaliação de metas e objectivos foca no cumprimento de metas estabelecidas previamente pela instituição, orientando-se por objectivos definidos de acordo com o contexto da escola. No ensino primário, esse modelo ajuda a garantir que os objectivos curriculares e de desenvolvimento infantil estejam sendo alcançados, e permite que gestores ajustem estratégias conforme necessário (Silva & Costa, 2020, p. 47).

Cada um desses modelos contribui de maneira única para o ensino primário em Moçambique, oferecendo diferentes perspectivas sobre o desempenho escolar e possibilitando ajustes específicos às necessidades da comunidade escolar (Oliveira & Martins, 2019, p. 35).

Revisão de literatura sobre desafios comuns enfrentados por escolas em relação à avaliação institucional interna, com foco em contextos similares ao da Escola Básica de Sanjala

A literatura sobre avaliação institucional interna em escolas primárias aponta vários desafios comuns, especialmente em contextos de áreas rurais ou com recursos limitados, como o caso da Escola Básica de Sanjala. Um dos principais desafios é a escassez de recursos materiais e financeiros, que afecta a capacidade das escolas de realizarem avaliações abrangentes e contínuas. Segundo Rodrigues (2023), a falta de infraestrutura adequada e materiais específicos para avaliação dificulta o processo e compromete a qualidade dos dados colectados (p. 78).

Outro desafio importante é a capacitação inadequada dos professores e gestores escolares. Em muitos casos, os profissionais envolvidos não possuem o treinamento necessário para realizar uma avaliação institucional efectiva, o que limita a profundidade e a utilidade dos resultados obtidos (Machado, 2022, p. 56). Como observado por Silva e Costa (2020), sem uma formação adequada, os professores podem ter dificuldades em utilizar a avaliação para informar práticas pedagógicas e promover melhorias na escola (p. 50).

Além disso, o baixo nível de engajamento da comunidade escolar é um desafio significativo em contextos como o da Escola Básica de Sanjala. Estudos indicam que a participação de pais e membros da comunidade é essencial para o sucesso da avaliação institucional, pois contribui com diferentes perspectivas e fomenta a corresponsabilidade (Nogueira, 2017, p. 23). No entanto, em muitos

casos, há uma falta de compreensão sobre a importância da avaliação, o que resulta em uma baixa adesão da comunidade (Ferreira, 2018, p. 14).

Esses desafios são exacerbados em áreas rurais, onde o acesso a recursos e a formação continuada é limitado, dificultando ainda mais o processo de avaliação e as oportunidades de desenvolvimento institucional (Oliveira & Martins, 2019, p. 37).

Políticas educacionais e directrizes em Moçambique que influenciam a avaliação escolar

As políticas educacionais em Moçambique estabelecem uma série de directrizes para orientar a avaliação escolar, buscando garantir a melhoria contínua da qualidade da educação. Uma das principais orientações é a promoção da autoavaliação escolar como parte integrante do processo de gestão educacional. Segundo o Ministério da Educação (2016), essa prática é fundamental para incentivar a reflexão e a responsabilidade colectiva sobre o desempenho escolar (p. 7).

O Plano Estratégico da Educação (PEE) de Moçambique também destaca a importância da avaliação para o alcance de metas educacionais nacionais. Esse documento enfatiza a necessidade de integrar a avaliação institucional aos processos de planejamento e tomada de decisão nas escolas, de modo a promover um ambiente de aprendizado mais eficaz e inclusivo (Ministério da Educação, 2019, p. 12).

Além disso, as políticas educacionais em Moçambique incentivam a participação da comunidade escolar no processo de avaliação, reconhecendo que o envolvimento de pais, alunos e outros membros da comunidade é essencial para uma análise mais completa e representativa. Nogueira (2017) aponta que essa inclusão é vital para fortalecer a ligação entre a escola e a comunidade, criando uma cultura de corresponsabilidade e transparência (p. 25).

A formação contínua de professores e gestores escolares também é uma prioridade das políticas educacionais moçambicanas, sendo vista como um meio para capacitar os profissionais a conduzir avaliações eficazes. Machado (2022) observa que o foco na capacitação visa preparar os educadores para interpretar os resultados da avaliação de maneira crítica e implementar melhorias efectivas na prática educativa (p. 57).

Essas políticas e directrizes reflectem o compromisso de Moçambique com uma educação de qualidade, baseada na avaliação como um instrumento essencial para o desenvolvimento e aprimoramento das instituições de ensino primário (Oliveira & Martins, 2019, p. 40).

METODOLOGIA

Para investigar os desafios da avaliação institucional interna na Escola Básica de Sanjala, foram adoptadas metodologias qualitativas que permitiram uma compreensão profunda das experiências e percepções dos envolvidos. A pesquisa qualitativa é ideal nesse contexto, pois possibilita a exploração de aspectos subjectivos e específicos da realidade escolar. Segundo Creswell (2014), esse tipo de pesquisa é apropriado para investigar fenómenos complexos em profundidade, permitindo aos pesquisadores explorar as percepções e experiências de professores, gestores e membros da comunidade escolar (p. 32).

Para o presente artigo foram usadas entrevistas semi-estruturadas que são uma metodologia eficaz para capturar as percepções dos participantes sobre os desafios enfrentados na avaliação institucional. "Esse método permite ao pesquisador fazer perguntas abertas, o que possibilita um aprofundamento nas respostas, enquanto mantém uma estrutura básica que garante a cobertura dos principais tópicos" (Gomes & Santos, 2021, p. 90). Essa abordagem foi particularmente útil para explorar as opiniões de diferentes grupos, como professores, gestores e pais, sobre as dificuldades e limitações da avaliação.

Também usamos a observação participante que é outra metodologia relevante, pois permite ao pesquisador observar directamente o ambiente escolar e as práticas avaliativas. De acordo com Bogdan e Biklen (2007), "esse método é eficaz para captar comportamentos e interacções em contextos naturais, oferecendo uma visão detalhada das dinâmicas escolares e dos desafios enfrentados na prática" (p. 54). Na Escola Básica de Sanjala, a observação participante ajudou a identificar barreiras que não são facilmente detectáveis através de entrevistas, como limitações infra-estruturais e organizacionais.

A análise documental também foi uma ferramenta valiosa para entender os desafios da avaliação institucional. Esse método envolveu o exame de documentos institucionais, como relatórios de avaliação, planos de desenvolvimento escolar e registros de desempenho. Silva e Costa (2020) sugerem que "a análise documental pode complementar outras metodologias ao fornecer dados históricos e contextuais, o que contribui para uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados pela escola" (p. 48).

Os grupos focais foram usados para promover uma discussão colectiva sobre a avaliação institucional, reunindo diferentes membros da comunidade escolar para compartilharem suas perspectivas. De acordo com Krueger e Casey (2015), essa metodologia é eficaz para explorar consensos e divergências entre os participantes, permitindo uma compreensão mais rica dos desafios enfrentados (p. 43).

Essas metodologias, uma vez combinadas, ofereceram uma visão abrangente sobre os desafios da avaliação institucional interna na Escola Básica de Sanjala, fornecendo informações valiosas para o desenvolvimento de estratégias de melhoria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados colectados sobre os desafios da avaliação institucional interna na Escola Básica de Sanjala revelou vários pontos críticos que impactam a eficácia do processo avaliativo. A investigação utilizou entrevistas semi-estruturadas, observação participante, análise documental e grupos focais, permitindo uma compreensão profunda das percepções dos envolvidos e das limitações enfrentadas pela escola.

1. CAPACITAÇÃO INSUFICIENTE DE PROFESSORES E GESTORES

Os dados das entrevistas indicaram que muitos professores e gestores se sentem despreparados para realizar avaliações institucionais de maneira eficaz. Vários participantes mencionaram a falta de formação contínua como um dos principais obstáculos. Como destacado por Machado (2022), sem capacitação adequada, os educadores enfrentam dificuldades em conduzir e interpretar avaliações de forma a promover melhorias significativas (p. 56). Isso foi corroborado pelos relatos dos gestores, que expressaram a necessidade de programas de formação mais frequentes e específicos para o contexto local.

2. RECURSOS LIMITADOS

A observação participante e a análise documental revelaram uma escassez de recursos materiais, como infraestrutura e ferramentas adequadas, que afeta directamente o processo avaliativo. De acordo com Rodrigues (2023), a falta de recursos adequados nas escolas primárias rurais limita a capacidade de conduzir avaliações sistemáticas e abrangentes, comprometendo a qualidade dos dados colectados (p. 78). No caso da Escola Básica de Sanjala, foram observadas deficiências na infraestrutura que dificultam a implementação de práticas de avaliação mais complexas e exigentes.

3. ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Os grupos focais com pais e membros da comunidade escolar destacaram um envolvimento limitado, o que representa outro desafio significativo. Embora os pais reconheçam a importância da avaliação escolar, muitos relataram dificuldades em participar activamente devido à falta de informações

e à percepção de que seu envolvimento não é sempre valorizado pela escola. Nogueira (2017) sugere que a participação activa da comunidade escolar é essencial para o sucesso da avaliação institucional, pois promove uma visão mais ampla e representativa das necessidades escolares (p. 25). No entanto, no contexto da Escola Básica de Sanjala, esse engajamento ainda é insatisfatório e precisa ser fortalecido.

4. PRESSÕES CONTEXTUAIS

Os resultados também evidenciam que as pressões contextuais, como as restrições económicas e as políticas locais, influenciam negativamente o processo de avaliação. Os participantes relataram que essas restrições limitam a autonomia da escola para adaptar as directrizes de avaliação às suas realidades específicas. Como observado por Oliveira e Martins (2019), as escolas em áreas rurais frequentemente enfrentam barreiras adicionais que dificultam a aplicação de modelos de avaliação padrão, exigindo uma adaptação que nem sempre é possível (p. 37).

DISCUSSÃO

Esses resultados mostram que os desafios enfrentados pela Escola Básica de Sanjala são multifacetados, combinando questões de capacitação, recursos, engajamento comunitário e contexto socioeconómico. A literatura sugere que uma abordagem integrada, que inclua a formação contínua, o fortalecimento da participação comunitária e a adaptação das políticas às necessidades locais, é necessária para enfrentar esses obstáculos (Silva & Costa, 2020, p. 50). A Escola Básica de Sanjala pode se beneficiar de estratégias que promovam um maior alinhamento entre as políticas educacionais e a realidade vivida na escola, o que facilitaria a implementação de práticas avaliativas mais eficazes.

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre os desafios da avaliação institucional interna na Escola Básica de Sanjala evidenciou que a falta de recursos materiais, a capacitação insuficiente, o baixo envolvimento da comunidade e as restrições contextuais são barreiras significativas para a implementação de uma avaliação eficaz e contínua. Essas limitações, comuns em contextos de áreas rurais e com recursos escassos, comprometem o alcance dos objectivos propostos pelas políticas educacionais moçambicanas, conforme ressaltado pelo Ministério da Educação (2016, p. 8).

A análise dos dados colectados demonstra que, para superar esses desafios, é essencial adotar uma abordagem integrada que contemple

investimentos em formação contínua para professores e gestores escolares, bem como o fortalecimento do engajamento da comunidade escolar. Machado (2022) sugere que a capacitação é fundamental para que os educadores possam interpretar os dados avaliativos e aplicá-los na melhoria do ensino e das práticas escolares (p. 57).

Além disso, o desenvolvimento de estratégias para envolver pais e outros membros da comunidade na avaliação institucional pode proporcionar uma visão mais holística do desempenho escolar e das necessidades específicas da escola. Nogueira (2017) destaca a importância da participação comunitária como um elemento chave para a corresponsabilidade e a sustentabilidade das melhorias propostas (p. 26).

Por fim, a pesquisa aponta para a necessidade de políticas mais flexíveis e adaptadas às realidades locais, permitindo que as escolas, como a Escola Básica de Sanjala, possam alinhar seus processos de avaliação às suas condições e desafios específicos. Como enfatizado por Oliveira e Martins (2019), adaptar as políticas às condições locais pode facilitar a implementação de práticas avaliativas mais adequadas e efectivas (p. 38).

Portanto, enfrentar os desafios da avaliação institucional na Escola Básica de Sanjala requer uma combinação de esforços, que envolvam a capacitação, o engajamento comunitário e o suporte de políticas adaptativas, para que a escola possa efetivamente utilizar a avaliação como ferramenta de melhoria contínua e promoção da qualidade educacional.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R., & BIKLEN, S. K. (2007). **Qualitative research for education**: An introduction to theories and methods (5ª ed.). Pearson.

CRESWELL, J. W. (2014). **Research design**: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches (4ª ed.). SAGE Publications.

FERNANDES, R. (2020). **Educação e participação comunitária**: Um estudo de caso. Editora

FERREIRA, A. (2018). **Avaliação institucional no ensino primário**: Perspectivas e desafios. Editora

FERREIRA, A. (2018). **Desafios e limitações da avaliação institucional em escolas rurais.** Editora ABC.

GOMES, L., & SANTOS, M. (2021). **Metodologia da pesquisa qualitativa na educação.** Editora Universitária.

KRUEGER, R. A., & CASEY, M. A. (2015). **Focus groups**: A practical guide for applied research (5ª ed.). SAGE Publications.

MACHADO, C. (2022). Capacitação docente e os desafios da avaliação escolar em Moçambique*. **Revista Educação em Foco**, 14(2), 55-65.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2016). **Políticas de autoavaliação escolar em Moçambique.** Ministério da Educação de Moçambique.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2019). **Plano Estratégico da Educação (PEE) 2020-2029.** Ministério da Educação de Moçambique.

NOGUEIRA, P. (2017). **Modelos de avaliação participativa no ensino primário**: Uma perspectiva comunitária. Editora EDU.

NOGUEIRA, P. (2017). **Participação comunitária na avaliação escolar**: Um estudo sobre a corresponsabilidade educativa. Editora EDU.

OLIVEIRA, F., & MARTINS, J. (2019). **Abordagens e práticas da avaliação escolar**: Desafios no contexto moçambicano. Editora LEM.

OLIVEIRA, F., & MARTINS, J. (2019). **Avaliação escolar em áreas rurais**: Obstáculos e perspectivas. Editora LEM.

OLIVEIRA, F., & MARTINS, J. (2019). **Diretrizes e políticas para avaliação escolar em Moçambique**: Um enfoque na educação primária. Editora LEM.

OLIVEIRA, F., & MARTINS, J. (2019). **Limitações e perspectivas na avaliação escolar.** Editora LEM.

RODRIGUES, S. (2023). Indicadores de desempenho e avaliação institucional em escolas primárias de Moçambique. **Revista Estudos Educacionais**, 18 (3), 74-88.

RODRIGUES, S. (2023). Infraestrutura e avaliação institucional em escolas primárias de Moçambique. **Revista Estudos Educacionais**, 18 (3), 74-88.

SILVA, M., & COSTA, A. (2020). **Práticas de avaliação no ensino primário**: Teorias e aplicações. Editora EP.

SILVA, M., & COSTA, A. (2020). **Práticas e desafios da avaliação no ensino primário em contextos rurais.** Editora EP.

GOVERNAÇÃO INSTITUCIONAL E OS RESULTADOS DE AVALIAÇÃO NA MELHORIA DOS PROCESSOS

Felizardo Fernando
Benjamim Tiago França

INTRODUÇÃO

A governação institucional constitui o fundamental para a organização e desenvolvimento das instituições educacionais, moldando as políticas e práticas que garantem a coerência, a transparência e a eficiência no processo de ensino-aprendizagem. Pós o contexto, a articulação entre a governação e os resultados das avaliações surge como elemento crucial para a melhoria contínua dos processos metodológicos, promovendo uma reflexão aprofundada sobre a qualidade do ensino e a adequação das estratégias pedagógicas adoptadas. Os resultados de avaliação, quando devidamente integrados ao processo de governação, permitem a identificação de metodológicas, a análise crítica de práticas pedagógicas e o ajuste necessário que estejam em sintonia com os objectivos educacionais e as particularidades dos alunos. Esta, avaliação não se limita a um instrumento de mensuração, mas assume o papel de motor de inovação e transformação, servindo como base para o aprimoramento contínuo da prática educativa.

OBJECTIVO

Descrever os procedimentos dos processos institucionais com governação eficaz,avaliação, eficiência, transparência e inovação.

METODOLOGIA

A metodologia adoptada nesta investigação segue uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma revisão crítica da literatura existente e na análise de estudos de caso seleccionados. O trabalho permite um aprofundamento teórico e prático sobre a interacção entre a governação institucional e os

resultados de avaliação, com vistas à melhoria os processos metodológicos. O meio da pesquisa foram bibliográficas relevantes e exemplos empíricos, de modo a compreender de forma abrangente como as estruturas de governação que influenciam a gestão pedagógica e o aperfeiçoamento da prática de ensino.

O estudo se concentra na identificação de padrões e as lacunas nas políticas de avaliação e governação, procurando interpretar nestes factores da inovação metodológica.

GOVERNAÇÃO INSTITUCIONAL E OS RESULTADOS DE AVALIAÇÃO NA MELHORIA DOS PROCESSOS

A governação institucional no ensino superior reveste-se de indiscutível relevância, abrangendo tanto a estruturação quanto a dinâmica das relações entre os diversos actores e níveis de gestão envolvidos. Conforme argumenta Silva (2019), a eficácia desse modelo de governação está intrinsecamente vinculada à capacidade de engajar todos os sujeitos implicados no processo decisório, de modo a garantir que as vozes de todos os participantes sejam não apenas ouvidas, mas também consideradas de forma efectiva e respeitosa (p. 112).

Segundo o autor, tal participação activa não é apenas desejável, mas essencial para a construção de uma cultura organizacional sólida, alicerçada nos princípios da responsabilidade, da transparência e da inclusão. Essa abordagem participativa contribui significativamente para a criação de um ambiente académico mais colaborativo e democrático, no qual a pluralidade de perspectivas e o respeito às diferentes opiniões não apenas enriquecem o debate, mas também legitimam as decisões tomadas, tornando-as mais justas e representativas.

Silva (2019) ainda ressalta que a diversidade de visões e experiências dentro das instituições de ensino superior desempenha um papel crucial na promoção da inovação e da melhoria contínua, pois permite que as decisões reflictam um entendimento mais amplo e profundo dos desafios e oportunidades enfrentados pela comunidade académica como um todo (p. 115).

Mapa de Avaliação Interna na Melhoria de Processos do Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências

Dimensão	Padrão	Critério	Sim/ Não	Evidência	Comentário	Pontuação (> 5aprov) e (< 5reprov)	Resultado Final
Gestão Institucional	Estruturas de governança claras	Transparência nas decisões	Sim	Actas de reuniões acessíveis	Participação activa da comunidade nas decisões	1	
Qualidade Académica	Currículo alinhado com o mercado	Actualização contínua	Sim	Relatórios de feedback de ex- alunos	Necessidade de revisão sistemática e contínua	1	
Infra-estrutura e Recursos	Acesso a tecnologias modernas	Suporte a laboratórios	Sim	Inventário de equipamentos	Infra-estrutura adequada, porém carece de actualizações	1	
Resultados dos Estudantes	Evasão controlada	Desempenho satisfatório	Sim	Dados de desempenho académico	Programas de apoio têm evidencia do resultados positivos	1	
Relações Institucionais	Parcerias estabelecidas	Mobilidade académica	Sim	Relatório de intercâmbios realizados	Ampliação das oportunidades de intercâmbio e parcerias	1	

Fonte: autores (2024).

SOCIALIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

A socialização dos resultados é um processo fundamental para transformar a avaliação em ummotor de mudança, garantindo que os achados e recomendações sejam compreendidos e utilizados para a melhoria contínua dos processos e práticas (Scriven, M. 1991. p. 88). A socialização dos resultados e composto por várias etapas nomeadamente Preparação dos dados, identificação dos público-alvos, elaboraçãode relatórios, sessões de apresenta cão, distribuição de material.

ANÁLISE DE TENDÊNCIAS DA AVALIAÇÃO

A análise de tendências da avaliação consiste na investigação de mudanças nos dados ao longo do tempo, com o intuito de identificar padrões e prever desdobramentos futuros. Conforme ressalta Patton (2008), a compreensão das tendências é fundamental para a realização de ajustes estratégicos e para a promoção da melhoria contínua. Esse processo possibilita a formulação de decisões informadas e eficazes, assegurando que as intervenções e estratégias adoptadas sejam adequadas às realidades observadas, contribuindo, assim, para o aprimoramento das práticas e resultados institucionais.

Segundo Martins (2014, p. 15), "os países têm um incentivo em especializar-se em inovações distintas, difundindo o conhecimento tanto através do comércio, como da troca de ideias, gerando maior efeito no bem-estar." Nesse contexto, a internacionalização emerge como um passo fundamental para o crescimento das instituições, permitindo o pleno aproveitamento de suas capacidades produtivas e a maximização de suas potencialidades.

Diversos factores impulsionam a internacionalização de uma instituição, incluindo oportunidades estratégicas de cooperação, o desejo de expansão, a demanda dos clientes, a concorrência, os custos envolvidos e a natureza dos cursos oferecidos. Através desse processo, as instituições não apenas ampliam suas fronteiras, mas também enriquecem suas práticas e conhecimentos.

MAPA DE DIMENSÕES, PADRÕES E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO PARA EFEITOS DE ACREDITAÇÃO PRÉVIA
Curso de Mestrado em Acção Humanitária

DIMENSÃO 1: A MISSÃO E OBJECTIVOS GERAIS DA UNIDADE ORGÂNICA (UO)

RESULTADO FINAL	NÃO SATISFAZ OS REQUISITOS		0,00%
	Evidência	Avaliação (S;N; N.A)	Comendatário/ Constrangimentos
Dimensão 1: Missão e Política Institucional			
1.1.1 Existe missão da UO aprovada pelo órgão máximo da IES.	Regulamento da faculdade, Artigo x -plano curricular, pag. X	Sim	
1.1.2 A missão da UO está em consonância com os domínios do conhecimento.	Regulamento da faculdade, Artigo x -plano curricular, pag. X	Sim	
1.1.3 A missão expressa as intenções fundamentais da UO.	Regulamento da faculdade, Artigo x -plano curricular, pag. X	Sim	
1.1.4 A missão da UO se articula com a estratégia de desenvolvimento de algum sector específico do país.	Print Scream da página WEB do departamento (https:WWURNIASSA. UNIROVUMA.AC.MZ/)	Sim	
1.1.5 Na página WEB.	Regulamento da faculdade, Artigo x	Sim	
1.1.6 No programa curricular.	plano curricular, pag. x	Sim	
1.1.7 Em locais públicos.	Regulamento da faculdade, Artigo x	Sim	
1.2.1 Estão definidos.	Plano curricular, pag. X	Sim	
1.2.2 Estão alinhados com o sector profissional a que servem.	Regulamento da faculdade, Artigo x	Sim	
1.2.3 Se articulam com a missão da UO.	plano curricular, pag. X	Sim	
1.2.4 Estão articulados com os objectivos do curso.	plano curricular, pag. X	Sim	

1.3.1 A UO possui plano de actividades alinhado ao plano estratégico da IES.	Regulamento da faculdade, Artigo x -plano curricular, pag. x	Sim	
1.3.2 Existem planos de monitoria da execução do plano estratégico.	Regulamento da faculdade, Artigo x -plano curricular, pag. x	Sim	

USO DOS RESULTADOS PARA A MELHORIA DOS PROCESSOS

Utilização dos resultados da autoavaliação e sua incorporação na planificação para a melhoria institucional é de grande importância. É fundamental que a autoavaliação das instituições contribua para aprimorar o conhecimento que a própria instituição tem de si, promovendo para uma melhoria.

Nesse sentido, a avaliação institucional deve reflectir, de maneira sucinta e objectiva, um juízo crítico construtivo, tanto sobre o processo de autoavaliação em si quanto sobre o conteúdo do respectivo relatório. Como afirma Smith (2012), "a autoavaliação deve ser um instrumento que não apenas revela as fraquezas, mas também aponta para oportunidades de crescimento e inovação" (p. 45). Assim, ao adoptar essa teoria reflexiva e crítica, as instituições poderão não apenas identificar áreas de melhoria, mas também desenvolver estratégias efectivas para o fortificar as práticas dos resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da governação institucional e dos resultados de avaliação no ensino superior é crucial para a melhoria contínua dos processos académicos. A eficácia do modelo de governação vai além da clareza nas estruturas; Depende da capacidade de engajar todos os envolvidos, promovendo uma cultura organizacional baseada em transparência, responsabilidade e inclusão.

Os resultados da autoavaliação, quando socializados e integrados nas estratégias de melhoria, transformam a percepção institucional. Identificando áreas críticas e propondo acções concretas, as instituições podem alavancar suas capacidades e fomentar a inovação, fundamentais para a internacionalização.

Permite que as instituições não mapeiem fraquezas, mas também alinham estratégias eficazes. Planos de acção com prazos e responsabilidades definidos evidenciam o compromisso.

REFERÊNCIAS

SILVA, J. (2019). **Governança no ensino superior.** Editora XYZ.

PATTON, M. Q. (2008). **Utilization-focused evaluation** (4th ed.). Sage Publications.

SCRIVEN, M. (1991). **Evaluation thesaurus** (4th ed.). Sage Publications.

SMITH, J. (2012). **The Self-Assessment Handbook.**

ROUTLEDGE. Martins, A. (2014). **Título do Livro.** Editora.

MARTINS, .J (2014). **Comércio internacional de serviços na economia portuguesa.** Dissertação de mestrado, FEUA- Faculdade de engenharia da Universidade de porto, Engenharia civil porta.

SOBRE OS AUTORES

Adriano António Laina: Mestre em Avaliação Educacional pela Universidade Rovuma- Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências-Niassa, Moçambique. Licenciado em Administração e Gestão Educacional pela Universidade Rovuma, Niassa. Atualmente é técnico no Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia de Mandimba.
Email: adrianolaina50@gmail.com

Almeida Meque Gomundanhe: Pós-Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-Brasil e Doutor em Inovação Educativa pela Universidade Católica de Moçambique. Professor Auxiliar dos Cursos de Graduação e Pós-graduação e Director Adjunto para a Área de Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Inovação no Instituto Superior de Desenvolvimento Superior e Biociências da Universidade Rovuma, Moçambique. Membro e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Educação e Contextualização no Ensino – NuPECE – e do Grupo de Estudo História, Sociedade, Educação em Moçambique – HISTEDMZ.
E-mail: agomundanhe@unirovuma.ac.mz

Benedito Albino Machesso: Mestre em Avaliação Educacional pela Universidade Rovuma- Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências-Niassa, Moçambique; Licenciado em Psicologia Educacional pela Universidade Pedagógica. Docente de Física na Escola Secundária Geral de Lichinga.
Email: beneditoalbino92@gmail.com

Benjamim Tiago França: Licenciado em Ensino de Biologia com Habilitação em Química pela Universidade Rovuma. Docente na Escola Secundaria Geral de Maniamba. Mestre em Avaliação Educacional pela Universidade Rovuma - Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências. Pesquisador na área da Educação.
E-mail: benjamimtiagofranca@gmail.com

Colarinho Brito Cuchupica: Licenciado em Ensino de Física, com Habilitação em Ensino de Matemática, pela Universidade Púnguè (2022). Mestrando em

Avaliação Educacional no Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociência da UniRovuma – Niassa. Actualmente, exerce funções como docente da disciplina de Física na 8ª e 9ª classes. Director da Escola Básica de Zóbuè-Macanga- Tete. Membro e pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Educação e Contextualização no Ensino (NuPECE).
E-mail: cuchupica94@gmail.com

Deolinda da Graça Luís Bonomar: Professora da Escola Primária Heróis Moçambicanos- Lichinga, Mestranda em Avaliação educacional no Instituto Superior de Desenvolvimento Rural da UniRovuma em Niassa.
E-mail: bonomardeolinda@gmail.com

Diamantino Hilário Norte: Bacharelato em Formação de Professores. Licenciado em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação e Tecnologia - One World University, Maputo. Licenciatura em OGAE pela Universidade Católica de Moçambique (UCM – Niassa). Mestre em Avaliação Educacional pela Universidade Rovuma (UniRovuma). Atualmente, trabalha na Escola de Professores do Futuro- Niassa.
E-mail: dianorte@gmail.com

Dulce João Nunes Langa: Doutora em Psicologia Educacional pela Universidade Pedagógica de Moçambique em convénio com a Universidade do Minho-Braga, Portugal. Docente nos cursos de graduação e pós-graduação e Directora do Centro de Estudos em Psicologia Aplicada (CEPA) da Universidade Rovuma, Moçambique. Consultora e Gestora Académica com foco em Qualidade do Ensino Superior. Pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Apoio Psicossocial (NAPS) e membro fundador do Grupo de Estudos para o Desenvolvimento Aprendizagem e Cognição (GEDAC) da Universidade Rovuma. Membro da Associação para o Desenvolvimento da Investigação em Psicologia da Educação (ADIPSIEDUC) na Universidade do Minho-Braga, Portugal.
E-mail: dlanga@unirovuma.ac.mz

Élio Manuel Xavier: Mestre em Avaliação Educacional pela Universidade Rovuma- Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências, Niassa-Moçambique. Graduado em pedagogia pelo Instituto Superior de Educação e Tecnologia-One World University. Formador de professores na ADPP -Escola de Professores do Futuro Niassa . Membro e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Educação e Contextualização no Ensino (NuPECE).
E-mail:eliomanuelxavier@gmail.com

Eusébio João Malua: Licenciado em Educação de Adultos pela Universidade Pedagógica. Técnico Pedagógico da Direção Provincial de Niassa.
E-mail: eusebiomalua1977@gmail.com

Felizardo Fernando: Licenciado em Gestão de Recursos Humanos com habilitações em Higiene e Segurança no trabalho pela Universidade Pedagógica. Atualmente, trabalha na Universidade Rovuma. Mestrando em Avaliação Educacional na Universidade Rovuma-Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências de Niassa- 2026.
E-mail: felizardofernando012@gmail.com

Felisberto Saíde: Licenciado em Direcção e Gestão Educacional pela Universidade Católica de Moçambique. Docente da Escola Secundária do Aeroporto-Lichinga, professor da disciplina de Matemática. Mestrando em Avaliação Educacional na Universidade Rovuma - Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências. E-mail: felisbertosaide8@gmail.com.

Florinda Isabel Nssepe: Licenciada em Gestão de Recursos humanos pela Universidade Pedagógica. Mestranda em Avaliação em Educacional na Universidade Rovuma - Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências. Funcionária na mesma Instituição do Ensino Superior, no Departamento de Recursos Humanos.
E-mail: fnssepe@gmail.com

Gamito Tiago Jemusse: Licenciado em Gestão de Recursos Humanos pelo Instituto Superior de Ciências de Educação**.** Mestrando em Avaliação Educacional na Universidade Rovuma-Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências. Director da Escola Primária de Namanolo.
E-mail: gamitojemusse@gmail.com

João Saíde: Licenciado em Administração e Gestão da Educação pela Universidade Rovuma. Atualmente trabalha na escola do ESAM - Metangula. Mestrando em Avaliação Educacional na Universidade Rovuma-Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências.
E-mail: joaosaidekambeu@gmail.com

João Franco Ussene: Licenciado em Administração Gestão Escolar na UP Niassa. Em 2018. Atualmente trabalha na Escola Secundária de Seli Metangula. Mestrando em Avaliação Educacional na Universidade Rovuma - Instituto

Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências, Niassa.
E-mail: Joaoussene75@gmail.com

Margarida Alberto Teblo: Mestre em Avaliação Educacional pela Universidade Rovuma - Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências. Licenciada em Ensino de Português pela Universidade Pedagógica. Membro e pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Educação e Contextualização no Ensino (NuPECE).

Merce Manuel Nambale Combe: Licenciada em Ensino de Química Pela Universidade Pedagógica. Mestrando em Avaliação Educacional na Universidade Rovuma - Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências, Niassa.
E-mail: meirellex.29@gmail.com

Paulo Miguel Araújo Gabriel: Licenciado em planificação Administração e Gestão Escolar (PAGE) pela Universidade Pedagógica. Docente da ADPP - Escola de professores de futuro Niassa, Moçambique. Mestrando em Avaliação Educacional pela Universidade Rovuma- Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências. Membro e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Educação e Contextualização no ensino (NUPECE).
E-mail: paulo.gabriell05@gmail.com

Victorino Tiago França: Licenciado em Administração e Gestão da Educação pela Universidade Rovuma. Atualmente, trabalha na Escola de Professores do Futuro - Niassa. Mestre em Avaliação Educacional pela Universidade Rovuma - Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e Biociências de Niassa- 2025. Membro e Pesquisador do NUPECE. Membro da AFAMO.
E-mail: francavictorino87@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acção 20, 29, 67, 98, 99, 101, 126, 149
Aprendizagem 7, 8, 9, 16, 17, 22, 23, 30, 31, 35, 36, 38, 43, 44, 45, 47, 56, 57, 58, 59, 60, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 90, 95, 97, 100, 103, 105, 107, 120, 126, 127, 128, 131, 135, 137, 145
Ausência 22, 24, 48, 55, 61, 89, 95, 106, 113, 117
Autoavaliação 7, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32, 37, 66, 68, 72, 98, 99, 101, 117, 121, 122, 139, 144, 149
Autoavaliação institucional 7, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26
Avaliação 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 109, 111, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149

C

Capacitação 5, 9, 10, 12, 27, 31, 35, 36, 37, 38, 45, 48, 57, 60, 61, 62, 64, 67, 69, 71, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 95, 101, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 115, 138, 139, 141, 142, 143
Capacitação dos professores 5, 9, 35, 36, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 105, 110, 115
Comunicação 7, 23, 24, 25, 42, 45, 49, 51, 113, 129
Comunidade 5, 8, 10, 12, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 63, 68, 75, 90, 91, 94, 95, 97, 98, 102, 104, 109, 118, 126, 130, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147
Comunidade escolar 8, 10, 12, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 29, 31, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 56, 58, 63, 90, 91, 95, 97, 98, 102, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143
Conhecimento 45, 48, 56, 58, 71, 79, 81, 82, 84, 90, 92, 94, 111, 117, 128, 148, 149
Contributo 5, 7, 27, 54
Corresponsabilidade 41, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 137, 138, 139, 143, 144
Cultura 7, 10, 17, 20, 22, 24, 29, 34, 36, 38, 42, 44, 45, 46, 49, 50, 56, 58, 59, 61, 63, 66, 72, 75, 88, 93, 95, 103, 121, 126, 133, 134, 137, 139, 146, 149
Culturais 8, 10, 42, 43, 48, 51, 61, 64, 112, 133
Currículo 33, 46, 50, 68, 71, 80, 87, 100, 120, 121, 123, 124

D

Democrática 24, 25, 41, 45, 46, 49, 50, 52, 102
Democrático 16, 17, 21, 38, 43, 47, 50, 102, 146
Desigualdades 42, 80, 89, 110, 114
Dinâmica 41, 43, 44, 57, 58, 84, 90, 91, 127, 146
Docente 8, 11, 23, 24, 36, 39, 40, 53, 54, 55, 56, 57, 62, 65, 79, 81, 83, 86, 99, 111, 112, 115, 121, 123, 125, 128, 129, 130, 133, 144, 152

E

Educação 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 26, 27, 29, 30, 34, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 57, 58, 59, 61, 64, 65, 66, 74, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 120, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 134, 136, 137, 139, 143, 144
Ensino Básico 8, 10, 53, 54, 55, 60, 62, 64, 65, 87, 100, 105, 106, 107, 109, 110, 112, 115
Ensino moçambicano 27, 33
Ensino Secundário 9, 79, 80, 85, 86
Ensino Superior 117, 119, 120, 121, 122, 123, 134, 152, 153
Escola Básica 7, 12, 15, 16, 20, 21, 24, 136, 138, 140, 141, 142, 143, 152
Escola Primária 7, 9, 10, 12, 31, 37, 89, 98, 101
Escolas Básicas 1, 6, 7, 8, 54, 56, 62

F

Feedback 17, 33, 44, 45, 46, 47, 50, 59, 129, 132, 147
Formação contínua 8, 34, 49, 52, 53, 54, 55, 57, 61, 63, 64, 70, 76, 80, 81, 83, 84, 85, 89, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 115, 139, 141, 142, 143
Formação inicial 79, 84, 110, 111, 112

G

Gestão 8, 11, 15, 16, 17, 18, 20, 25, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 38, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 51, 52, 53, 60, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 80, 85, 90, 97, 98, 103, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 117, 118, 121, 123, 126, 129, 130, 136, 137, 139, 146
Gestor 91, 92, 93, 94, 100
Gestores 10, 12, 20, 27, 28, 29, 31, 34, 35, 41, 44, 47, 48, 49, 50, 58, 59, 60, 61, 90, 91, 95, 102, 130, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143

H

Habilidades 58, 68, 71, 75, 80, 84, 85, 92, 99, 110, 128

I

Inclusão 10, 31, 39, 47, 52, 57, 71, 73, 75, 76, 130, 139, 146, 149
Indicadores 10, 12, 15, 19, 31, 44, 53, 59, 98, 100, 101, 103, 104, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 129, 130, 132, 133, 134, 137, 138

Infra-estruturas 57, 58, 105, 106, 107, 108, 109
Inovação 9, 13, 17, 55, 61, 66, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 80, 88, 114, 145, 146, 149
Inovação educacional 9, 66, 68, 69, 70, 75, 76, 77
Intervenientes 10, 25, 56, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103
Investimento 42, 45, 57, 58, 62, 79, 82, 109, 112, 114, 115

L

Literatura 5, 9, 21, 24, 51, 54, 70, 75, 106, 120, 123, 138, 142, 145

M

Mapas 2, 12, 84, 103, 104, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 135
Missão 16, 91, 121, 123, 126, 127, 148
Moçambicanas 7, 31, 34, 38, 48, 54, 62, 63, 114, 139, 142
Moçambicano 8, 27, 28, 29, 33, 34, 53, 54, 55, 61, 64, 65, 109, 144
Moçambicanos 9, 10, 88, 89, 91, 94, 95, 98, 100, 101, 102, 152
Moçambique 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 20, 27, 28, 29, 32, 34, 38, 39, 40, 46, 48, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 89, 94, 95, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 126, 136, 137, 138, 139, 144, 151, 152, 153, 154
Monitoria 5, 65, 133, 149

O

Oportunidades 9, 11, 17, 26, 43, 45, 51, 67, 68, 72, 110, 111, 125, 139, 146, 147, 148, 149

P

Participação activa 8, 29, 37, 38, 41, 48, 80, 92, 104, 142, 146
Pedagógica 8, 29, 33, 39, 46, 54, 56, 61, 62, 64, 72, 80, 88, 90, 93, 106, 110, 126, 133, 146
Pedagógicas 9, 11, 15, 17, 20, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 43, 44, 46, 50, 53, 56, 57, 63, 69, 70, 71, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 90, 97, 99, 104, 110, 111, 127, 128, 131, 133, 136, 137, 138, 145
Pertencimento 20, 31, 37, 45, 49, 91
Prática 9, 10, 15, 16, 18, 21, 22, 24, 28, 29, 30, 33, 35, 36, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 54, 55, 57, 61, 62, 64, 71, 72, 77, 80, 81, 82, 85, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 110, 115, 117, 118, 119, 128, 130, 133, 139, 140, 145, 146
Práticas 8, 9, 11, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 44, 46, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 95, 97, 111, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149

Professores 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 57, 58, 59, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 117, 118, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 152, 154

Q

Qualidade 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 145
Qualidade de ensino 9, 19, 26, 79, 84, 89, 103, 106
Qualidade educacional 8, 11, 12, 18, 20, 26, 27, 30, 42, 43, 47, 50, 55, 56, 59, 88, 90, 93, 95, 137, 143
Qualificação 11, 62, 63, 106, 107, 109, 111, 112, 115, 127

S

Sala de aula 47, 50, 58, 69, 71, 80, 82, 85, 110

T

Tecnologias 57, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 81, 106, 111, 130, 131



EDITORA
SCHREIBEN